



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

KALINE GONZAGA BARBOZA

LEITURAS DAS REGRAS DE ESCRITA DE CARTAS: manual epistolar
Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar como dispositivo de
formação pedagógica

JOÃO PESSOA/PB

2015

KALINE GONZAGA BARBOZA

**LEITURAS DAS REGRAS DE ESCRITA DE CARTAS: manual
epistolar *Novo Secretario Portuguese ou Código Epistolar* como
dispositivo de formação pedagógica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação
Orientadora: Prof^a. PhD. Maria de Socorro Nóbrega Queiroga

JOÃO PESSOA/PB

2015

B238l Barboza, Kaline Gonzaga.
Leituras das regras de escrita de cartas: manual epistolar
Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar como
dispositivo de formação pedagógica / Kaline Gonzaga
Barboza.- João Pessoa, 2015.
109f. : il.
Orientadora: Maria do Socorro Nóbrega Queiroga
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação - civilidade. 2. Manual Epistolar. 3. Século XIX.
4. Província - Paraíba do Norte.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

KALINE GONZAGA BARBOZA

LEITURAS DAS REGRAS DE ESCRITA DE CARTAS: manual epistolar
***Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* como dispositivo de**
formação pedagógica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Strictu Sensu), do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa em História da educação, como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Educação, sob orientação da Prof^a. Dr^a Maria do Socorro Nóbrega Queiroga.

Dissertação aprovada em: 31/08/2015 para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. PhD. Maria de Socorro Nóbrega Queiroga
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia da Silva Nunes
Examinadora

Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica
Examinador

Prof. Dr. Erenildo João Carlos
Examinador - Suplente

*À minha família, mola impulsora para
voos maiores e ponto de aconchego em
cada retorno.*

AGRADECIMENTOS

Nossa trajetória terrena se faz por meio de uma longa caminhada, nela encontramos anjos e também somos anjos na vida de alguém, assim, essa longa caminhada torna-se mais leve, simples e sublime, fazendo valer à pena passar por ela. No ciclo que compôs meu mestrado, tive anjos e me fiz anjo. A vocês que agradeço:

Fiz-me anjo na vida de três criaturas, pelas quais, entre outros motivos, busquei o mestrado, com o intuito servi-lhes de exemplo quanto ao valor que devem dar aos estudos, ao conhecimento, à perseverança e à determinação. Ao mesmo tempo, se fizeram anjos em minha vida porque todos os dias eles me inspiravam para seguir buscando estes objetivos, meu esposo, Roberto e meus dois filhos: Giulia e Daniel.

Dois anjos, lindos, de um amor puro e desinteressado. Que me ensinaram, entre outros valores, a importância de estudar, adquirir conhecimentos, ter perseverança e determinação devendo todos eles ser utilizados para o bem: meus amados pais, Joaquim e Carmelita.

Anjos, como meus irmãos e cunhada, pelas presenças, principalmente na assistência para com meus filhos quando não pude comparecer: Mateus, Rêmulo e Patrícia. Aos anjos que fazem parte da minha vida e sempre farão, pelo apoio, pelo reconhecimento e pela confiança em mim depositada quanto ao meu trabalho e vida profissional, meus cunhados: Romeika e Lucélio.

Um anjo querido, que apostou em uma orientanda que já se encontrava no meio da caminhada. Agradeço à minha orientadora Prof^a Dr^a Maria do Socorro Nóbrega Queiroga.

Anjos que se agregam à nossa caminhada, as amigas: Fabianne, Aryanne e Arilu por disponibilizarem seus tempos e ouvidos nos momentos de desânimos, mas que também vibraram comigo nas alegrias. As minhas queridas amigas Lora, Beth, Milena, Caquinha e Aninha pela ausência nos nossos dias de "sopas e conversas" nas quartas-feiras. As amigas conquistadas neste processo, as mestrandas Géssica e Camila, que me incentivavam em simples olhares. Meus queridos sobrinhos por tornarem minha vida mais feliz.

Aos anjos-mestres, por saberem utilizar seus conhecimentos e títulos acadêmicos de forma amorosa e atenciosa na construção do saber de uma mestranda como eu: Obrigada, Prof^o. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira; Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia da Silva Nunes; Prof^a. Dr^a Anna Giovanna Rocha e a Prof^a. Dr^a Mariana Queiroga Tabosa. Os (as) senhores (as) fizeram toda a diferença.

Agradeço ao PPGE da UFPB, seus professores e funcionários pela educação e excelentes serviços prestados. E agradeço ao Anjo maior, que é o mentor e realizador dessa caminhada, permitindo que esses anjos se cruzem para evolução da humanidade. Obrigada
Meu Deus!

*A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade.
Porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades,
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
Carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O tema da pesquisa de mestrado é a educação para a civilidade, analisada por meio do dispositivo de formação educacional e fonte da pesquisa, o manual epistolar *Novo Secretario Portuquez ou Código Epistolar*, de J. I. Roquette, buscando contribuir com as pesquisas em História da Educação, evidenciando-se a importância histórica dos manuais na constituição do ensino da leitura e da escrita. A concepção de civilidade compreendia a educação do corpo e da alma, no sentido de moldar o sujeito aos padrões sociais tidos como 'distintos', na convivência em sociedade. Os manuais se constituíram em dispositivos importantes à educação como formação, também no projeto civilizador brasileiro, no qual ocorreu a produção, edição e publicação de livros completos, exclusivamente para o ensino da escrita de cartas e, inclusive, com circulação de exemplares na Paraíba – cenário da pesquisa e com evidências de comercialização dos exemplares de manuais epistolares, através dos anúncios de vendas desses títulos nos jornais Oitocentistas. A metodologia de pesquisa iniciou-se com a leitura das páginas do *Novo Secretario Portuquez ou Código Epistolar*, considerando o seu funcionamento secular e relevância histórica, como dispositivo de formação na educação dos brasileiros, delimitando estratégias para forjar uma identidade nacional, no bojo da construção de um país moderno e civilizado. Realizou-se outra leitura, através do conteúdo e dos elementos da perigrafia do manual epistolar, em relação ao ensino da escrita de cartas. Esse livro fez parte da categoria de impressos pedagógicos de educação à civilidade, ensinando regras, condutas e estilos de cartas para a população, legitimando assim o seu cotidiano social. Percebe-se que o ato de escrever era considerado por Roquette como prática que revelava o sujeito e o seu trato como pessoa de bons modos, objeto de distinção, em sintonia com os valores preconizados pelas elites da época. Os conteúdos abordados pelo manual demonstram que a educação protocolar também ocorria no modo de escrever cartas, utilizando um manual próprio para este fim, trazendo exemplos de casos ocorridos e de personalidades, escolhidas como modelo a serem seguidos. A discussão do tema proposto na dissertação baseou-se em alguns teóricos importantes que desenvolveram estudos sobre Civilidade, História do Livro e Manuais Epistolares no âmbito do cenário internacional, nacional e regional.

Palavras-chave: Civilidade. Manual Epistolar. Século XIX. Província da Paraíba do Norte.

ABSTRACT

This master's research's theme is the education to civility, analyzed by the device of educational formation, the epistolary manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, by JI Roquette, seeking to contribute with the History of Education, highlighting the historical importance of manuals on the constitution of reading and writing formation. The idea of civility is understood as the education of body and soul, for it molds the subject to the social patterns seen as 'distinguished' in society interaction. Manuals have constituted important devices to education as a way of formation. Also in the Brazilian civilizing project, in which occurred the production, editing and publishing of entire books, exclusively for teaching the writing of letters and with the circulation of models in Paraíba – research scenario and trade evidence copies of epistolary manuals through the sale of ads that title in nineteenth-century newspapers. The research methodology began with reading *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, considering it's been working for centuries and its historical relevance, as a formation device in Brazilians education, establishing strategic ways of how to form a national identity, in the midst of the construction of a modern e civilized country. Another reading took place, through the content and elements of the perigrafia of the epistolary manual, concerning the teaching of how to write letters. This book makes part of the pedagogic press category of education to civility, teaching rules, conduct patters and letter styles for the population, making legit the daily social contact. It's noticeable that the act of writing was considered by Roquette as a practice that revealed the subject and his ways as good manners person, distinction object, tuning with values recommended by those times elite. The content in the manual demonstrate that the protocol education also occurred in the way of writing letters, using a proper manual for this intention, using specific cases and personalities examples, chosen as models to be followed. The discussion of the dissertations theme was based in some important theorist that developed studies about civility, books history and epistolary manuals in the international, national e regional scene.

Keywords: Civility. Letter Writing Guide. Period nineteenth century . Paraíba Northern the Province.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anúncio da Botica Imperial	33
Figura 2 – Anúncio da Pequena Estante de Livros de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha	33
Figura 3 – Resultado da pesquisa aleatória em site de busca específico	38
Figura 4–Lista de bibliotecas que possuem Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar	40
Figura 5 – Resultado da busca do Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar	40
Figura 6 – Obras Espirituais e Litúrgicas	46
Figura 7 – Obras de Literatura Sagrada e Eclesiástica.....	47
Figura 8 – Livros Elementares, Literatura Profana e etc.....	48
Figura 9 – Continuação dos Livros Elementares, Literatura Profana e etc.....	49
Figura 10 – Capa do <i>Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar</i> (s/d)	55
Figura 11 – Menção à reformulação do título	56
Figura 12 – Lombada do Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar (s/d)	57
Figura 13 – O escrevente de cartas.....	58
Figura 14 – Prólogo da terceira edição (1854).....	61
Figura 15 – Prólogo da décima edição (s/d)	62
Figura 16 – Continuação do prólogo da décima edição (s/d).....	63
Figura 17 – Índice do Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolaro (s/d).....	66
Figura 18 – Carta de mãe à sua filha	84
Figura 19 – Evidências da adequada utilização das palavras nas Cartas de Pretensão, Memoriaes e Petição.....	94
Figura 20 – Evidencias da adequada utilização das palavras nas Cartas de Supplica.....	94
Figura 21 – Cartas Eucharisticas ou de Agradecimento	95
Figura 22 – Cartas de Desculpas e Justificação	96
Figura 23 – Cartas de Negocios e Encargos.....	97
Figura 24 – Cartas de Participação ou Noticia	97
Figura 25 – Cartas Mixtas	98
Figura 26 – Cartas de Negocios e Encargos.....	99
Figura 27 – Cartas de Participação ou Noticia	99

LISTA DE SIGLAS

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPUH - Associação Nacional de História

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FTD - Frère Théophane Durand

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPGE/UFPB - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SC - Santa Catarina (SC)

SciELO - Scientific Electronic Library Online

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USA - Estados Unidos da América

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: A CIVILIDADE ATRAVÉS DOS MANUAIS EPISTOLARES	24
1.2 A CIRCULAÇÃO DO ENSINO DE CIVILIDADE NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA NO SÉCULO XIX: PRESENÇA DO MANUAL EPISTOLAR EM JORNAIS E BIBLIOTECAS	31
2 O CÓDIGO EPISTOLAR COMO MANUAL DE CIVILIDADE	42
2.1 O AUTOR JOSÉ IGNÁCIO ROQUETTE: SUA VIDA E SUAS OBRAS	42
2.2 AS MENSAGENS PARA ALÉM DO TEXTO: O PROTOCOLO DE LEITURA DO <i>NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ OU CÓDIGO EPISTOLAR</i>	50
2.3 A PERIGRAFIA E RESPECTIVOS ELEMENTOS EM <i>NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ OU CÓDIGO EPISTOLAR</i>	54
2.3.1 Título	54
2.3.2 Autor	59
2.3.3 Prólogo	60
2.3.4 Índice	65
2.3.5 Notas de rodapé	67
2.4 UM CAPÍTULO QUE VIROU LIVRO: DAS CARTAS DO CÓDIGO DO BOM-TOM AO <i>NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ OU CÓDIGO EPISTOLAR</i>	70
3 O LIVRO <i>O NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ OU CÓDIGO EPISTOLAR</i> COMO DISPOSITIVO DO PROJETO CIVILIZADOR	80
3.1 O MANUAL ESCRITO PARA FORMAÇÃO DE UM LEITOR ESCRIVEDOR DE CARTAS DE BOM-TOM	81
3.2 REPERTÓRIO DE CIVILIDADE PARA LEITORES DO MANUAL EPISTOLAR	85
3.3 EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS PARA CIVILIDADE NO MANUAL EPISTOLAR	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	109

1 INTRODUÇÃO

Tenho em minhas mãos a materialização de um livro em sua décima edição, *O Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, de autoria de José Ignácio Roquette, bem como a terceira edição digitalizada deste livro que me chegou por meio de uma das novas tecnologias que nos rodeia, a internet¹.

O interesse pela análise da décima edição do manual epistolar *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, cujo autor é J.I. Roquette (s/d) surgiu a partir da minha participação no projeto intitulado *A Epistola sobre Educação e Instrução nos Jornais Paraibanos Oitocentistas: regras da comunicação epistolar*², do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujo objetivo foi de analisar as cartas publicadas nos jornais paraibanos³ do século XIX que faziam referências à instrução pública, observando suas formas de apresentação e seus conteúdos.

As cartas publicadas nos periódicos são fontes privilegiadas e ainda pouco exploradas como fontes históricas para compreensão e pesquisa em História da Educação, como suporte e recurso, em virtude da riqueza de detalhes, sobretudo se confrontada ou comparada com outras fontes, possibilitando elucidar sobre acontecimentos importantes de um tempo.

Em termos metodológicos, o primeiro momento da pesquisa de Iniciação Científica caracterizou-se pela busca das cartas, em pesquisas adiversos jornais da época dos quais foram retiradas as cartas que mencionavam sobre a educação e a instrução pública, compondo um *corpus* de 80 cartas. A partir do *corpus* foram escolhidas quatro cartas abertas que faziam parte do jornal *A Regeneração*, de 1861, cujo público signatário e destinatário era formado por pessoas diretamente relacionadas com as autoridades instituídas da província. O conteúdo dessas cartas ordenava sobre pagamentos e solicitações, sempre confrontadas com os Relatórios dos Presidentes de Província.

Em seguida, as cartas foram classificadas de acordo com a sua forma e conteúdo, utilizando-se como referência as instruções e as classificações feitas pelos manuais epistolares, publicados e/ou utilizados na época estudada. Segundo Cunha (2005, p. 1), "os

¹Vale ressaltar, que a versão eletrônica não apresentava a data de sua publicação.

²Coordenada pela orientadora Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva, financiada pelo CNPq, na qual fui, inicialmente, voluntária e, em seguida, bolsista nos anos de 2011 e 2012, respectivamente.

³ A digitalização desses jornais foi uma importante iniciativa para a preservação dos documentos e da memória dos impressos. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaiseifolhetins/acervo.html>>. Acesso em: 20 março de 2011.

manuais prescreviam normas de conduta e bons modos para a vida em sociedade. No âmbito da correspondência fixavam regras que serviam de apoio para a aprendizagem dessa forma de escrita, transformando-a em um saber escolarizado".

Após a identificação da carta, lia-se seu conteúdo, observando as regras epistolares empregadas e, posteriormente, tecia-se uma comparação dessas regras com o tipo de cartas que mais se enquadravam nas classificações utilizadas pelos manuais epistolares, sendo elas: Negócios e Encargos e Participação e Notícias.

As cartas selecionadas no decorrer da pesquisa PIBIC, foram as publicadas e postas em circulação no seio da população da Província da Paraíba⁴, sendo cartas publicadas em forma de denúncias e pedidos, a serem confrontadas com os Relatórios de Presidentes da Província e demais jornais do mesmo período. Não se obteve confirmações documentais satisfatórias que comprovassem o cumprimento da solicitação, ordem ou pedido devido os poucos recursos documentais para comprovar os objetivos ou motivos das ordens dadas pelas autoridades instituídas.

Concomitantemente à busca das cartas nos jornais, realizamos leituras relacionadas ao tema, ao participar do grupo de estudos da coordenadora do projeto, de encontros com outros profissionais da educação, em palestras sobre História Cultural e História da Educação; pesquisei e estudei, nos manuais epistolares, as instruções normativas para escrever cartas, em livros de língua portuguesa, no acervo das bibliotecas da UFPB e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), *Campus* João Pessoa e na internet.

A maioria das obras disponíveis para a pesquisa estavam digitalizadas, dentre elas: *Corte na Aldeia* (1618) de Francisco Rodrigues Lobo; *O Secretario Portuguez Compendiosamente* (1801) de Francisco José Freire; *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860, 3 ed); *Código do Bom Tom ou Regras de Civilidade e Bem Viver no XIXº Século* (1875) de J.I. Roquette.

O conhecimento dos manuais de língua estrangeira, a exemplo de *La Secrétaire à la Mode de Sieur* (1650) de La Serre; *Le Nouveau Secrétaire de la Cour* (1714) de Monsieur Milleran; *Manual del Escribiente* (1831) de D. Romualdo, trazidos pela orientadora da pesquisa tinham como intuito compará-los aos manuais em língua portuguesa – quanto à forma, estrutura de organização e os tipos de cartas, com os respectivos exemplos.

⁴No século XIX a nomenclatura utilizada para designar o atual Estado da Paraíba era *Província da Parahyba do Norte*. Porém, na dissertação utilizaremos a nomenclatura Província da Paraíba, mesmo quando se referir ao oitocentos.

É importante destacar que as cartas e os manuais epistolares, com o passar dos séculos e com o uso contínuo dos mesmos, estes passaram a ser indispensáveis em diversas situações: da casa à rua, da vida pública à vida privada, das situações familiares às amorosas e das situações de queixas às educativas.

Nessa perspectiva, Gondra (2003, p. 17) considera que as cartas e os manuais epistolares são formados por “gestos repetidos que supõem relação com a escrita e a leitura, não constituindo apenas objetos a serem ensinados, mas, igualmente, ferramentas por intermédio das quais encontros são marcados, demandas afirmadas e perspectivas negociadas”. Compreende-se, pois, que tanto as cartas quanto os manuais epistolares eram relevantes e necessários para que os cidadãos pudessem não somente aprender a se comunicar através das correspondências, mas principalmente educar-se, ao ser orientado para uma profissão, a exemplo dos secretários.

Com a crescente utilização da escrita de cartas, cujas formas e linguagens eram utilizadas aleatoriamente e desorganizadas, surge à necessidade de se colocar em ordem os diversos modos de escrevê-las, repercutindo na elaboração e na publicação de livros e manuais direcionados para esse fim, de modo a normatizar e regularizar, de forma didática, a consulta à escrita de cartas. Segundo Gómez (2002, p. 28-37):

[...] as cartas foram adquirindo uma dimensão específica como gênero literário segundo avançava o século XVI, [...] despertou a conveniência de pôr ordem nas mesmas e no modo de escrevê-las, atualizando, assim, a preocupação por um gênero cuja fortuna corre paralela ao ciclo inaugurado pela exaltação renascentista [...] e pelo maior espaço dado ao íntimo e ao privado. [...] os tratados epistolares e as cartas vieram a contribuir à constituição e expansão da chamada civilização cortesã.[...] nasceram com o fim de estabelecer algumas normas sobre a redação de cartas, a família destas e, em especial, o protocolo social da escrita.

A minha experiência profissional de pedagoga, lecionando na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, antecedeu à pesquisa PIBIC, ministrava uma disciplina de linguagem, mais especificamente, o ensino de redação, em escolas da rede particular. Nessa oportunidade aproveitei para observar as formas utilizadas pelos autores dos livros didáticos, em relação ao ensino dos conteúdos dos gêneros textuais, momento importante para novos questionamentos, como: quais as estratégias utilizadas para a produção da escrita de diferentes textos, a exemplo de bilhetes, avisos, regras de jogos, descrições de sentimentos e paisagens e das cartas?

A minha atuação como pedagoga continuou mesmo após o término da pesquisa PIBIC, nesse período como docente, em sala de aula trabalhei com alguns títulos sobre a temática dos gêneros textuais, tais como: *Oficina de Escritores* (2012), de Hermínio Sargentim; *Português Linguagem: 3º Ano do Ensino Fundamental I* (2012), de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães.

Essas obras são produções que, entre outros objetivos, propõem instruir sobre a redação de cartas. Porém, é importante destacar que, os textos sobre cartas estavam reduzidos a um único capítulo, muitas vezes bastante curtos, com poucas páginas, apresentando as regras básicas da estrutura de uma carta, porém não de forma descritiva, mas apenas diagramada: a posição na folha do local e data, os espaçamentos, a assinatura e a maneira de preenchimento do envelope.

Ao realizar um estudo comparativo, estimulado pelos conhecimentos construídos durante a experiência de pesquisa, no que diz respeito à escrita de cartas através dos manuais epistolares, pude observar que antes do século XIX⁵ já existia uma produção significativa de livros completos, especializados exclusivamente no ensino das regras de escrever cartas.

Mesmo no século XX, havia ainda a circulação dos manuais epistolares que contemplavam um livro específico para este fim. Contudo observa-se, uma redução do número de páginas, ou seja, o que antes era um livro agora passa a ser apenas capítulos que compunham os livros de civilidade. Dentre outros, tive acesso ao *Pequeno Manual de Civilidade para uso da mocidade*, de 1932, pertencente à Coleção Frère Théophile Durand (FTD) e *O Mundo da Criança - Caminhos que levam a aprendizagem*, de 1949, da Editora Delta. Essas obras eram brochuras ricas em detalhes, tanto no que se refere aos conteúdos como nos adornos que compunham os livros.

Mesmo em pleno século XXI as produções de livros didáticos escolares ainda utilizam o ensino das regras de escrever cartas, contudo fazem uso apenas de um capítulo, normalmente enxuto, contendo as regras preliminares diagramadas. Porém, diferentemente dos livros publicados nos séculos passados, não contemplavam esclarecimentos sobre as regras de convivência, determinadas e convencionadas para trocas de correspondências.

Dessa forma, os pormenores antes valorizados foram eliminados, como os pronomes de tratamento utilizados para cada tipo de signatário, observando sua posição social; os acontecimentos e solenidades que a civilidade exige à emissão de uma carta; as formas

⁵Pode-se citar como exemplo de manuais epistolares que circularam em Portugal e no Brasil: *Corte na Aldeia* (1618) de Francisco Rodrigues Lobo; *O Secretario Portuguez Compendiosamente* (1746) de Francisco José Freire.

diversas de dobrar o papel, de colar o envelope, por quem e como enviá-las, dependendo de quem irá recebê-la; e, principalmente, com um número reduzido de exemplos.

Atualmente os livros didáticos apresentam geralmente uma única figura ilustrativa de um modelo de carta redigida e seus conteúdos não apresentam variedades de tipos de cartas. Dessa forma, fica bastante reduzido à abordagem dos assuntos com essa temática.

Essas descobertas foram bastante significativas no decorrer da pesquisa, para ampliar e sistematizar mais os seus delineamentos, provocando algumas inquietações. Porém, ainda não se constituíam em objeto de estudo claramente definido para a dissertação. Contudo, fomentou as futuras indagações que me levaram à definição do problema de pesquisa que será exposto posteriormente neste texto.

Vale salientar, que naquele momento não me interessava apenas com a escrita de cartas publicadas nos jornais, pois me atraía mais o processo de sua implementação dentro dos moldes estabelecidos pelas regras de etiqueta e civilidade. Interessava-me obter o conhecimento da informação dos supostos leitores e, principalmente, quem as produziam.

Os manuais utilizados como fontes da pesquisa PIBIC encontravam-se todos digitalizados, inclusive a terceira edição do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860), escolhido como fonte da pesquisa e resulta de uma ampliação do capítulo *Das Cartas*, do livro *Código do Bom-Tom* (1845) de J.I. Roquette. Sua escolha se deu por ter sido a última edição publicada, disponibilizada para estudo da pesquisa PIBIC. Seu marco temporal foi o século XIX, quando passou a ser considerado um manual completo e utilizado exclusivamente para o ensino protocolar de cartas⁶, já que os demais foram produzidos e circularam em séculos anteriores.

Vale ressaltar que foi a partir do contato e da leitura da obra que novas perguntas emergiram, provocativas de novas inquietações, pois senti a necessidade de descrever sobre sua materialização, o que me impulsionou a iniciar na internet a busca virtual por indícios sobre o objeto de estudo e fonte de pesquisa, o livro o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d), de J. I. Roquette.

A aquisição desse livro, não foi algo tão fácil de se realizar, por se tratar de uma obra antiga, talvez de um gênero 'menor', que se distanciava das grandes obras literárias consideradas, até então, objeto de pesquisas, e que no meu entendimento mereciam ser

⁶Havia edições e publicações de manuais de escrever cartas com temas variados, à exemplo dos que ensinavam a escrever cartas de amor, mas esse manual epistolar ensinava a escrita protocolar de cartas mais formais e endereçadas a um público específico e com assuntos variados.

guardadas com extremado cuidado. Entrei em diversos “sites de busca”⁷, fiz uma procura minuciosa e paciente, até encontrar, finalmente uma pessoa interessada na venda particular de um exemplar, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, e por meio da tecnologia dos *e-mails* concretizou-se a compra.

Esse dado, sobre a existência de um manual ensinando a fazer cartas confirma e se constitui no primeiro indício na pesquisa quanto à presença e à circulação do manual epistolar no Brasil, pois chega às minhas mãos a décima edição do livro com as marcas do(s) leitor (es) que o utilizou (ram). Ao reuni-los aos demais sinais que serão expostos posteriormente, pode-se hipotetizar que houve uma significativa circulação deste título e, quem sabe, de outros em nosso país. É o caso da nossa referência ao mais antigo manual de escrever cartas, encontrado durante as visitas aos arquivos e *sites*, intitulado de *Corte na Aldeia* (1618), de autoria de Francisco Rodrigues Lobo. Nessa obra, ele define a carta, sua importância e surgimento da seguinte forma: “é uma mensageira fiel que interpreta o nosso ânimo aos ausentes, em que lhes manifesta o que queremos que eles saibam de nossas cousas, ou das que a eles lhes revelam” (LOBO, 1618, p. 39).

Pude observar que progressivamente ocorreu uma diminuição significativa, ou quase nula, de parte da população, da consulta aos manuais epistolares no momento de escrever e enviar cartas, principalmente às pessoais. Nos livros didáticos, que circulam nas escolas do país no século XXI, ensina-se como se escreve uma carta nos moldes tradicionais⁸, de forma manuscrita e tendo o papel e o envelope como suportes⁹.

Porém, conforme citado anteriormente, os manuais epistolares são tratados, nos atuais livros didáticos, de forma reduzida, em apenas alguns capítulos enxutos, com exemplos simples e de forma diagramada, sem se aterem aos conteúdos e advertências quanto à escrita de cartas encaminhadas aos destinatários.

Essas descobertas foram de grande importância para a construção da pesquisa, no sentido de analisar e problematizar sobre o modelo cultural disposto pelo ensino da civilidade,

⁷A compra foi feita pelo site especializado em compras e vendas pela internet <<http://www.mercadolivre.com.br/>> em 03 de julho de 2014, porém existem outros sites também especializados que continham diversos títulos relacionados como o <<http://www.submarino.com.br/>>; <<http://www.buscapi.com.br/>>, entre outros.

⁸Segundo Marcuschi (2008) “as cartas de uma forma geral são definidas como gêneros textuais, os quais referem os textos materializados em situações comunicativas recorrentes” (p.155). “Os e-mails enquanto correlatos das cartas pessoais, teremos um gênero [...]a ideia mais comum em relação aos e-mails é que sejam vistos como um gênero da área epistolar” (p.185).

⁹Não é de interesse da pesquisa questionar a importância do ensino do gênero textual na sala de aula, inclusive tendo observado que nestes mesmos livros já ocorrem o ensino da produção e envio de e-mail concomitantemente, apenas este foi o mote principal para a reflexão de outros questionamentos.

em relação à inserção e circulação dos manuais, que durante séculos cumpriram seu propósito, quanto à escrita protocolar de cartas. Assim, foi possível formular os seguintes questionamentos: Como eram esses livros? O que eles ensinavam quanto ao ser ‘civilizado’, ‘elegante’? O que se pretendia comunicar através de cartas? Essas perguntas constituem o desafio mesmo da pesquisa, na qual busco responder, questionar, sobretudo, nossos modos de ver um objeto de investigação, tornar estrangeiro o que para mim e para os outros é próximo e parece natural. Fazer o necessário estranhamento e o difícil exercício de ver diferente a minha própria pesquisa, e o objeto que me proponho pesquisar.

Neste momento um olhar pedagógico foi lançado, em busca de se pesquisar a História da Educação supondo que, estes manuais epistolares tiveram sua importância histórica na constituição do ensino da leitura e da escrita. Foram importantes instrumentos no projeto civilizador em curso no país e, inclusive, na Paraíba – cenário da pesquisa ora em discussão, pois havia a produção, a edição e a publicação de livros completos, exclusivamente para o ensino da escrita de cartas. Desta forma o manual escolhido, *Novo Secretário Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) passou a ser tratado como objeto cultural. Para Bourdier (2011, p. 240), ao se,

[...] produzir um objeto cultural, qualquer que seja, eu não produzo simultaneamente o universo da crença que faz com que seja reconhecido como um objeto cultural, como um quadro, como uma natureza-morta, se não produzo isso, não produzi nada, apenas uma coisa. Dito de outra maneira, o que caracteriza o bem cultural é que ele é um produto como os outros, mas com uma crença, que ela própria deve ser produzida. É isso que faz com que um dos únicos pontos sobre os quais a política cultural pode agir seja sobre a crença: ela pode contribuir, de uma maneira ou de outra, para reforçar a crença.

Seguindo assim, a perspectiva metodológica da História do Livro e da História da Civilidade, a escolha da obra *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d), de J. I. Roquette se constituiu como objeto de estudo e fonte de pesquisa, e insere-se no projeto maior de se construir uma identidade nacional, no bojo da construção de um país moderno e civilizado, utilizando-se os manuais de conduta como dispositivos de formação na educação dos brasileiros, coletivamente e de cada sujeito em particular.

Dessa forma, este trabalho de pesquisa teve como objetivo principal evidenciar o manual *Novo Secretário Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) como um livro que fez parte da categoria “educação para a civilidade” e que circulou pelo país, inclusive na Província da Paraíba. Assim, a escolha se justifica por este impresso se apresentar como instrumento de

formação, ensinando as regras e as condutas que a população deveria tomar para si e legitimar no seu cotidiano, no sentido de se comportar como pessoas civilizadas e educadas, utilizando como instrumento os manuais e, especialmente, neste caso particular, a escrita de cartas: o ato de escrever revelaria muito do sujeito e do trato como 'pessoa de bons modos'; um objeto de distinção, pertencente a uma elite diferenciada, conforme se apresenta em um fragmento recortado da fonte: “Por isso ha muitas cousas que observar á cerca da contextura das cartas, do papel que se ha de empregar, e varias outras particularidades que não são para desprezar se quizermos passar por gente bem criada, e que conhece as regras de bem viver”. (ROQUETTE, s/a, p. 01).

De maneira específica na pesquisa realizada, trabalhamos com a definição de civilidade como sendo um conceito que compreende a educação do corpo e da alma, no sentido de moldar os homens, as mulheres e as crianças para uma convivência em sociedade; para deixar claro que a educação protocolar também ocorria no modo de escrever cartas, e com a utilização de manuais apropriados para este fim, empregando como exemplo o *Novo Secretário Portuguez ou Código Epistolar* (s/d). Este teve o conteúdo de suas páginas analisado, observando os enunciados do discurso, por meio dos exemplos dados pelo autor, bem como as personalidades escolhidas como modelo padrão da boa escrita de cartas (Cf. Anexo A).

Para que se fizesse possível o cumprimento de tais objetivos o trabalho apoiou-se na Nova História Cultural para entender a circulação e representação do objeto cultural ora apresentado. Como novo campo da historiografia e herdeira da Nova História, esta última resultado do processo de renovação no domínio da ciência desde a década de 1970 do século passado é caracterizada como ‘ruptura epistemológica’, transgredindo fronteiras há tempos estabelecidas (LE GOFF, 1995).

E prossegue Le Goff:

A história nova [...] substituiu a história [...] fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada na multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem. (LE GOFF, 1995, p. 28-29, grifos do original).

São essas possibilidades abertas pela historiografia da educação e pela história cultural que nos permitem hoje pesquisar objetos singulares, com liberdade para expandir as estratégias metodológicas. É nessa cartografia que colocamos a temática dos manuais de civilidade, como dispositivos de formação educacional, segundo os discursos produzidos, sobretudo por um manual sobre as regras de escrita de cartas – *Novo Secretário Português ou Código Epistolar*, documentos que elegemos como fonte profícua da pesquisa.

O livro *Novo Secretário Português ou Código Epistolar* (s/d) pode ser compreendido como um dispositivo de formação utilizado historicamente no interior de uma sociedade que se autodenominava moderna, na escrita protocolar de cartas, em busca do aperfeiçoamento da civilidade. Porém, particularmente no que se refere ao ensino da escrita de cartas, que é um dos principais subtemas abordados no ensino maior da civilidade, ainda é pouco explorado pelos pesquisadores, constituindo-se em novo objeto de pesquisa em educação, importante para a compreensão da educação em um tempo específico, suas discontinuidades e suas similitudes discursivas. Vale lembrar ainda sobre a importância que teve o ensino da forma adequada de se redigir cartas, para o processo de ensino e aprendizagem, da leitura e da escrita da população.

De acordo com Cardoso (2011, p. 287):

O aporte teórico-metodológico da História Cultural contribui para ampliação dos objetos de pesquisa, possibilitando novas abordagens e o uso de novas fontes, oferecendo aos pesquisadores/as da História da Educação um instrumental capaz de estabelecer olhares múltiplos sobre os diversos aspectos das práticas educativas.

Nessa perspectiva da metodologia no trato com o objeto a ser pesquisado, surgiram nomes importantes no cenário acadêmico, nacional e internacional, bem como estudos que discutem sobre o processo civilizador, sua origem e consequências no ocidente, sobre variados aspectos que influenciaram a dinâmica da sociedade como um todo. Por isso, durante o decorrer da pesquisa tive o cuidado de examinar os bancos de dados das dissertações de mestrado e das teses de doutorado, arquivados em páginas de *sites* de universidades e instituições especializadas em estudos científicos, no intuito de tomar conhecimento a respeito dos temas e títulos que estavam sendo estudados e que tinham como palavras-chaves: civilidade, manual de civilidade, manual de escrever cartas, manual epistolar, obtendo uma quantidade expressiva de textos que merecem destaque.

Para uma melhor sistematização e organização do estudo, foram escolhidos seis *sites* de instituições educacionais reconhecidas nacional e internacionalmente, em virtude da sua seriedade e credibilidade junto aos órgãos acadêmicos de fomento à pesquisa, tais como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Universidade de São Paulo (USP), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de História (ANPUH) e o Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), no qual estamos cursando o mestrado e, diretamente, relacionado com o estudo que esse texto se propõe discutir.

Foram encontradas variadas temáticas nas diversas áreas que se relacionavam, principalmente, com o tema civilidade – em Arquitetura e Engenharia, discutindo sobre urbanismo e ética, frequentes nas pesquisas na área do Direito; os hábitos de higiene nos estudos Médicos; e, em Educação, quando relaciona os livros/manuais ao saber escolar. Esse levantamento foi realizado entre os meses de agosto e setembro de 2013.

Ao digitar a palavra 'civilidade' na ferramenta de busca das páginas direcionadas aos trabalhos acadêmicos produzidos, surgiu como opção para leitura 15.963 textos científicos em áreas diversificadas no Portal da CAPES. No portal *SciELO* foram anunciados 33 títulos que mencionavam esta palavra em suas linhas de pesquisa. No site da USP foram encontradas cinco dissertações de mestrado e sete teses de doutorado; nenhuma produção referente ao tema foi encontrada nos *sites* da ANPEd e da ANPUH, bem como no *site* do PPGE/UFPB¹⁰, no qual a pesquisa encontra-se vinculada.

Para as palavras-chave 'Manuais de escrever cartas' apareceram: quatro textos na CAPES, mas não foi encontrada qualquer referência sob este título nos *sites* do *SciELO*, da USP, do PPGE/UFPB, da ANPEd e da ANPUH.

Quando se utilizou os termos 'manual de civilidade' e 'manual epistolar' nos *sites* citados acima, em nenhum deles havia referências de produções. Porém, quando foi digitado 'História da Educação' na página da USP ocorreu o aparecimento de duas dissertações de mestrado, três teses de doutorado e uma tese de livre docência, cujos títulos tinham relação com a temática, ou seja, cartas e manuais de escrever cartas; nos demais *sites* não houve qualquer referência aos temas pesquisados.

¹⁰Existe uma Tese defendida no ano de 2008 na UFPB da Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva cujo título é a Tradição da Civilidade nos Livros de Leitura no Império e na Primeira República, porém a mesma não foi divulgada no site do PPGE/UFPB.

Porém, ao se colocar as palavras citadas acima, 'manual de civilidade' e 'manual epistolar' no portal de busca¹¹, sem especificar um *site* direcionado aos textos acadêmicos, aparecem artigos científicos relacionados a esses temas, inclusive alguns vinculados às universidades e algumas outras instituições, como a UFPB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a exemplo de Sena (2010), vinculada à UFPB, com *A conversação como modo de distinção no Império: Tesouro de Meninos e Código de Bom-Tom nas escolas brasileiras*, publicada na *Revista HISTEDBR On-line*; Figueirêdo (2006), vinculada à UFRN, com *Ensinamentos úteis dos Manuais Código do Bom-Tom e Adoremus: Caicó-RN, século XVIII e XIX*; Barbosa (2011), vinculada à UFPB, com *A arte de adaptar livros no século XIX: O Novo Secretário Português ou O Código Epistolar, por J. I. Roquette*, Silva (2006) *Código de Bom-Tom: Os manuais de etiqueta e a formação de uma “boa sociedade” nos trópicos (Rio de Janeiro, 1840-1850)*, disponibilizado em forma de CD-ROM pela ANPUH/SP.

Como se pode observar, a pesquisadora Socorro de Fátima P. Barbosa, vinculada à UFPB escreveu sobre o manual epistolar *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860), abordando o surgimento dessa obra a partir do capítulo *Das Cartas*, presente no livro que o antecede, ou seja, o *Código do Bom-Tom* do mesmo autor, cuja primeira edição data no ano de 1845. Diz ela:

De José Ignacio Roquette, conhece-se bem Código do Bom-tom. O seu manual de escrita epistolar, publicado primeiramente com o título de Código epistolar, ou regra e advertências para escrever com elegância toda a sorte de cartas, acompanhadas de modelos sobre todos os assumptos, no ano de 1846, em Paris, é uma ampliação do capítulo Das Cartas, do Código do Bom-tom. A única diferença é o acréscimo de um numero considerável de exemplos dos mais variados tipos de cartas. O Código epistolar foi oferecido às mocidades Portuguesa e Brasileira, e faz parte do conjunto de obras chamadas literatura de civilidade, termos que à época deveriam incluir também os súditos que viviam no Brasil Imperial. Neste trabalho, discutiremos os mecanismos utilizados pelo autor para transformar seu livro de civilidade em um manual de escrever cartas, mais popular e com um publico maior, fora do universo escolar (BARBOSA, 2011. p.1).

Porém, no artigo citado acima, a autora não objetiva discutir ou analisar os conteúdos e as possíveis mensagens no que se referem à 'educação de corpos e mentes', estimulados de forma direta e indiretamente pelos manuais de civilidade, por meioda escrita de cartas. Ela busca dar visibilidade ao fato de que, dentre as variadas formas de se regular o comportamento humano em relação aos comportamentos de como sentar à mesa, ir à igreja e

¹¹Neste caso, site de busca usado foi o <www.google.com.br>. Acesso em 20 março de 2015.

frequentar os bailes, dentre outros. Também era ensinada a forma adequada de se enviar, receber e responder uma carta. É em relação a este ensinamento que a presente dissertação se propõe discutir.

No seu artigo científico *Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira*, de 2001, a autora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa coloca em discussão, no recorte temporal compreendido entre os séculos XVII e XIX, portanto um tempo compreendido como de Longa Duração, no sentido dos usos, das representações e sobre a permanência das regras, bem como das eventuais descontinuidades observadas nos manuais *Corte na Aldeia* (1619)¹², *Secretario Portuguez Compendiosamente* (1745) e *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1846). Neste artigo ocorre a análise do conteúdo dos manuais epistolares, porém de forma comparativa dos três títulos, sem um maior aprofundamento, por se tratar de uma produção com cerca de 20 páginas, cujo objetivo maior é mostrar a representação dos manuais quanto a sua popularidade a partir de meados do século XIX, quando se tornam simples manuais de consulta para escrita de cartas.

A autora afirma que esse gênero literário deixou de ser classificado como 'literatura de civilidade' para ser um manual de consulta para elaboração de cartas com fórmulas gastas, como se vê na citação a seguir:

Guia-nos a hipótese segundo a qual os manuais epistolares, a partir da segunda metade do século XIX, deixam de pertencer ao gênero dos manuais de civilidade, destinados à educação dos membros das classes abastadas, [...] e passam a constituir um escopo de livros populares, que visam repetir fórmulas gastas. (BARBOSA, 2011. p. 81).

De forma bastante perspicaz 'os educadores da civilidade' utilizavam a materialidade da carta – o papel e o lápis, como instrumento no ensino da civilidade. A carta funcionaria como um instrumento de avaliação e consagração de uma pessoa educada e distinta, ou seja, estaria registrando e confirmando seu comportamento como pessoa polida e de 'fino trato'.

As palavras e os gestos podem até serem esquecidos ou desmentidos perante outras pessoas, mas a escrita documental se comportaria de forma contrária: ela pode ser incontestável, mas se está registrada, não apenas nos gestos, impressões e olhares das pessoas que estavam em determinado ambiente social. As cartas ficavam para toda vida armazenadas,

¹² A data comumente usada na comunidade acadêmica faz referência à essa publicação como sendo de 1618, porém nesse artigo específico a autora afirma ser de 1619.

e nelas estaria a comprovação da civilidade da pessoa que a redigiu, do seu aprendizado no que se refere à polidez, tão importante para um/a cidadão/cidadã cortês do século XIX, e mesmo em início do século XX¹³.

Toda didática para seguir à risca as estratégias que favorecessem uma escrita de alto nível de excelência estava pautada nos manuais epistolares, nos quais 'tais educadores' da civilidade, pessoas munidas dessa 'autoridade', escreveram baseando-se na elaboração, divulgação e venda desse gênero literário, como também, em autores já consagrados anteriormente, por isso o sucesso, a crescente e a sucessiva popularidade das edições dos manuais de escrever cartas.

Então, torna-se relevante este trabalho de pesquisa pela proposta de analisar o conteúdo e a perigrafia do manual epistolar *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d), em relação ao ensino da escrita de cartas. Nessa perspectiva, o projeto civilizador torna-se um tema mais abrangente, podendo servir de fonte para futuros estudos, com mais profundidade, sobre a civilidade na Província da Paraíba, visto que este livro circulou por aqui, comprovado através dos anúncios de venda desse título nos jornais Oitocentistas.

Para discutir sobre o tema proposto na dissertação nos baseamos em alguns teóricos importantes na discussão sobre Civilidade, História do Livro e Manuais Epistolares no cenário internacional, nacional e regional, como: Nobert Elias, Erasmo de Rotterdam e Lilia M. Schwarcz, no que se refere à Civilidade de uma forma mais generalizada; Roger Chartier, nas questões direcionadas à História do Livro e com participação no que tange aos Manuais Epistolares; Antonio Castillo Gómez, José Gondra, Maria Teresa Santos Cunha, Maria Helena Camara Bastos e Carla Gastaud, além de Socorro de Fátima P. Barbosa e Fabiana Sena da Silva, para o embasamento teórico no que tange aos Manuais de Escrever Cartas.

1.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: A CIVILIDADE ATRAVÉS DOS MANUAIS EPISTOLARES

Estudos no campo da História da Educação destacam alguns elementos que nos ajudam a pensar o processo de formação da população e do sujeito singular, sobretudo a partir de finais dos Oitocentos. São pesquisas que dão visibilidade ao fato de que o Brasil,

¹³O cuidado com a civilidade já ocorria séculos antes do XIX: por exemplo, o manual epistolar *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, data do século XVII e o *Secretário Portuguez Compendiosamente*, de Francisco José Freire teve sua primeira edição ainda no século XVIII. Porém, o século XIX destaca-se por ter havido uma maior preocupação com as questões civilizatórias e os comportamentos advindos das cortes aristocratas.

juntamente com Portugal, importaram da França alguns hábitos ensinados e direcionados ao homem cortesão, os quais deveriam ser aprendidos e praticados no cotidiano pelos homens e mulheres comuns, tornando-os e evidenciando-os como pessoas mais comedidas, com gestos e sentimentos mais controlados.

Desde o final do século XVIII, anos antes da Revolução Francesa, num relevante movimento que convulsionou todo o ocidente, a elite francesa “adotou algumas regras e padrões à mesa, assim como regulou condutas e posturas para os locais públicos e, sobretudo, de grande convivência social” (SCHWARCZ, 1997, p. 7). Porém, outros estudiosos vão além, ao firmarem que:

[...] na primeira linha das preocupações estão as relações interpessoais e invariavelmente a acentuada insistência na diferenciação dos tratamentos em função da diferente condição ou qualidade da pessoa. De qualquer modo, tratava-se sempre de propor regras que promovessem o reconhecimento do outro e que facilitassem um diálogo adequado à manutenção de canais de comunicação que assegurassem a eficiência da dinâmica organizacional necessária ao funcionamento da sociedade (FERREIRA, 1986, p. 5).

Segundo compreensão desses estudos, a forma de estar, vestir, falar, comer, conversar e demais comportamentos sociais implicavam em gestos de convivência coletiva, denominando-os de ‘civildade’. Quanto às atitudes ‘morais’, estas não se faziam presentes desde o nascimento, mas iriam sendo incorporadas aos hábitos rotineiros, ao longo da história e da vida de cada indivíduo e, conseqüentemente, moldavam suas posturas devendo ser vigiadas e praticadas desde o despertar até o retorno ao descanso. Para Cunha (2004/2005, p. 351):

[...] à maneira do *deve ser*, encarnada em dizeres e regras, as práticas de civildade podem ser consideradas como formas de racionalização do cotidiano e se confundem com a repressão dos sentimentos que, num estágio de *civilização*, propicia o ‘abrandamento das pulsões’, que se tornam socialmente aceitáveis apenas se reprimidas.

Complementando essas ideias, segundo Ribeiro (1990, p. 10), “a moralidade não é um traço natural, nem legado da graça de Deus - ela foi adquirida por um processo de adestramento que terminou fazendo, do homem, um animal interessante, um ser providente e previsível”. Esta afirmação baseia-se no pensamento de Norbert Elias, ao dizer que:

[...] mesmo na sociedade civilizada, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente

sofre é uma função do processo civilizador social. Por conseguinte, a estrutura dos sentimentos e consciência da criança guarda sem dúvida certa semelhança com a pessoa 'incivil'. O mesmo se aplica ao estrato psicológico em adultos que, com o progresso da civilização, é submetido com maior ou menor rigor a uma censura e, em consequência, encontra nos sonhos uma válvula de escape. Mas desde que, em nossa sociedade, todo ser humano está exposto desde o primeiro momento da vida à influência e à intervenção modeladora de adultos civilizados, ele deve de fato passar por um processo civilizador para atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da história, mas não através das fases históricas individuais do processo civilizador social (ELIAS, 1990, p. 15).

O autor supracitado deixa claro, em seus escritos, o fadado destino dos seres ao caminho irreversível dos hábitos regulamentares das normas ditadas pela civilidade, desde a tenra infância, e que, tal postura, já deve ser incutida nas pessoas desde os primeiros anos de vida, passando o ser de um sujeito único a um ser inserido em uma sociedade com normas, regras e costumes.

A origem e a dimensão do conceito francês *civilité* para o mundo ocidental, a partir da Idade Média, época do desmoronamento da “sociedade cavaleiresca e da unidade da Igreja Católica” (ELIAS, 1990, p. 67) são apontadas nos seus estudos. Esse conceito serviu de base para o surgimento de um novo modelo de sociedade, deixando claro a importância de todas as épocas anteriores e as do decorrer da história, como estágios importantes para a 'civilização'. Elias (1990) também aborda nos seus estudos a particularidade da sociedade ser constituída de várias nacionalidades distintas, guiadas por uma língua unitária, diga-se a do comportamento civilizatório. Assim, cada nação teria e tem seu território, sua cultura e costumes particulares, mas seriam regidas pela ideia maior de uma pátria civilizada em sua autoimagem e características.

Elias (1993) vai nos mostrar através de sua pesquisa histórica as transformações relacionadas ao aumento da distância em comportamento e estrutura psíquica total entre crianças e adultos no decorrer do processo civilizatório, as quais se relacionam com a formação dos Estados modernos. E reitera o autor:

O conceito de *civilité*, também, constitui expressões e símbolos de uma formação que enfaixava as mais variadas nacionalidades, na qual, como na Igreja, uma língua comum é falada, inicialmente o italiano e, em seguida, cada vez mais, o francês. Essas línguas assumem a função antes desempenhada pelo latim. Traduzem a unidade da Europa e, simultaneamente, a nova formação social que lhe fornece a espinha dorsal, **a sociedade de corte**. A situação, a autoimagem e as características dessa sociedade encontram expressão no conceito de *civilité*. (ELIAS, 1990, p. 67, grifo nosso).

Devemos, pois, pensar a civilidade não como um conceito ensinado e praticado pelo público dos séculos XIX e XX. A civilidade surgiu na corte europeia, era privilégio dos príncipes e dos cortesãos das aristocracias, cujos ensinamentos eram transmitidos através dos preceptores – professores treinados para tais fins, à exemplo de Erasmo de Rotterdam (PINTO, 2013).

No século XVI existia a associação da aprendizagem dos bons costumes aos professores, sendo eles e seus materiais de ensino personagens importantes para essa educação que deveria ultrapassar os portões dos castelos e alcançar toda uma sociedade, tanto na individualidade do lar como nos passeios em lugares públicos. Seria a 'caridade' dos nobres para com a população desprovida de educação, como assevera Feracine (2011, p. 33):

Erasmo vivenciou tal compromisso, assumindo o encargo de educar um filho da nobreza. Foi quando se lhe descortinou a hipótese de um futuro próximo em que todas as crianças, oriundas de qualquer classe ou camada social, seriam agraciadas pelo esmero da aprendizagem de bons modos.

Assim como seus seguidores, Erasmo de Rotterdam preconizava o aprendizado dos hábitos regrados desde os primeiros anos, pois acreditava que: “A criança, cuja infância for agraciada por um processo educativo adequado, ingressa, com naturalidade, nas etapas sucessivas de crescimento até culminar amadurecida na plenitude de seus talentos, onde encontra e desfruta a felicidade existencial” (FERACINE, 2011, p. 34).

Mudanças ocorreram no sentimento em relação à população na literatura e na linguagem, quando os tratados de civilidade, os escritos indistintamente para adultos e crianças vão ser individualizados para estas últimas; contudo, mesmo a partir de então dirigidos à criança, esses artefatos culturais de disciplinamento dos costumes permanecem nas práticas sociais ainda por muito tempo. Como tratados de civilidade, tão comuns desde o século XVI - sob o efeito das mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais europeias no processo de civilização - são reeditados a partir do século XVIII, passando a tratar de modo diferente as questões de *educação e decoro*, nos quais desaparece cada vez mais o detalhamento das regras.

As mudanças nos tratados das sociedades de corte, como o de Erasmo de Rotterdam (*De civilitatemorumpuerilium*, de 1530), deu-se com a criação de novos padrões de vergonha e repugnância e o desenvolvimento do sentimento de delicadeza, quando antes os tratados não faziam qualquer injunção e proibição às condutas relacionadas aos costumes de modo geral.

Estas não chegavam sequer a se constituir em assunto íntimo e privado. Um bom exemplo disso, é que já não era mais possível admitir o acesso das crianças a livros escolares com o teor dos escritos de Erasmo em seus *Colloques*, censurado por tantos educadores e moralistas inclusive pela Igreja, como “ímorais”, por tratar entre outras temáticas da prostituição.

Um manual de grande relevância em 1729¹⁴, de autoria de La Salle, recomendava: “Evite produzir ruído quando assoar o nariz [...] Antes de assoá-lo, é indelicado passar muito tempo tirando o lenço do bolso. ‘Demonstra falta de respeito para com as pessoas com quem se está’ desdobrá-lo em lugares diferentes para ver de que lado vai usá-lo”. Cerca de meio século depois, ao ser reeditada a mesma obra, no ano de 1774, vê-se uma mudança nas orientações sobre o mesmo comportamento: “Colocar os dedos dentro do nariz é uma impropriedade revoltante e tocando-o com muita freqüência ‘incômodos podem resultar, que são sentidos durante muito tempo’”. (ELIAS, 1994, p. 151, grifos do autor).

Em nome da harmonia infantil e da sociedade na qual a criança estava inserida e que posteriormente tornar-se-á um adulto exemplar, modelo a ser seguido pelos menores e seus pares, o filósofo nos leva a pensar na certificação do ensino, na pedagogização da civilidade nos lares e nas instituições de ensino. Há um deslocamento das ações no sentido do grupo para os indivíduos em particular, os quais teriam que absorvê-las pessoalmente.

Esse medo social que ardia permanentemente em fogo lento constituiu uma das mais poderosas forças motrizes do controle social que todos os membros da classe superior exerciam sobre si mesmos e sobre outros membros do círculo em que viviam. Expressava-se na intensa vigilância com que observavam e poliam tudo o que os distinguia das pessoas de categoria mais baixa; não apenas nos sinais externos de status, mas também na fala, nos gestos, nas distrações e maneiras. (ELIAS, 1993, p. 251).

São mudanças que fazem surgir uma nova sensibilidade, provocando transformações significativas nas formas de relação entre os nobres da corte - caracterizadas pela distinção e domínio - os quais a partir de então se esmeram nos comportamentos definidos segundo normas de etiqueta e polidez como signos de distinção contidas nos tratados de civilidade.

Contudo, foi a partir de 1564, com os *Colloques* de Mathurin Cordier, com suas investidas sobre o pudor, a castidade e a civilidade da linguagem que os preceitos contidos nos escritos de Erasmo e de Vivès vão ser substituídos e fazendo proliferar outros manuais para educar para a civilidade (QUEIROGA, 2005). É nesse contexto que se coloca o *Novo*

¹⁴ Refiro-me à obra *Les Règles de labienséance et de la civilité chrétienne*.

Secretario Portuguez ou Código Epistolar com a proposta de Roquette de regras que enfim levariam a educar, a ensinar regras de boa conduta, a escrever e se comportar os sujeitos.

Dessa forma a escola passa a ser um lugar propício, por excelência, para favorecer o trabalho contínuo da educação para civilidade, o continuar dos ensinamentos já prestados pela família à criança. O que antes seria restrito a um número reduzido de pessoas da elite, formado por príncipes e elementos da corte, popularizar-se-ia utilizando o ambiente escolar, atingindo um contingente maior e de forma mais rápida. Chegaria assim, às camadas mais pobres que não tinham em casa a figura de pais detentores dos saberes e das condutas sociais propostas pela civilidade. Pode-se perceber em relação a essa época que:

Cada vez mais se vai pretender trabalhar a civilidade num tempo que privilegia a infância e em espaços que oscilam entre a família e a escola. Ora, e tomando sobretudo em consideração os discursos da civilidade, se a criança sujeita à criação doméstica, ou seja, a criança filha de famílias abastadas, podia fundamentalmente ser encaminhada por via da imitação dos pais ou dos mestres, a criança provida de famílias de baixo recursos deveria ter como lugar privilegiado de aprendizagem da civilidade a escola (FERREIRA, 1986, p. 5).

Nessa perspectiva, a escola passa a ser considerada um veículo na propagação das 'normas de etiquetas' que conduziria a uma sociedade civilizada, e que teria nas regras de comportamentos impostas para toda sociedade uma importante forma de polir e de modelar os homens durante uma convivência social. Por se tratar de uma instituição de ensino, ela precisou criar suas estratégias e instrumentos pedagógicos, apropriando-se da literatura de civilidade que se expandiu desde o final do século XVIII, trazendo para o seu interior os livros sobre assuntos existentes no mercado editorial, contribuindo para o surgimento de novos títulos e autores.

A escola brasileira precisou instruir os formadores/formadoras em relação à primazia dessas crianças, colocando nos cursos de professores das Escolas Normais, entre o final do século XIX e início do XX, disciplinas/cadeiras específicas para tais conteúdos nos seus currículos. A esse respeito, Schwarcz (1997, p.11) diz que:

Paralelamente à conformação desses padrões toma força, a partir de finais do século XVIII, mas, sobretudo durante os séculos XIX e XX, um novo gênero literário dedicado às boas maneiras e comportamentos. Com maior alfabetização e o crescimento da indústria editorial torna-se popular uma série de guias cujo propósito final é estabelecer regras e modelos de sociabilidade.

Como exemplo dessa circulação dos conhecimentos, temos o livro *Pequeno Manual de Civilidade para uso da mocidade* (1932), que segundo Cunha (2004/2005) circulou pelas Escolas Normais do Estado de Santa Catarina (SC) e pela cidade paulista de Campinas, no início do século XX. A autora faz questão de frisar as definições de civilidade por mais de uma página, deixando bem claro que a “civilidade vem do coração, mas que ela tem por obrigação ser externada por meio dos bons modos” (CUNHA, 2004/2005, p. 1), associando a civilidade à caridade, pois não seria certo ‘agredir’ com gestos e palavras o próximo. Assim, segue afirmando que:

A civilidade. – Definição. – A civilidade é o conhecimento e a prática das regras do bom trato que os homens devem observar, nas relações da vida doméstica e social. [...]

É UM DEVER. – A civilidade é ao mesmo tempo um dever de *justiça* e um dever de *caridade*.

1º DE JUSTIÇA, porque devemos respeitar e honrar com sinais externos, em todo mundo, a dignidade de criatura humana: ela é uma pessoa [...]

2º DE CARIDADE, porque todo ser dotado de sensibilidade ama o ser que lhe é semelhante. Este amor é cego nos animais, porém é racional entre os homens; funda-se na comunidade da nossa natureza, da nossa origem e do nosso destino

[...]

Definições. – O termo *civilidade* deve sua origem ao conceito de *civis*, cidadão, habitante da cidade, onde o homem é geralmente mais culto, e mais elegante nos modos (CUNHA, 2005, pp. 10;12).

Manuais variados, de autores diversos, ensinavam às normalistas e à população em geral que se propunha a lê-los, como deveriam conduzir o aprendizado de adultos e de crianças quanto aos modos adequados de comportamento. A escola assume a qualidade de ser um excelente ambiente de propagação e difusão das ideias propostas, visto que seria um lugar propício à orientação, avaliação e regulação dos comportamentos na medida em que se observa o sujeito tanto em relação a sua individualidade quanto ao fato de ser pertencente ao coletivo, na figura da instituição escolar.

A escola pode ser compreendida como uma amostra que servirá de instrumento importante na condução da população para práticas da civilidade. Porém, em relação aos conteúdos dos manuais epistolares, destaca-se que:

[...] colocavam à disposição conselhos e regras que viriam transmitir cuidados que deveriam ser seguidas nos espaços públicos e privados e procuravam internalizar, pela leitura (tanto obrigatória como de lazer) normas e preceitos de controle social tanto pela gestão de corpos e *almas* como por um conjunto de regras como portar-se com dignidade, cortesia e

elegância, próprias de uma existência civilizada [...] os manuais de etiqueta e civilidade, personificados também em romances de formação, livros de culinárias, álbuns de recordações, apresentavam e definiam regras para o controle e a contenção de sentimentos e de manifestações de sensações produzindo uma certa experiência do que era considerado civilizado, agradável, educado. Manuais eram, em suma, portadores e difusores de uma determinada concepção de mundo e de vida, de crença e de valores. (CUNHA, 2005, p. 1).

Os manuais epistolares fizeram parte da literatura de civilidade, inserido nesse gênero literário, no período compreendido entre os séculos XVIII e XX tornaram-se recursos didáticos no ensino da escrita protocolar de cartas, importante ato de civilidade individual que torna público seus modos e etiquetas sociais nas linhas de uma carta. São os aspectos pessoais aprendidos no decorrer da sua vida que estão sendo expostos coletivamente na forma usual da escrita epistolar.

Muitos se utilizaram e ainda se utilizam das cartas para demonstrar ou reprimir seus sentimentos. As cartas podiam ser guardadas secretamente pelo destinatário, como também podiam ser publicadas à gosto ou contragosto do signatário. Muitas eram feitas com o intuito certo e claro da publicação em jornais, outras formalizariam negócios, solicitaria favores, fariam convites ou pediriam desculpas. Não importando as finalidades, elas traziam em si traços de civilidade ou da falta dela. Por essas e outras razões tais livros tiveram seus públicos certos e circularam por entre ambientes públicos e privados, nas casas, bem como nas escolas e se fizeram importantes na propagação da civilização e divulgação dos seus conceitos.

1.2 A CIRCULAÇÃO DO ENSINO DE CIVILIDADE NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA NO SÉCULO XIX: PRESENÇA DO MANUAL EPISTOLAR EM JORNAIS E BIBLIOTECAS

O manual de civilidade *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d), especializado no ensino da escrita de cartas, bastante propagado em Portugal e na Corte do Rio de Janeiro no século XIX e início do século XX, também circulou e teve seus leitores aqui na Província da Parahyba do Norte¹⁵. Deixando evidências que as pessoas dessa região estavam preocupadas em aprender como deveriam redigir uma carta, para que pudessem se passar como 'pessoas educadas e de fino trato', no ato de escrever. Prova disso foram os

¹⁵ Referência terminológica para designar o atual Estado da Paraíba, na região do Nordeste brasileiro, no período histórico oitocentista, mais precisamente entre os anos de 1822 a 1864.

anúncios da venda deste título nos jornais paraibanos do século XIX, conforme pode ser visualizado nas Figuras 1 e 2.

Sabendo os negociantes de livros, da força de circulação de ideias que os jornais possuíam, era comum a presença dos anúncios de títulos recém-lançados e, também, de publicações antigas nas páginas dos jornais, pois "o livro e o jornal estabeleceram, [...] uma relação bastante próxima em que, misturada aos acontecimentos citadinos, o primeiro tinha seu lugar cativo, principalmente nas seções de anúncios presentes no segundo" (TEIXEIRA JÚNIOR, 2013, p. 1).

Na busca por dados sobre a presença e a circulação do manual no nosso país e, principalmente, na região que compreendia a Província da Parahyba do Norte no século XIX, busquei consultar os jornais da época por meio de *sites* específicos¹⁶, me atendo à década de sessenta do mesmo período. Pelo fato de existir a versão digitalizada da terceira edição do livro *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860), estabelecemos esse marco temporal em virtude da década da edição datada em 1860, para uma melhor organização e sistematização da pesquisa. Por isso, provavelmente, haveria o anúncio de sua venda por esse período; e pelo grande acervo de periódicos que se encontram digitalizados nos *sites* acima mencionados.

Encontramos dois anúncios em jornais publicados em anos distintos, que se remetiam à venda de uma lista de livros variados, porém com destaque para bíblias, livros didáticos e livros de civilidade, dentre esta lista estava o manual epistolar ora pesquisado. O primeiro anúncio no Jornal *A Regeneração* de 7 de dezembro de 1861, e no Jornal *O Publicador*, de 17 de outubro de 1864. Assim, apresentam-se os anúncios de venda de livros em dois jornais do oitocentos na Província da Paraíba, uma lista com títulos variados, porém sendo a grande parte de ordem didática, seguida dos preços, conforme podem ser visualizados nas Figura 1 e 2:

¹⁶ Os sites utilizados como fonte de pesquisa foram: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaiseifolhetins/acervo.html>> e <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>

FIGURA 1 – Anúncio da Botica Imperial



BOTICA IMPERIAL

Na pequena estante da botica imperial, tem para vender

OS SEGUINTE LIVROS:

Além de estar com estantes 5 v. 133 Grammatica latina novo methodo por o Padre Antonio Pereira. 1 v. 23 lição do Imperador Carlos Mag. ou dos dnos papas D. Frango 1 v. 33 Thesouro de grammas com estampas 1 v. 23 dits da novidade com estampas 1 v. 2240 Manual epistolar para ensinar a fazer cartas 1 v. 18.00 novissimo secretario portuguez tambem para o mesmo fim 1 vol 23 Manual da civildade deudo 1 v. 23400 emulção de rheto 1 v. 23400, oração do bom tou obra interessante 1 v. 33200, jogos de cartas 1 v. 13000, solta francesa 1 v. 63 dita latina 23000, viatase de cartas 23 rs., cornelio em latino 33500, virgilio em latino 3 v. 63 viagem de galier 1 v. 43600, laudas de curtos em formato pequeno para os segunhos 13 Economia da vida humana 1 v. 13 livro dos tempos 1 v. 13.05 Precados mormos 1 v. 133600 cartilhas 501 cartas de maba 100, taboada 10, trabalhos mormos 50 rs. di.cionario juridico de Pereira Souza 1 v. m. por. 163400 Gileira das ordens religiosas 2 v. com estampas coloridas 143 commentario civil da lei da lha lha por Correa Telles 23400, Biblia sagrada 1 v. 5 Gileira livros modems 3 v. 43 sobre mallas n. Mello 4 v. 163400 livro Enghilidico 3 v. 123 dits 2.40 linhas 3 v. 23 dits Fasciculo 2 v. 93 dits Arcos sumarios 2 v. 93 dits interdictos 1 v. 33200, dits Penques reletivitos 1 v. 23800, dits Hileto das aguas 23000, Diccionario Todo, dits 3 v. 143 Manual enciclopaidico mto til para os mormos dits pri- dits 1 v. 33 Architectura de vinda com estampas 83 obra interessante para os mormos dits dits e mormos Filtseva, Sullivan, seguinte extracto lader 2 v. 93 Antidipelia de 1. aut 1 v. 23

Antonio Thomaz Carneiro da Cunha.

Fonte: Jornal A Regeneração, 07/12/1861.

FIGURA 2 – Anúncio da Pequena Estante de Livros de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha

Na pequena estante de livros de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha além dos livros já annunciados, chegarão os seguintes de Lisboa:	
Novo secretario portuguez ou codigo epistolar, contendo regras e advertencias para escrever com elegancia toda a sorte de cartas, acompanhadas de modelos sobre todos os assumptos, extrahidos dos melhores escriptores, antigos e modernos, nacionaes e estrangeiros, offerecido á mocidade portugueza e brasileira...	38200
Biblia da Infancia ou historia resumida do velho e novo testamento.....	18600
Historia Sagrada resumida com estampas do velho e novo testamento.....	28400
Encyclopedia das artes collecção de 1318 processos industriaes, formulas e receitas de facil applicação, e muito conveniente para os fogueteiros, fazendeiros de diferentes côres.....	58000
Missão abreviada para despertar os des-cuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das missões.....	38000
Guide de la conversation française e portugais.....	18600
Diccionario portuguez portatil.....	38000
Lunario perpetuo.....	28000
Diccionario geographico do Imperio do Brasil contendo a historia de todas as provincias, cidades e villas com um mappa, 2 volumes.....	128000
Manual do christão devoto para missa, confissão e semana santa.....	28400
Manual de missa e confissão.....	38000
Manual de missa e confissão mais pequeno.....	28000
Diccionario francez e portuguez e viceversa.....	128000
Dito portuguez por Moraes.....	408000
Dito de fabula.....	28000
Grammatica portugueza de infancia....	8640
Manuscripta arte de aprender a ler a lettra.....	18000
Ciceronis orations.....	28500
Louvores de Maria Santissima.....	28400
Economia da vida humana.....	18000
Alphabeto portuguez, novo methodo....	18200
Misterios dos conventos, 2 volumes.....	68000
Historia da donzela Theodora.....	8500
da princezo Magalona.....	8500
de Roberto do Diabo.....	8500

» de João de Calais.....	8\$00
Flor Santorum, 2 volumes.....	16\$000
Geographia atlas, im fol.....	20\$000
« » em quarto grande....	5\$000
« Pompeo.....	6\$000
« Gautier.....	3\$000
Thesouro de meninas, 2 volumes, com es- tampas	4\$000
Historia Sagrada com estampas do velho e novo testamento.....	2\$400
Novo methodo da grammatica latina....	2\$ 00
Obras completas do conselheiro Bastos..	16\$000
Tambem se vende em separado	
Manual epistolar ou arte de escrever todo o genero de cartas.....	2\$000
Arithmetica de Besout.....	2\$400
Telemaco em portuguez.....	2\$100
Diccionario portuguez de synonymos 2 v.	7\$000

Fonte: Jornal *O Publicador*, 17/10/1864.

O jornal *A Regeneração* teve sua primeira publicação, Ano I, em 1861, e apresentava-se em quatro folhas organizadas da seguinte forma: colunas oficiais denominadas de 'Expediente do Secretario', 'Governo da Província' e 'Despachos' - ficavam logo na primeira folha do periódico, o que evidencia um jornal de cunho político voltado primordialmente aos interesses do governo e do Império.

Em seguida, colunas intituladas de: 'Notícias Diversas', 'Editais' e 'Anúncios', as quais têm uma linguagem mais informal e tratam de assuntos diversos, inclusive com redações dos leitores e da venda de livros, pois estes poderiam enviar seus textos e objetos a serem vendidos mediante pagamento, como comprova o anúncio que faz parte do cabeçalho do mesmo:

Publica-se nas quartas-feiras e sábados. As assinaturas serão pagas sempre adiantadas e começarão em qualquer dia, devendo acabar em Março, Junho, Setembro e Dezembro. Os anúncios dos assinantes serão grátis até 10 linhas, e as publicações de interesse particular a 80rs. por cada linha. Os que não forem pagarão o que se ajustar. Folha avulsa 200rs. A redação só se responsabiliza pelos seus artigos, devendo o mais vir competentemente legalizados. (A REGENERAÇÃO, 24 DE ABRIL DE 1861).

Ainda relativo ao cabeçalho, o jornal traz como subtítulo: 'Jornal Político, Literário, Noticioso e Comercial', além dos valores cobrados para que os assinantes tenham acesso às notícias de forma sistemática. Diferenciava os preços para os que residiam na capital dos que residiam no interior, bem como o período de assinatura – anual, semestral e trimestral –, o

que nos indica que tal periódico circulava por toda Província da Parahyba do Norte. Nos mostra ainda, em qual tipografia se produzia os exemplares bem como seu endereço: Typographia Parahybana, Rua da Baixa, nº 44¹⁷.

Referente ao jornal *A Regeneração*, Martins (1976, p. 78) coloca que “no período de 1860 a 1870, circulavam, na Paraíba, além de ‘O Imparcial’, político, literário e noticiador; o ‘O Conservador Paraybano’, político, comercial, noticioso e literário, o ‘Diário da Parayba’, ‘A Regeneração’, que sucedeu a ‘A imprensa’, [...]”. Da mesma forma Araújo (1986, p.37) faz referência ao jornal: “[...] Igualmente de 61 é A REGENERAÇÃO, que circulou até 62. Era um jornal político, literário, noticioso e comercial”.

Antonio Thomaz Carneiro da Cunha era o anunciante da notícia da venda do manual epistolar que se deu na edição de nº 57, no sábado dia 07 de dezembro de 1861, um ano após a publicação da terceira edição do livro *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860), e estava localizada na seção de anúncios, no canto direito da última página do jornal junto com os anúncios de cobrança financeira de particular, e aluguel de casas. No mesmo anúncio havia vários outros títulos de assuntos diversos, porém sendo a maioria de cunho didático como mostra o texto transcrito:

BOTICA IMPERIAL

Na pequena estante da botica imperial, tem para vender

OS SEGUINTE LIVROS:

Judeu errante com estampas 5 v. 15\$ Grammatica latina novo methodo por o padre Antonio Pereira. 1 v. 2\$ historia do Imperador Carlos Mag. ou dos doze pares de França 1v 3\$ Thesouro de meninos com estampas 1 v. 2\$ dito da mocidade com estampas v. 2240. Manual epistolar para ensinar a fazer cartas 1 v. 18 00 novissimo secretario portuguez também para o mesmo fim 1 vol 2\$ Manoal do christao devoto 1 v. 2\$400 imitação de christo 1 v. 2\$200, código do bom tom obra interessante 1 v. 3\$200, jogos de sortes 1 v. 1\$800. seleta franceza 1 v. 6\$ dita latina 2\$400, sintaxe de Dantas 2 \$ rs. Cornélio em latim 3 \$500, Virgilio em latim 3 v. 6\$ viagem de guliver 3v. 4\$600, Luisadas de camões em formato pequeno para os meninos 1\$ Economia da vida humana 1 v 1\$ livro dos meninos 1 v. 1 \$ ao Peccados mortaes 11 v. 13\$600 cartilhas 500 cartas de silabas 100. Taboadas 10, trastados 80 pautas 60 rs dicionário jurídico de Pereira Souza 1 v. ----- por 10\$000 galeria das ordens Religiosas 2 v. com estampas coloridas 16 \$ commentario critico da lei da Boa razão por (Correa Telles) 2\$400. Biblia sagrada 1 v. Guarda livros moderno 3 v. 8 \$ Lobão nottas a Mello 4 v. 16\$ dito Direito Euphitentico 3 v. 12\$ dito 2^{as} linhas 2 v 12\$ dito Fasciculo 2 v. 9\$ dito accções summarias 2v. 9\$ dito interdictos1v 3\$200. dito Penções

¹⁷ Vale ressaltar que essa localidade atualmente corresponde à capital paraibana, a cidade de João Pessoa, em cuja época o endereço não era demarcado por bairros, tal como é feito atualmente.

eclesiásticas 1 v 2\$800 dito Direitos das águas 2\$600. Diccionario Teologico 5v, 14\$ Manual enciclopédico obra muito útil para os meninos das primeiras letras 1v. 3\$ Architectura de vinhol e com estampas 8\$ obra interessante para os pedreiros carpina e mesmo Pintores Sullivan. Elegante extractoinglez 2v 9\$ arithmetica de Bezout 1v. 2\$

Antonio Thomaz Carneiro da Cunha.

(JORNAL A REGENERAÇÃO, 07 DE DEZEMBRO DE 1861, grifo nosso).

Observa-se que os livros eram colocados, nos jornais locais oitocentistas, em forma de texto corrido, porém entre um título e outro o anunciante colocava um adjetivo ou sua impressão dos mesmos, a exemplo de quando foi noticiar os livros que ensinavam a escrever cartas: “Manual epistolar para ensinar a fazer cartas 1 v. 18 00 novissimo secretario portuguez também para o mesmo fim 1 vol 2\$”, e em seguida os preços dos produtos”.(JORNAL A REGENERAÇÃO, 7 de outubro de 1861).

O jornal *O Publicador* teve seu Ano I, datado em 1862, era um jornal diário, de tipografia própria, pertencente ao Sr. José Rodrigues da Costa. Apresentava-se em quatro folhas organizadas da seguinte forma: Parte Oficial subdividida em 'Governo da Província', 'Expediente do Governo', 'Expediente do Secretario', 'Despachos' e Repartição da Policia', que ficavam logo nas primeiras folhas do jornal, o que evidencia, assim como o periódico *A Regeneração*, um jornal de cunho político voltado aos interesses do governo.

Em seguida, o jornal *O Publicador* disponibilizava as colunas intituladas de: 'Noticiario', 'Variedades' e 'Annuncios', traziam assuntos diversos. Porém, na coluna de 'Annuncios', em sua lista de livros à venda, continha o manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860). Nesse jornal, o leitor também poderia pagar para incluir na edição desejada, publicar textos, cartas, vendas de objetos e cobranças mediante pagamento, como comprova o anúncio que faz parte do cabeçalho:

O Publicador he propriedade de José Rodrigues da Costa. Publica-se diariamente, e subscreve-se nesta Typographia à razão de 38rs, por trimestre, pagos adiantados. Os annuncios dos Srs. assignantes serão publicados mediante a paga de 40rs. por linha, e 100rs. para quem não for assignante. Todas as mais publicações serão à luz mediante contribuição razoável, que será em todo caso paga adiantada. Números avulsos 160 rs., fazendo-se o pedido de véspera. (JORNAL O PUBLICADOR, Parahyba do Norte, 17 de outubro de 1864).

Também foi de responsabilidade de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha, o pagamento para o anúncio de venda do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*

(1860) nas páginas do jornal *O Publicador*. Desta vez, ou a pedido do mesmo ou do próprio jornal, a diagramação estava diferente de três anos atrás: neste, ao invés de um texto corrido, os títulos se apresentam em forma de lista, com os preços colocados na mesma linha, porém de forma distanciada.

Vale ressaltar, que a chamada inicial mais desse anúncio diz que os mesmos chegaram de Lisboa, nos evidenciando com clareza que aqui circulavam livros vindos diretamente da Europa, e confirmando a presença dos ensinamentos das regras de civilidade na Província da Parahyba. Portanto, pode-se afirmar que a população, assim como em outras províncias do Brasil, recebia informações e instruções acerca de temas diversos, comprovando que os conhecimentos eram compartilhados.

Assim, como no jornal anteriormente citado, o manual está listado junto a livros diversos, principalmente entre livros de cunho didático, bíblias e livros de histórias. É interessante perceber que o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860) estava encabeçando a lista e, desta vez, o mesmo encontrava-se com o título completo, diferentemente do anúncio anterior, percebendo-se também, que neste o livreiro não coloca suas impressões sobre cada título.

Quanto ao valor para compra, houve um aumento de preço de 2\$ para 3\$200¹⁸, algo interessante de ser pesquisado posteriormente, tendo em vista uma suposta valorização do mesmo. Assim, surge mais uma questionamento: seria por sua importância e reconhecimento pedagógico, ao que se propunha evidenciar?

Um ponto importante e necessário na pesquisa foi o cuidado em catalogar os lugares por onde circulou o livro, para que pudéssemos ter a noção de sua popularidade e aceitação, entre os países, incluindo o Brasil. Além da busca pelos jornais da época fomos até as principais bibliotecas do país e algumas do mundo, por meio da internet, na intenção de saber se atualmente ele se encontra nos arquivos dessas instituições. A trajetória da busca ocorreu entre os meses de julho e novembro de 2014, cujo processo incluiu a seleção e a visita aos *sites* escolhidos, o envio de *e-mails* e o aguardo de respostas das principais bibliotecas.

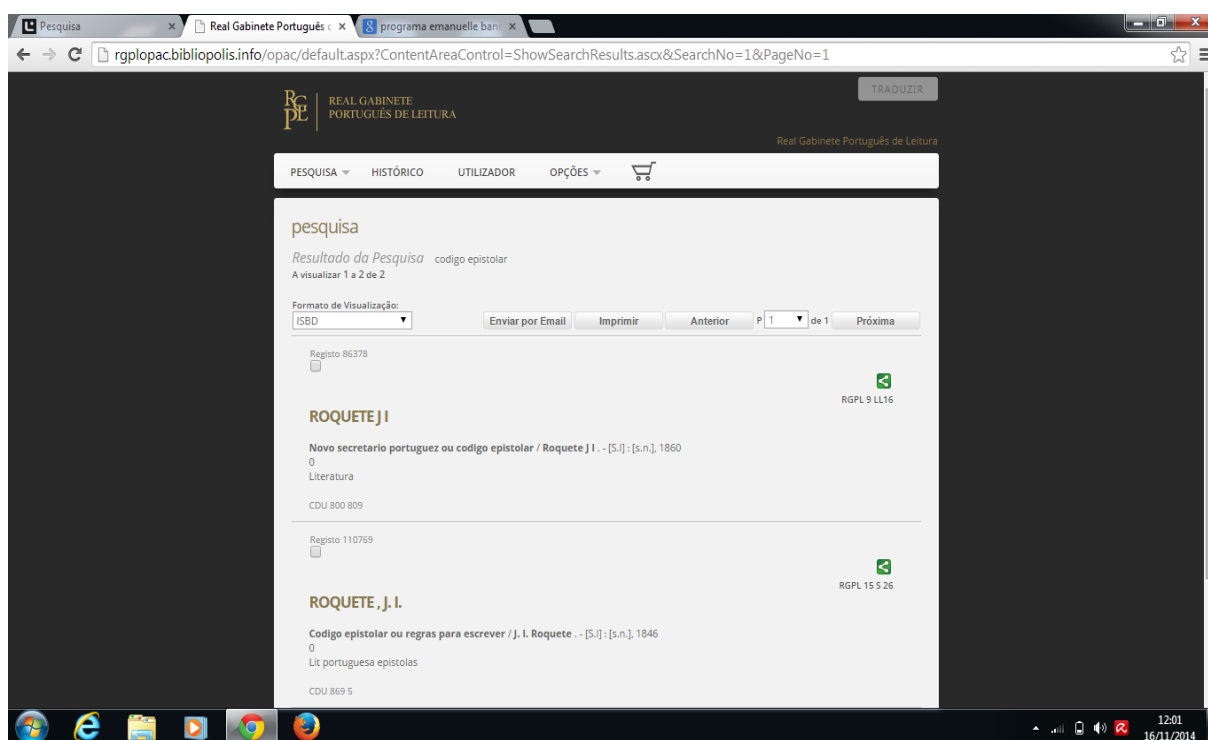
Nessa perspectiva, os nossos critérios para a escolha das bibliotecas consultadas se deu da seguinte forma: a biblioteca nacional, os arquivos de universidades e instituições históricas, de ensino e pesquisa consagradas, além da procura aleatória em *sites* de busca

¹⁸ Nesse período histórico, oitocentista, a moeda vigente no Brasil era o Réis – é o plural do nome das unidades monetárias portuguesa. Em Portugal, por ocasião da proclamação da República, esta moeda foi substituída pelo escudo na razão de 1 escudo por mil-réis. Mesmo após a substituição do real pelo escudo, continuou a utilizar-se a expressão conto, agora para indicar mil escudos. No Brasil, esta moeda foi substituída da mesma forma, pelo cruzeiro em 1942, na razão de 1 cruzeiro por mil-réis então circulantes.

específicos¹⁹. Os selecionados foram os seguintes: • Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), • Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), • Colégio Pedro II, • Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, • USP; • Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), • Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), • Pontifícia Universidade Católica (PUC) e • UFPB.

Vale destacar que todas são localizadas em território brasileiro, mas foi detectada a presença do *Novo Secretario Portuquez ou Código Epistolar* (1860) apenas no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro como confere a reprodução abaixo, da página oficial da instituição, conforme apresenta a Figura 3:

FIGURA 3 – Resultado da pesquisa aleatória em site de busca específico



Fonte: site do Real Gabinete Português. Informação disponível em:

<<http://www.rglopac.bibliopolis.info/opac/default.aspx?ContentAreaControl=ShowSearchResults.aspx&SearchNo=1&PageNo=1>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

A quase ausência do título nos arquivos das bibliotecas dessas instituições pode ser justificada pelo fato desse gênero literário ter sido considerado 'menor', por ter se tornado, ao longo dos séculos XIX e XX, um livro largamente popularizado que ensinava as regras da escrita de cartas através de fórmulas repetidas (BARBOSA, 2011). O leitor buscava exclusivamente o modelo interessado no momento e guardava-o para uma posterior consulta,

¹⁹O site de busca específico foi o www.google.com.br

como um livro de receitas, dessa forma não sendo mais classificado como uma obra de caráter literário.

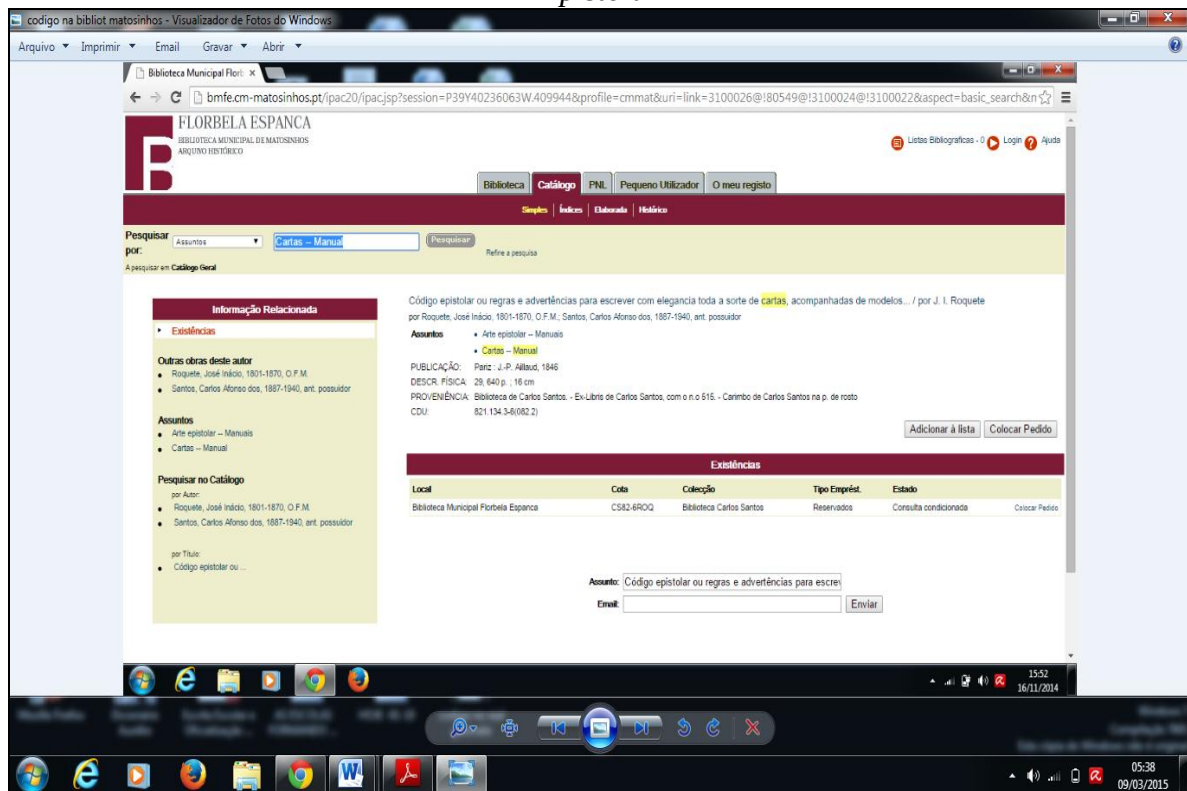
Sendo assim, não interessava à História Tradicional guardá-lo na memória de uma população e, conseqüentemente, as instituições responsáveis pelo armazenamento e preservação dos livros - bibliotecas – não entendiam a necessidade e importância histórica da permanência desse título, bem como, de outros similares nas suas prateleiras, disponibilizados ao público.

Com o advento da perspectiva teórica e metodológica da Nova História Cultural, materiais como o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d), passam a ter visibilidade como objeto cultural, algo relevante pela representação de um tempo histórico, através do qual se pode ter indícios importantes sobre o ensino e a aprendizagem da escrita de cartas. E, principalmente, do dispositivo pedagógico e formativo que tais ensinamentos tiveram, no sentido de regular a população e os indivíduos de uma sociedade. Assim, entende-se que o livro foi uma das formas de materialização do esforço individual e coletivo de um país na busca pelo ideário da civilidade.

Retomando as pesquisas dos documentos fontes, ao escrever o nome do livro como palavra-chave no *site* de busca anteriormente citado, aparece uma lista considerável de bibliotecas pelo mundo que possuem o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860) em seus arquivos de obras raras, inclusive o disponibilizando para *download* – o que foi feito de imediato, salvando-o no computador pessoal para leitura da obra na íntegra.

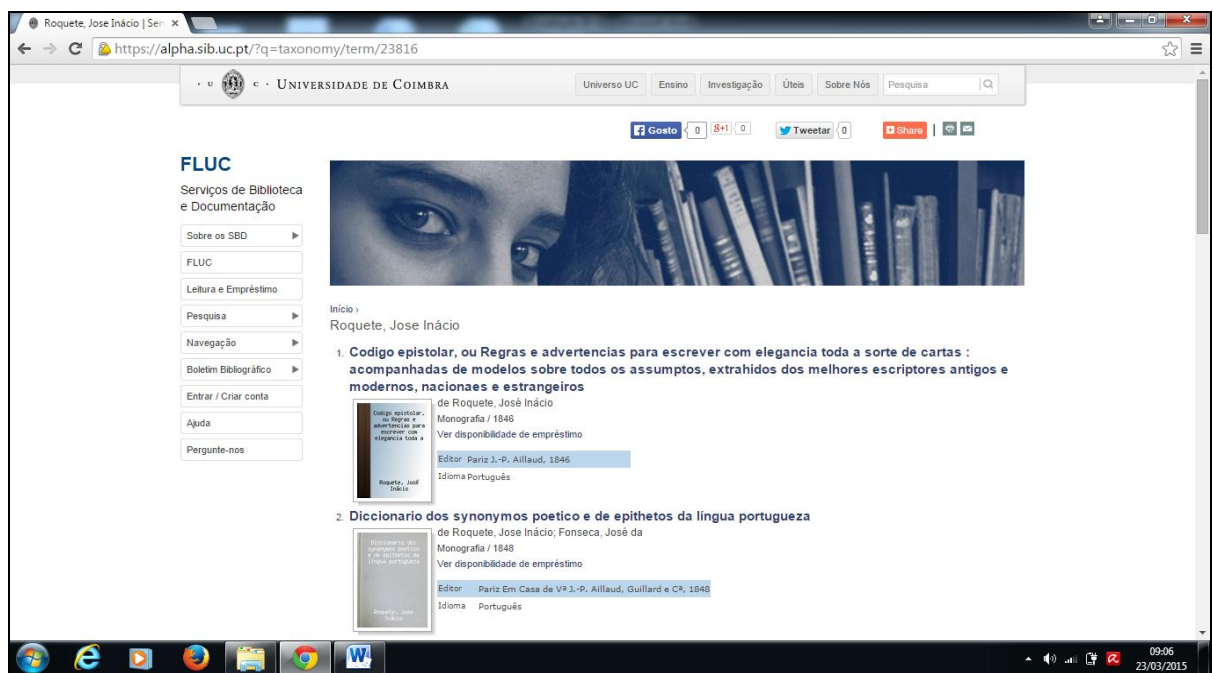
Os *sites* de busca pesquisados foram: • Biblioteca Nacional de Portugal, • Biblioteca Municipal de Santo Tirso (Portugal), • Biblioteca Nacional de Nova York, localizada nos Estados Unidos da América (USA), • Biblioteca de Coimbra (Portugal), • Biblioteca da Universia na *University of Michigan Liberty Repository*, com sede no México, • Harvard University (USA), • Florbela Espanca - Biblioteca Municipal de Matosinhos (Portugal), conforme pode ser visualizado abaixo, nas Figura 4 e 5:

FIGURA 4 – Lista de bibliotecas que possuem *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*



Fonte: site da Florbela Espanca. Disponível em: <http://www.bmfe.cm-matosinhos.pt/ipac20/ipac.jsp?session=P39Y40236063W.409944&prolife+cmmat&uri+link+3100026@13100024@13100022&aspect=basics_search&n>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FIGURA 5 – Resultado da busca do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*



Fonte: site da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www.alpha.sib.uc.pt/?q=taxonomy/term/23816>> Acesso em: 20 jul. 2014.

Esses textos acima são indícios preciosos da importância que o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) teve no eixo Europa-Brasil, no século XIX, mesmo havendo poucos exemplares guardados e arquivados em nossas bibliotecas. O fato de se fazer presente em outras localidades, apresentar-se para venda através de anúncios em jornais Oitocentistas e, mais importante, atualmente poder ser possível ter esta obra em mãos, na sua décima edição, adquirida de uma família do estado do Ceará, através da internet.

Assim, a partir desse estudo, esse fator reforça a hipótese de que a circulação do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) se fez presente no Brasil, inclusive na região Nordeste e, mais precisamente, na Província da Parahyba do Norte.

2 O CÓDIGO EPISTOLAR COMO MANUAL DE CIVILIDADE

O manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* foi criado pelas mãos de um autor experiente na arte de escrever, traduzir e editar livros de variados gêneros. Sua história de vida sempre esteve vinculada aos estudos e a publicação de livros, sua livre circulação por cortes e rodas de conversa com personalidades constituídas trouxe ao autor o conhecimento e a atenção sábia para escrever sobre o que estava em voga no século XIX, a civilidade. Dessa forma, publicou o manual *Código do Bom-Tom* (1845) e logo em seguida, do capítulo *Das Cartas* deste manual, reformulou e ampliou para “dar” ao público leitor um manual exclusivamente para o ensino da escrita de cartas.

2.1 O AUTOR JOSÉ IGNÁCIO ROQUETTE: SUA VIDA E SUAS OBRAS

Padre José Ignácio Roquette foi um homem letrado, nascido em Portugal, considerado pela comunidade acadêmica, em virtude das suas concepções, estudos e intelecto, à frente do seu período histórico, século XIX. Em cuja época, na Europa, mais especificamente em Portugal, a população possuía um bom índice de crianças alfabetizadas,²⁰ ainda nos primeiros anos da infância.

Porém, a continuidade dos estudos, o aprofundamento dos conhecimentos teóricos abordados na academia, era privilégio de poucos, visto que os estudantes teriam que possuir uma condição financeira elevada ou seguir o caminho da carreira eclesiástica. Dessa forma, para que o cidadão conseguisse uma formação acadêmica era essencial possuir um poder aquisitivo elevado ou ser vinculado à formação religiosa.

Roquette nasceu em uma família abastada na freguesia de Alcabideche portuguesa, no conselho de Cascaes; foi batizado no mês de julho de 1801, não sendo, contudo, possível afirmar que realmente esta data corresponde ao seu aniversário de nascimento, em decorrência de não haver à época registros oficiais de nascimento dos recém-nascidos, mas sim a legitimação do ser cristão dado pela Igreja, instituição reconhecida para este fim, nesse período.

²⁰ “[...] ao século XIX, [...] e vemos a leitura e a escrita serem ensinadas em escolas públicas – e gratuitas na maior parte dos casos – a todas as crianças maiores de 6-7 anos”. (RAMOS, 1988, p. 1068).

Seu pai era proprietário de terras, pessoa influente no território em que habitavam, visto que por várias vezes ocupou o cargo de vereador na Câmara Municipal, além de possuir o título de Capitão de Ordenanças²¹. Roquette iniciou seus estudos ainda criança e, desde cedo teve acesso a conhecimentos na arte musical “que lhe devêra notável predilecção nos seus primeiros annos, e tendo já recebido ordens menores com o designio de ser clérigo secular, mudou de intento, preferindo seguir a vida claustral” (SILVA, 1860, p. 373).

Vale salientar que sua vida claustral seria uma vida dedicada aos estudos, por isso antes da sua entrada no convento português, vinculado à ordem franciscana, Santo Antonio do Estoril, na Província de Algarves em 1821, foi habilitado com os estudos de Gramática, Retórica e Filosofia. Ao entrar no convento tomou como novo nome, Frei José de Nossa Senhora do Cabo Roquette.

Sua vida dedicada aos estudos lhe rendeu alguns títulos e passagens por vários conventos portugueses, tais como os de Campo-Maior e o de Portalegre, onde em 1825 concluiu o curso Trienal de Filosofia, em seguida no convento de Xabregas concluiu o curso de Teologia Dogmática e Moral, onde defendeu por duas vezes “conclusões magnas, sendo d’ahi a pouco eleito em recompensa de sua aplicação. Lente substituto da cadeira d’Escriptura Sagrada no mesmo convento” (SILVA, 1860, p. 373).

Pouco tempo depois, em 1831, após concurso e oposição pública, tornou-se 'Lente effectivo', período em que desempenhou também a função de Secretário da província, de onde provavelmente tenha resultado seu contato mais próximo e sua maior experiência quanto à escrita de cartas protocolares, servindo de inspiração e material para a escrita do manual epistolar, utilizado como objeto de estudo dessa pesquisa, intitulado de *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d). Nesse espaço de tempo, também foi, aos 29 anos de idade nomeado *Pregador régio da Sancta Egreja Patriarchal*, indicação do Cardeal D. Patricio I, através de carta datada de 30 de março de 1830.

Talvez por influência familiar, visto que seu pai era capitão de Ordenanças, e esta Ordem servia como honraria ao Rei, também pela posição privilegiada que ocupou por todos esses anos nos conventos e nas províncias pelas quais passou, Roquette se declarava a favor da permanência do Rei absolutista D. Miguel, no poder do Reino de Portugal, afirmando “sincera affeição ao governo do sr. D. Miguel, do qual como muitos outros confiava que faria

²¹As Ordenanças e Milícias vieram a perder seu caráter de tropa temporária, e passaram a ser permanentes, com quadro de carreira, todavia, sem remuneração, isso é, sem soldos, exceto quando mobilizadas e deslocadas para a ação efetiva. Havia uma conotação de "honorabilidade" nas Ordenanças e Milícias, que gratificava seus membros. Essa conotação "honorífica" vem confirmar a origem comum das Milícias (e Ordenanças) e das Ordens Militares e Honoríficas, nas tropas ou Ordens de Cavalaria medievais. (PEREIRA FILHO, 2001, p. 46).

a felicidade de Portugal, bem que nunca approvasse nem concorresse para os desacertos e tropelias que n'essa época se commetteram” (SILVA, 1860, p. 373).

Vale destacar que esse fato causou certo dissabor entre os que queriam a ascensão do Partido Constitucionalista Progressista durante a Guerra Civil Portuguesa,²² o que levou à sua prisão no dia 24 de julho de 1833, no castelo de S. Jorge, durante um tumulto típico da revolta, ficando recluso durante poucos dias, por não ter cometido crimes. Recolheu-se até o fim da Guerra Civil revezando entre a casa do seu pai, Alentejo²³, Estremoz²⁴ e Monforte²⁵.

Com o fim da rebelião, findada após a convenção d'Evora-monte²⁶ o padre foi exilar-se em Londres, viajando a bordo de um navio de passageiros ingleses, vindo a atracar em terras britânicas em 10 de agosto de 1834, juntamente com os Duques de Cadaval e Lafões, o Bispo de Viseu e demais portugueses recém-saídos de Portugal, devido aos acontecimentos políticos por qual passava aquele país. A tripulação apresentou-se ao Ministro Português que solicitou aos imigrantes a assinatura de uma:

[...] declaração que não pegaria em armas, nem conspiraria de modo algum contra o governo de Sua Majestade a senhora D. Maria II; promessa que diz cumprir fielmente, e disposto a cumprir de futuro, ‘intimamente convencido de que se a guerra civil é uma calamidade, promove-la de novo é um crime’ (SILVA, 1860, p. 373, grifo do autor).

Esta passagem da sua trajetória nos faz supor certo grau de articulação política e de favoritismo que Roquette possuía na sua posição de Padre, levando a pensar que seria uma pessoa renomada e “preparada” para ensinar posteriormente condutas de boas maneiras e demais assuntos que o mesmo propagava em suas obras literárias.

Usando de sua boa influência política, Roquette sai de Londres com destino à França levando consigo o *passaporte da legação portuguesa*, onde foi acolhido pelo embaixador de Portugal na França, o Exmo. Sr. Visconde de Carreira e, bem como, pelo Arcebispo de Paris, que logo lhe direcionou para uma freguesia do bairro de S. Germano e, pouco tempo depois, obteve sua subsistência.

²²O reinado de d. Miguel (1828-1834) colocou fim à primeira experiência liberal portuguesa e foi marcado por intensa repressão política aos seus opositores. Contra o rei absoluto formou-se uma verdadeira 'internacional antimiguelista'. (GONÇALVES, 2013, p.1).

²³O Alentejo é uma região do centro-sul Portugal.

²⁴Estremoz é uma cidade portuguesa no Distrito de Évora, região Alentejo.

²⁵Monforte é uma vila portuguesa no Distrito de Portalegre, região Alentejo.

²⁶Assim ficou conhecida a convenção, que pôs termo à luta entre os exércitos de D. Pedro e D. Miguel, celebrada entre liberais e absolutistas, e assinada em 26 de maio de 1834, pela qual D. Miguel se obrigou, perante a Grã-Bretanha, a Espanha e a França, a fazer depor as armas ao seu exército. (AMARAL, 2000-2010, p.1).

Porém, o mesmo contou com a adversidade do idioma, por não dominar a língua francesa, mas, vale ressaltar, que não lhe causou problemas, pois aprendia o francês ao mesmo tempo que trabalhava traduzindo textos para o português e compondo obras variadas para seus compatriotas.

Dessa forma, essas atividades garantiam a sua renda, haja vista “recolher para si maiores recursos do que podiam provir-lhe dos escassos proventos do ministério eclesiástico” (SILVA, 1860, p. 374). Ignorou a ausência de proventos e aceitou auxiliar por anos o Visconde de Santarém, nos trabalhos da comissão literária, mostrando mais uma vez o seu trato político e articulador com as autoridades constituídas.

Essa passagem de Roquette pela França torna-se relevante para sua escrita dos Manuais de Civilidade, tendo em vista que ele estava no país referência, no que diz respeito às regras de convivência, provavelmente lhe servindo de influência.

Por se mostrar um homem de trânsito livre no que se refere às autoridades eclesiásticas e, por vez, como dito anteriormente, uma figura bem articulada politicamente, em 03 de setembro de 1847 lhe foi conferido, por Sua Majestade o Imperador do Brasil, o título de Cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa e logo foi nomeado, em 1848, *Vigário coadjutor* da freguesia de São Paulo, em Paris.

Nesse mesmo período, o cardeal de Lisboa D. Guilherme I o convida para retornar à Portugal na intenção de Roquette assumir o ensino dos alunos do seminário patriarcal, porém a princípio a oferta lhe foi negada, aceitando o convite apenas em 1858, quando assume como professor, no seminário patriarcal, a cadeira de Hermenêutica e Eloquência Sagrada e, acumula ainda, o cargo de Secretário do despacho do Exmo. Cardeal Patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues.

Em 30 de outubro de 1854 também foi conferido a Roquette o título de Cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição de Villa-Viçosa *por carta regia d’elrei o Sr. D. Fernando*, regente do reino; em fevereiro de 1850 foi nomeado Sócio correspondente da *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, assim como demais títulos honrosos.

José Ignacio Roquette, sem dúvida foi um grande estudioso, teve sua vida dedicada aos livros e às pesquisas. Sem tirar seus méritos, foi um homem inserido na elite da sociedade vigente na sua época, desde seu nascimento, o que pode ter lhe proporcionado mais facilidades paracaminhar por entre as cortes de Portugal, da Inglaterra e da França.

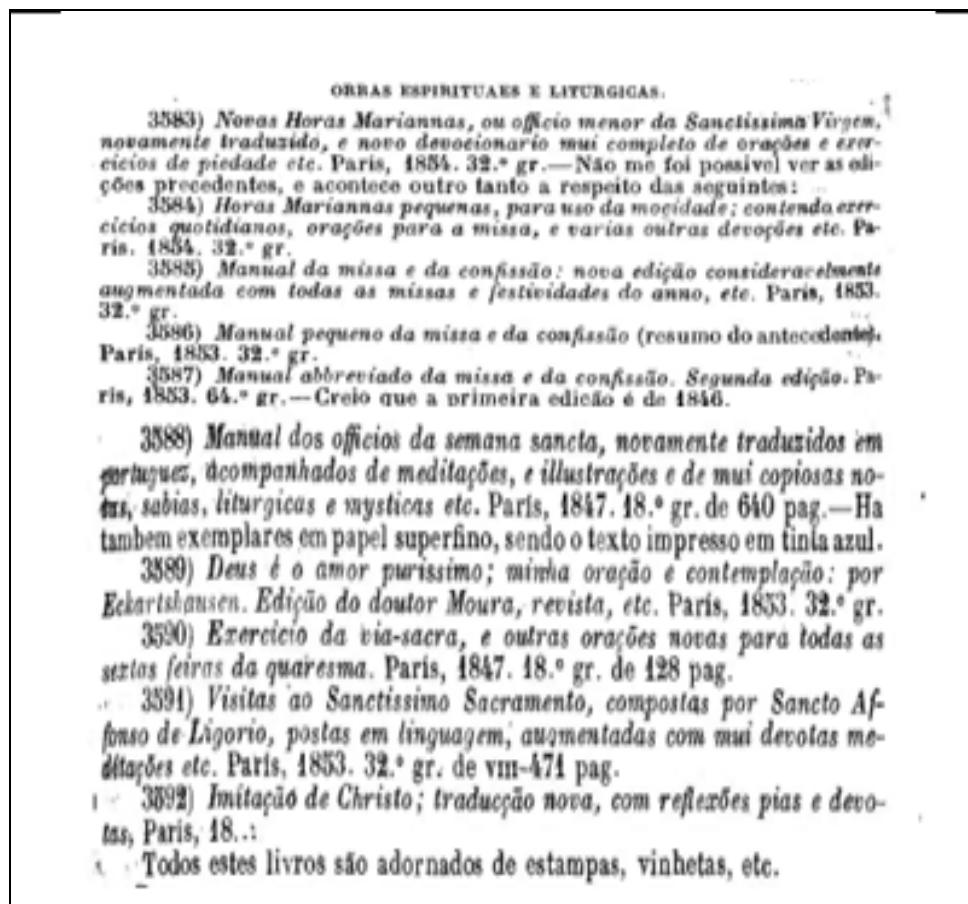
Possivelmente dando-lhe subsídios para a escrita de suas obras e das traduções de outras, tornando-o assim uma figura reconhecida e renomada, facilitando dessa forma o sucesso dos seus livros e legitimando seus conselhos e ensinamentos. Tantos títulos, viagens e

com certeza a habilidade da escrita o colocaram como uma forte representação para a população, principalmente de Portugal e do Brasil, de um homem instruído e digno nos ensinamentos quanto às condutas e os preceitos de civilidade.

Desde cedo viu no comércio do livro uma forma extra de aumentar seus proventos e divulgar seu nome, dando-lhe mais prestígio como nobre e como professor nos seminários eclesiásticos. Sabiamente compunha, traduzia, reeditava e ampliava obras já existentes, fazendo sua lista como autor ficar extensa. É importante destacar que ele escrevia não apenas sobre civilidade, mas também sobre religião, gramática e literatura. Silva (1860) dividiu as obras do Roquette em: obras Espirituais e Litúrgicas (Cf. Figura 6); Literatura Sagrada e Eclesiástica (Cf. Figura 7); Livros Elementares, Literatura Profana e etc. (Cf. Figuras 8 e 9).

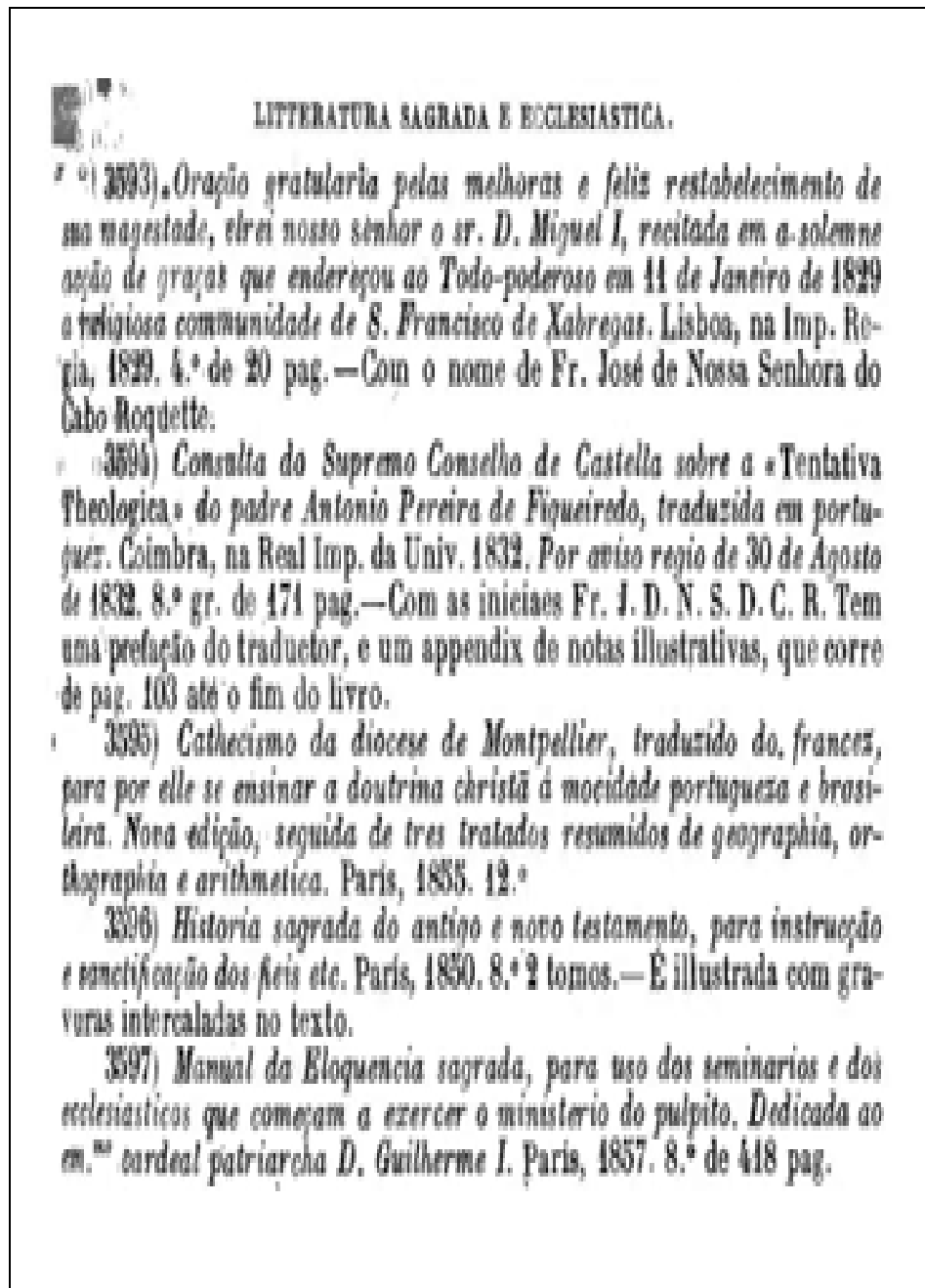
A divisão das obras de Roquette, sugerida por Innocencio Francisco da Silva, em seu livro *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1860), podem ser visualizadas de acordo com as Figuras 6, 7, 8 e 9:

FIGURA 6 - Obras Espirituais e Litúrgicas



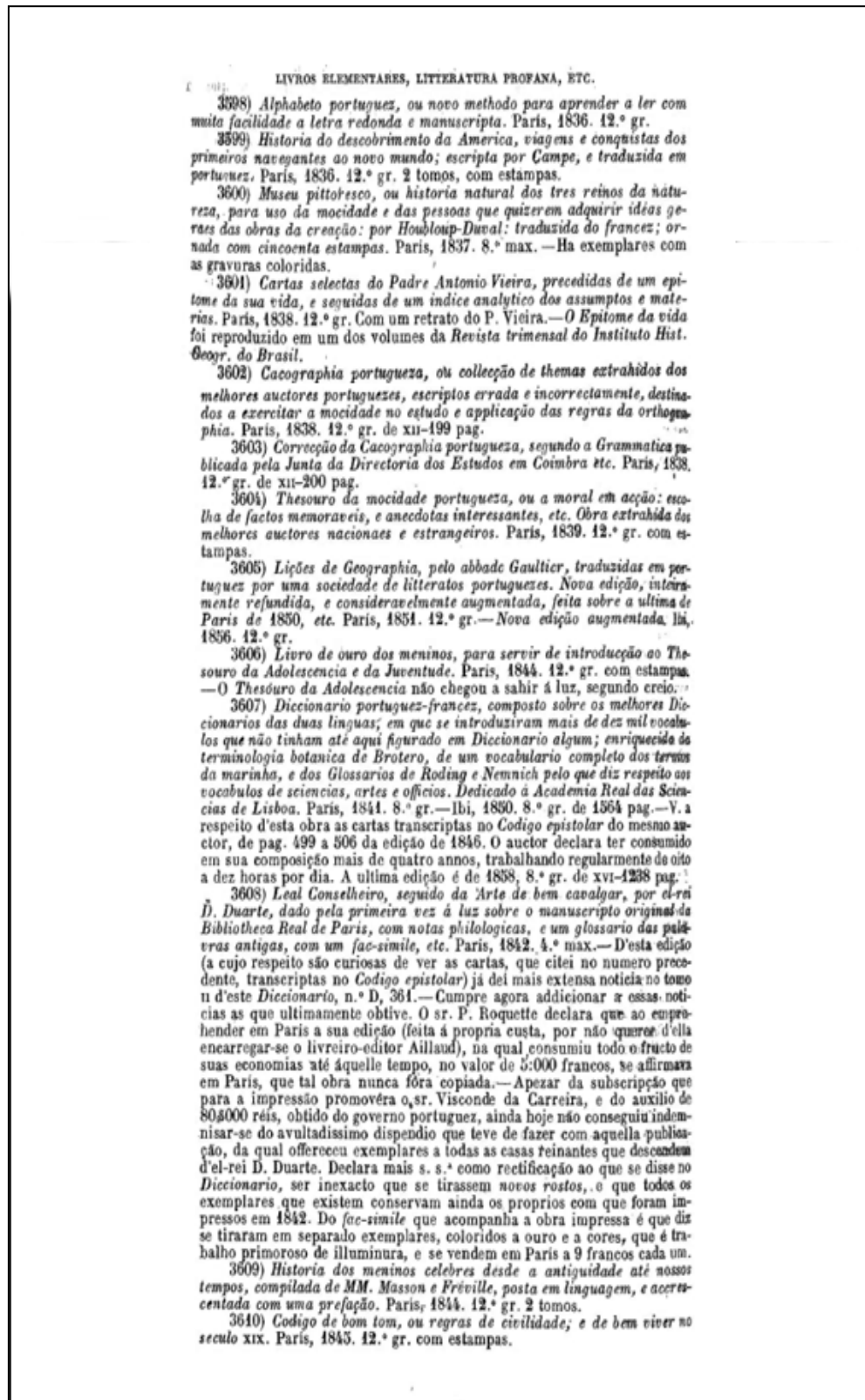
Fonte: Silva (1860, p. 374 e 375).

FIGURA 7 - Obras de Literatura Sagrada e Eclesiástica



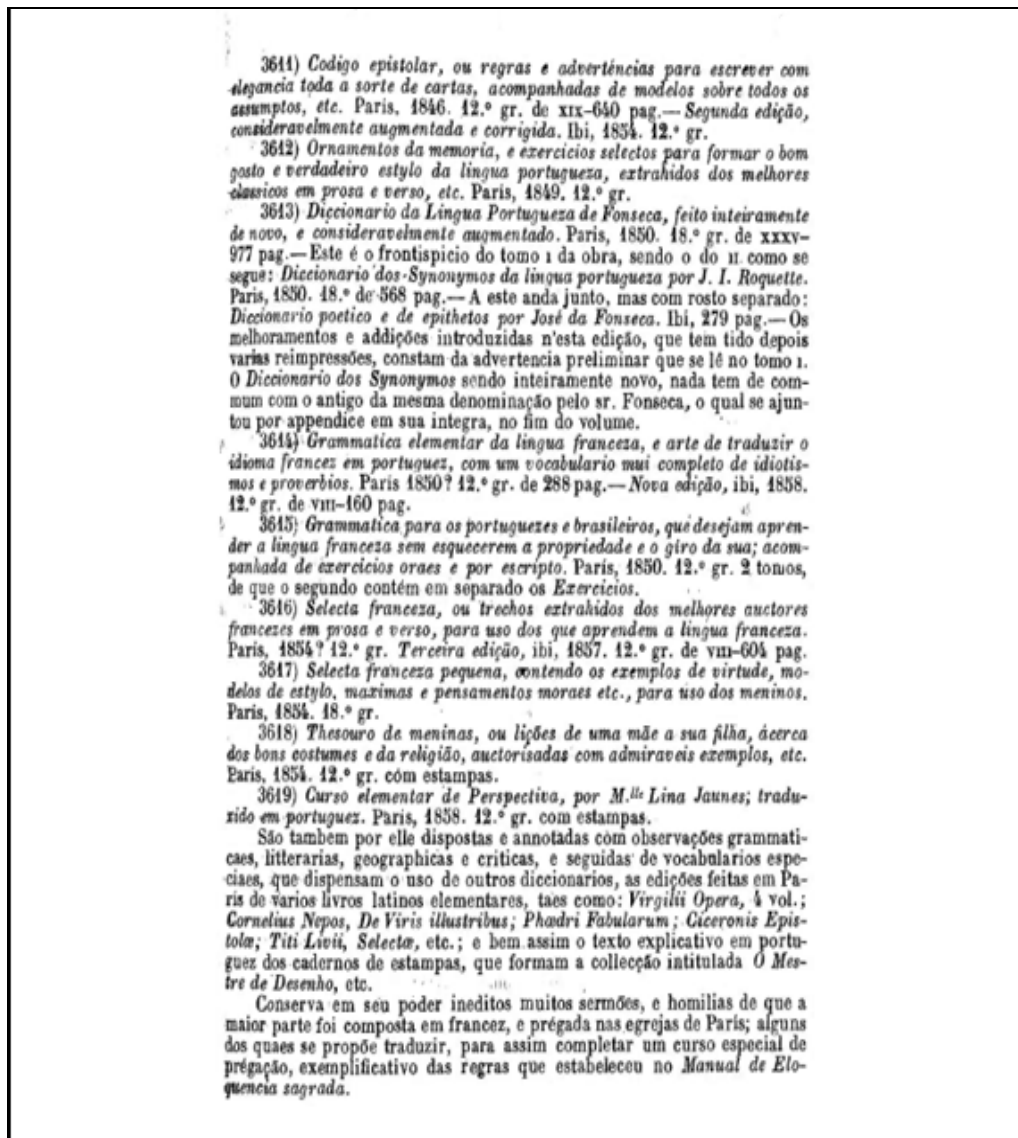
Fonte: Silva (1860, p. 375).

FIGURA 8 – Livros Elementares, Literatura Profana e etc



Fonte: Silva (1860, p. 375 e 376).

FIGURA 9 – Continuação dos Livros Elementares, Literatura Profana e etc



Fonte: Silva (1860, p. 377).

Dessa forma, as obras literárias de Roquette, concentram-se em três áreas, das quais a que possui o maior número de itens publicados é a seção de Livros Elementares, Literatura Profana e etc. De forma geral o autor possui um amplo acervo de publicações, demonstrando o volume de produções que acumulou no decorrer de sua vida de escritor.

2.2 AS MENSAGENS PARA ALÉM DO TEXTO: O PROTOCOLO DE LEITURA DO *NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ OU CÓDIGO EPISTOLAR*

José Ignácio Roquette, autor do livro *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, publicado pela primeira vez em 1846, buscava disseminar para os cidadãos da sociedade as regras e os conceitos de civilidade pertinentes à escrita de cartas, a princípio oitocentista, porém que foi se prolongando até o século XX, visto que temos em mãos a décima edição do título publicado no Brasil pela editora de Francisco Alves e CIA²⁷.

Sua intenção era que seu livro fosse um manual de consulta e, ao mesmo tempo, educativo na perspectiva de contribuir na transformação de um ser civilizado. A apresentação da sua produção textual extrapola o próprio texto, em virtude da utilização de todos os recursos que um livro pode e deve ter - o autor se utilizou da perigrafia, através dos seguintes elementos: título, índice, imagens, prólogo e notas de rodapé. Construiu um texto fora do texto, elementos que molduram o próprio texto, conforme escreve Compagnon (1996):

A perigrafia do livro, uma vez que ela o envolve como um quadro vivo, naturalmente o objeto privilegiado da fantasia. O livro imaginário tem uma silhueta, um contorno: um nome do autor, um título, uma epígrafe etc. Ele é apenas silhueta: seu corpo (a massa de seus caracteres) permanece vaporoso, cinza e indistinto. A escrita, partindo da fantasia, preenche a perigrafia, destaca o corpo do texto. É admirável que a perigrafia seja ao mesmo tempo o núcleo da fantasia da escrita e o critério de uma qualificação simbólica, graças a um vínculo próprio da homeostase do sistema de produção com o dispositivo de controle. A perigrafia, instituição positiva, incita à fantasia e à escrita que será tanto mais perceptível quanto mais permanecer fiel à fantasia. Não há como se desembaraçar desta para escrever, não há como subjugar-la. É ela, ao contrário, que dirige a escrita e captura o sujeito. A homeostase apresenta esta superioridade sobre todos os outros princípios de controle do discurso: governa pelo imaginário e pelos ícones, obriga a falar e a escrever. Em resumo, se há alguma coisa de universal no livro, seria justamente sua perigrafia, ao mesmo tempo sua fixação imaginária e seu calibre simbólico. [...]

Perigrafia, o que não está nem dentro nem fora, compreende toda uma série de elementos que o envolvem, como a moldura fecha o quadro com um título, com uma assinatura, com uma dedicatória. São outras tantas entradas no corpo

²⁷ Sobre a história da Livraria, apenas lembrando, em breves notas, que ela nasceu em 1854, na rua dos Latoeiros, 48 (hoje rua Gonçalves Dias), no coração da capital fluminense. Seu fundador, de origem portuguesa, Nicolau Antonio Alves. Nesses tempos, a casa se chamava Livraria Clássica de Nicolau Alves. O sobrinho Francisco Alves de Oliveira, também português, trabalhou desde sua primeira estada no Brasil no mercado livreiro. Primeiramente estabeleceu uma loja de livros usados, depois se juntou ao seu tio na Livraria Clássica. Apenas em 1882 se tornou sócio solidário da firma, juntamente com Antonio Joaquim Ribeiro Magalhães, outro antigo auxiliar da livraria. Em 1897, Francisco Alves passou a responder por todo o ativo e passivo da empresa. A partir de 1910 seu nome se espalhou pelas capitais do centro-sul do país e, fato inédito na história de livreiros e editores do seu tempo, a empresa se expandiu para o mercado europeu. (DEAECTO, 2004, p. 1).

do livro: elas desenham uma perigrafia, que o autor deve vigiar e onde ele deve se observar, porque é primeiramente nos arredores do texto que se trama sua receptividade. (COMPAGNON, 1996, p.70-91)

Nessa perspectiva Compagnon (1996) retoma questões sobre a História da Leitura e a História do Livro, discutidas por Chartier (1998), ao colocar que os atores envolvidos diretamente na produção do livro é o autor, o editor e o ilustrador, dentre outros. Assim, o autor não tem total domínio sobre suas obras, por mais que ele imponha suas regras aos leitores e tente controlar a produção dos sentidos “fazendo com que os textos escritos, publicados, glosados ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem qualquer variação possível, à luz de sua vontade prescrita” (CHARTIER, 1998, p.7).

Os leitores encontram subterfúgios para fazer a leitura e a interpretação à sua maneira particular, visto que “a leitura é, por definição, rebelde e vadia. Os artifícios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas, e subverter as lições impostas são infinitos” (CHARTIER, 1998, p.7).

O que o autor quer dizer quanto à 'glosa' e as 'lições impostas' é que seria a perigrafia trazida nos livros, impostas pelos editores e que, de toda forma, ajudam o leitor a entender os objetivos do livro, determinando os caminhos e conceitos que o autor pretende construir na sociedade ou no entendimento do leitor. De acordo com Chartier (1998, p. 8, grifo nosso):

Mais do que nunca, historiadores de obras literárias e historiadores das práticas e partilhas culturais têm consciência dos efeitos produzidos pelas formas materiais. No caso do livro, elas constituem uma ordem singular, totalmente distinta de outros registros de transmissão tanto de obras canônicas quanto de textos vulgares. Daí, então, a atenção dispensada, mesmo que discreta, aos dispositivos técnicos, visuais e físicos que organizam a leitura do escrito quando ele se torna um livro.

Existem autores variados que conceituam perigrafia, como Muzzi (2004, p. 13) que afirma:

Fazendo parte de um dispositivo espacial do livro, a perigrafia (segundo Compagnon), ou paratexto (termo empregado por Genette), é o espaço limiar que introduz para o espaço textual, constituído por textos menores que apóiam o texto principal: o título, o nome do autor, o prefácio, a dedicatória, a epígrafe, as notas, as ilustrações, a bibliografia, o índice, o apêndice, os anexos. É através destes elementos que um "texto" torna-se "livro".

Porém, quem melhor conseguiu sintetizar o conceito dos vários autores quanto à perigrafia e suas respectivas funções foi Marinho (2007, p. 183) ao dizer que a periferia

textual seria como “uma tecnologia da retórica moderna”, pois a partir dela podemos analisar os livros de variados tempos cronológicos e sociedades, seria a “tecnologia” a favor das pesquisas da História do Livro e da Leitura. Continua afirmando que:

Compartilhando princípios de Compagnon (1996), Genette (1982), Orlandi (1990), Grafton (1998) e Moirand (1988), observo essa perigrafia textual como "uma tecnologia" da retórica moderna e de onde, segundo Compagnon (op. cit.), se trama a receptibilidade de um texto, a partir da sua "aparência", das vitrines que o expõem e o transbordam, "que permitem julgar o texto sem o ter lido". Essas fronteiras do texto têm também um papel argumentativo, ao sinalizar as relações interdiscursivas e intertextuais, os discursos de adesão e de rejeição, que produzem efeitos legitimadores. São procedimentos textuais que sinalizam protocolos de leitura capazes de inserir esse texto em uma certa ordem do discurso, cujas fronteiras e características o fazem situar-se nos 'arredores' tanto do científico, do acadêmico, da divulgação, quanto do político e da norma oficial. Grafton (op. cit.: 17), rastreando a origem erudita das notas de rodapé, no discurso da história, aponta o seu papel de "formigueiro laborioso e agressivo", para o especialista, e de "sistema fixo e intangível", para o "leitor não especializado". É, pois, num novo amálgama que busca alcançar o "leitor erudito" e "não especializado" que se institui e se constitui esse discurso analisado (MARINHO, 2007, p.183).

Todos os elementos da perigrafia ocupam um lugar privilegiado na disposição do livro e seguem uma ordem estrutural que possibilita a análise da obra mesmo sem que tenha ocorrido a leitura do texto propriamente dito. Essas convenções asseguram a receptividade do texto e neste momento da dissertação torna-se importante sua avaliação para que possamos entender as entrelinhas do manual estudado aqui.

A perigrafia dita pelos autores citados anteriormente é colocado por Chartier (2011) como sendo 'um protocolo de leitura', sendo as estratégias impostas pelos responsáveis pela produção dos livros - autores, editores e censores, dentre outros - através dos elementos que arranja os livros na sua composição. Os livros passam a serem livros quando associados aos textos acoplam-se tais elementos, elementos trazidos juntos à tecnologia da impressão através das edições, onde o autor, o editor e o editor-livreiro busca direcionar a leitura e o sentido que eles o atribuem. Estudos apontam que:

Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja (CHARTIER, 2011, p.97).

Avaliar o protocolo de leitura no *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) nos possibilitou sinalizar como tais elementos tipográficos foram pensados por Roquette e pela editora de Francisco Alves, em relação às questões da civilidade, na tentativa de conseguir evidenciar as nuances desses objetos tipográficos que influenciam o leitor que consulta o livro no momento de escrever uma carta, pois estudos apontam que:

Trata-se antes de mais nada, de sinalizar como os objetos tipográficos encontram inscritos em suas estruturas a representação espontânea, feita por seu editor, das competências de leitura do público ao qual ele os destina [...] Com maior frequência, o que é contemporâneo do leitor na edição antiga não é o trabalho de escrita, mas o de edição, e a ‘leitura implícita’ visada pelo impressor- livreiro vem sobrepor-se, às vezes contraditoriamente, ao ‘leitor implícito’ imaginado pelo autor. Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os ‘sinais’ textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto” .(CHARTIER, 2011, pp. 98-99, grifo nosso).

Ele nos faz outras importantes observações a respeito dessas leituras implícitas contidas na perigrafia dos livros - nos títulos, prólogos, índices, autores, tipos de papéis e impressões - elementos que devemos observar, dispostas de forma explícita nos livros e, neste caso, no manual de escrever cartas aqui selecionado para estudo.

Dessa forma, em relação aos aspectos relevantes na perigrafia, pode-se afirmar que:

Trata-se, portanto, antes de mais nada, de sinalizar como os objetos tipográficos encontram inscritos em suas estruturas a representação espontânea, feita por seu editor, das competências de leitura do público ao qual ele os destina. O projeto exige, conjuntamente, uma precaução e uma atenção particular. Primeiro a precaução: ela consiste em não considerar como diferencialmente pertinentes transformações gerais do espaço visual do livro, aplicadas com maior ou menor atraso ou melhor ou pior acabamento a todas as categorias de impresso. É o caso dessas evoluções maiores que, entre os séculos XV e XVIII, separam os textos de seus comentários, substituindo a nota pela glosa, portanto, uma proximidade espacial por uma ligação analítica; multiplicam as divisões do texto (vesículos, capítulos, artigos, parágrafos, etc.) e tornam essa divisão claramente visível, ou ainda distinta, pelos contrastes tipográficos, uma pontuação mais completa, retornos à linha e o estatuto de diversos anunciados. [...] Na maior parte dos casos, portanto, o estudo das impressões deve ser conduzido com atenção, porque examina um material em que a organização tipográfica traduz, claramente, uma intenção editorial e porque pode revelar a marca, no próprio objeto, das maneiras populares de ler. (CHARTIER, 2011, pp. 98-99, grifo nosso).

Seguindo esse raciocínio, os conteúdos que estão nitidamente expostos por meio dos elementos do protocolo de leitura, nas páginas que compõe o manual, trazem traços de um

modelo educacional de civilidade, que possivelmente remetem aos moldes planejados pelo autor e pelo editor, no intuito de transmitir informações ao leitor em potencial.

2.3 A PERIGRAFIA E RESPECTIVOS ELEMENTOS EM *NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ OU CÓDIGO EPISTOLAR*

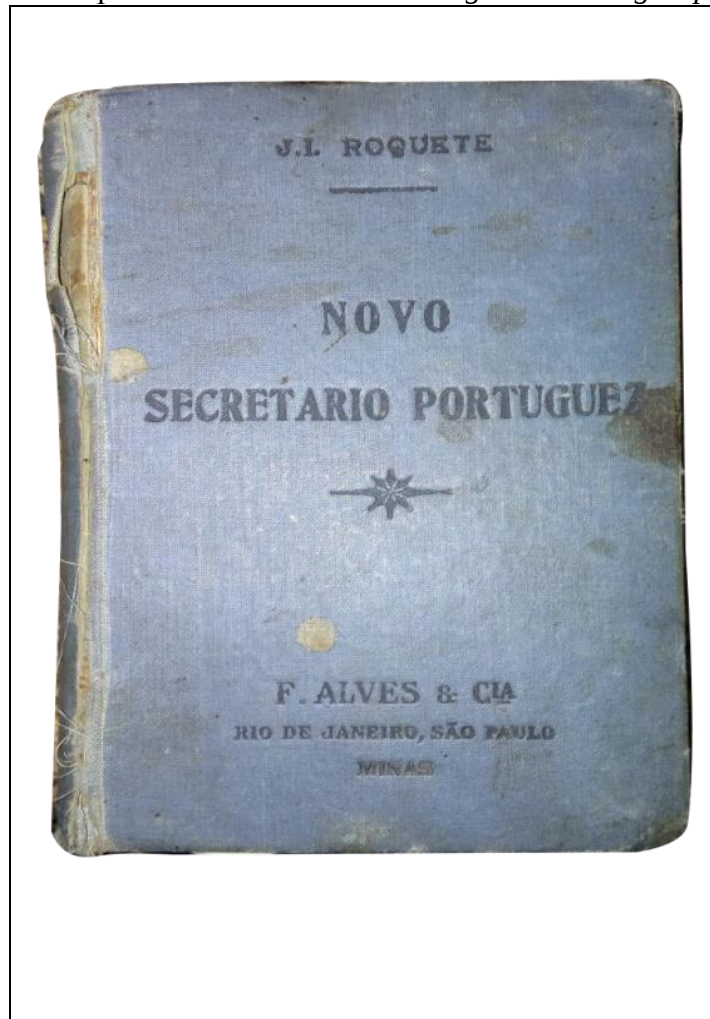
Nesse sub-capítulo, apresentaremos como Roquette no *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d), organizou a receptividade do manual de civilidade antes mesmo de iniciá-lo, situando o leitor no espaço social da leitura, no contexto cultural onde está inserido seu público.

Ele explorou bem, resguardando a época em que foi escrito o livro, com as tecnologias e conceitos de edição do seu tempo, com os respectivos elementos perigráficos, tais como: título, nome do autor, prólogo, advertências, capítulos, índice e notas de rodapé, os quais serão analisados a seguir.

2.3.1 Título

Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar, assim se apresenta o título da obra estudada nessa pesquisa, importante elemento, pois é o primeiro na constituição do sentido do texto. Esse elemento geralmente encontra-se presente na capa do livro, conforme se apresenta na Figura 10:

FIGURA 10 – Capa do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d)



Fonte: Roquette (s/d).

Neste caso, ele faz referência à figura do “Secretário”, importante profissional, principalmente no século XVIII, responsável em escrever as cartas dos nobres, sejam elas:

de negócio e das causas que tocam à vida, fazenda e estado de cada um,[...] dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantarias, que servem de recreação para o entendimento e de alívio e consolação para a vida [...] de matérias mais graves e de peso, como são de governo da República e de matérias Divinas, de advertências a Príncipes e senhoras e outras semelhantes (LOBO, 1618, p. 39).

No imaginário das pessoas, o Secretário seria o profissional que tem a autoridade intelectual para uma boa escrita epistolar, sendo oportuno colocar como título do manual de consulta para escrita protocolar de cartas, *Secretario Portuguez*. Seria a materialização do profissional naquele livro, ou seja, o leitor aprenderia a escrever como um verdadeiro 'profissional da pluma'.²⁸

²⁸ Refere-se à pessoa ou profissional que se utiliza da pena para escrever algo.

Outra observação relevante que deve ser levada à observação no que se refere ao título do manual é que o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) é uma referência ao manual epistolar *Secretario Portuguez compendiosamente instruído no modo de escrever cartas*, cuja primeira edição foi datada em 1745, de autoria do Padre Francisco José Freire²⁹.

Vale destacar que, a primeira edição do livro em estudo, o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, foi datada no ano de 1846, e apresentava-se apenas com a denominação de *Código Epistolar*. Porém a partir da segunda edição, em 1854, o autor acrescenta ao título a expressão *Novo Secretario Portuguez*. Segundo Barbosa (2011, p. 7):

Publicado na primeira edição como Código Epistolar (1846), apenas a partir da segunda edição (1854), conforme prologo publicado na terceira, é que se observa a relação mais direta com o ‘velho’ secretário de Candido Lusitano. Assim, ao mesmo tempo em que adere a este gênero antigo, a dos secretários, o autor agrega ao seu livro o epíteto Novo, para diferenciá-lo dos modelos poucos modernos.

Pode-se perceber claramente a reformulação do título, na terceira edição em 1860, na passagem visualizada na Figura 11:

FIGURA 11– Menção à reformulação do título

mulas hoje recebidas, cujo uso é mui frequente; pelo que demos novo título a um livro em que se fizerão tão importantes modificações, e chamâmos-lhe : NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ, por já existir um antigo, e porque este titulo justamente lhe pertence.

Fonte: Roquette (1860, p. V).

Também se destaca no manual epistolar aqui estudado a presença do título na lombada³⁰ da capa, porém com a ausência do nome do autor como é de costume. Esta é uma posição estratégica para inserção do título, pois ao se guardar na estante de um móvel, por exemplo, o mesmo ficará visível e de fácil identificação, como pode ser visualizado na Figura 12:

²⁹ Francisco José da Silva, autor do manual epistolar *Secretario Portuguez compendiosamente instruído no modo de escrever cartas* (1745), cujo pseudônimo era Candido Lusitano, nasceu em 1719, na cidade de Lisboa e veio a falecer em Mafra no ano de 1773.

³⁰ Segundo Neves (2011) seria o lado da costura, dorso, lombo, onde ficam presas ou coladas as folhas do livro.

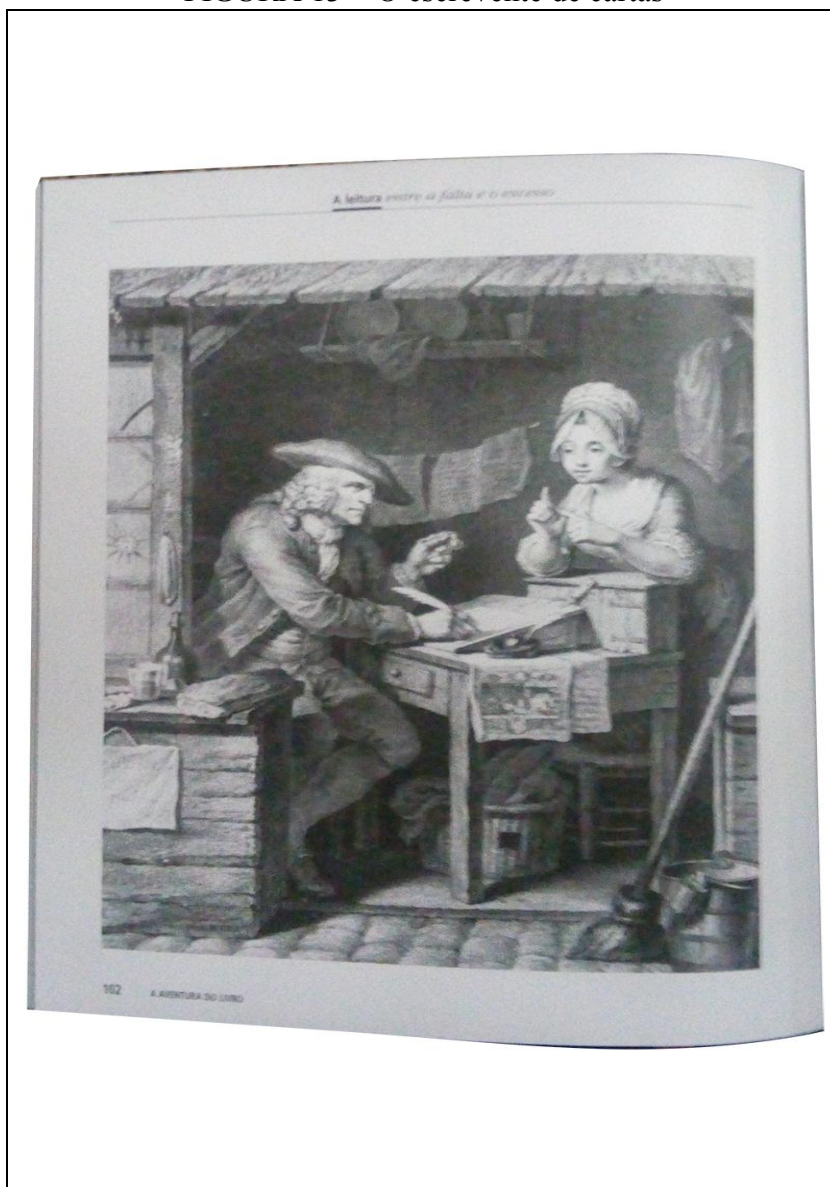
FIGURA 12 – Lombada do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d)



Fonte: Roquette (s/d).

Dessa forma, pode-se afirmar que o título atribuído ao manual de escrever cartas revela características de determinada época, onde se fazia importante a figura de um profissional exclusivo para escrever variados tipos de cartas, ou seja, era uma pessoa detentora de um saber específico, como se pode ver pela Figura 13:

FIGURA 13 – O escrevente de cartas



Fonte: Chartier (1998, p. 102).

A comunicação epistolar tomou uma proporção bastante considerável, ao ponto de haver inúmeros livros com títulos especialmente destinados a esse fim, disseminando para o grande público, as regras dessa escrita antes exclusiva para uso dos secretários. Portanto, algo tão forte no imaginário popular que Roquette preferiu acrescentar ao título do seu livro, o título de um manual já existente, e que tinha o mesmo fim, publicado no século anterior ao seu (século XVIII). Isso ocorre para dar mais respaldo e significação à sua obra justificando que houvera modificações com acréscimo e supressão de alguns modelos de cartas, ao mesmo tempo em que destacava as semelhanças e diferenças entre o *Secretario Portuguez* e o *Novo Secretario Portuguez*.

2.3.2 Autor

O nome do autor é um importante elemento perigráfico³¹, pois se destaca antes da leitura do texto. Dessa forma, muitas vezes o leitor em potencial escolhe comprar ou adquirir um novo livro tendo como critério o nome do autor. Como também, o leitor pode ler a coleção de determinado autor por conhecer o seu estilo literário e sua forma característica de escrita, ou simplesmente, pelo fato do grande público descobrir através da mídia³² o lançamento de um próximo título.

Esses são alguns exemplos que demonstram a importância do autor para o sucesso da obra e da posição estratégica de seu nome na capa do livro (Cf. Figura 10), na grande maioria das vezes de forma centralizada e no alto da capa, como confere Muzzi (2004):

O nome do autor é um dos elementos mais eficazes do paratexto: ele funciona como garantia de texto, versão moderna e leiga, portanto, da auctoritas medieval ou do imprimatus eclesiástico. Esses elementos paratextuais inscrevem-se na camada mais superficial do livro, a capa, através da qual trava-se o primeiro contato com o público. (MUZZI, 2004, p. 10).

A posição do nome de J. I. Roquette na décima edição do seu manual epistolar, anteriormente visualizado na Figura 10, encontra-se exatamente de forma centralizada e no alto da capa do livro, dando ao nome do autor uma visibilidade privilegiada e de destaque. Assim era o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, de Roquette, escritor conhecido no século XIX.

Na capa do manual epistolar, em sua décima edição, há três atrativos importantes: o nome do autor, José Ignacio Roquette, consagrado escritor de obras didáticas, religiosas e de civilidade; o título, por fazer referência a um livro de grande circulação no século XVIII. Consagrado por seus livros, na grande maioria, didáticos, trazia em seu nome uma considerável carga de experiência e de conhecimentos a respeito do tema civilidade, conquistando um público cativo interessado em aprender 'com elegância os bons modos'.

O nome José Ignacio Roquette, mesmo em sua época, representava uma autoridade como autor, por haver publicado títulos diversos antes e após o *Novo Secretario Portuguez ou*

³¹ Vale salientar que alguns autores da academia definem os elementos perigráficos como elementos paratextuais.

³² Importante veículo de comunicação para promoção, circulação e consolidação de determinado autor(a) ou obra para o grande público contribuindo para que o mesmo permaneça na História da Leitura e do Livro.

Código Epistolar, principalmente *O Código do Bom-Tom* (1845), livro de referência e de grande sucesso nas questões relativas à civilidade.

Nessa perspectiva da análise da obra, segundo Barbosa (2011, p. 3) “Roquette, que foi pródigo em publicação de livros, principalmente, os de caráter escolar, transformou um dos capítulos do seu código, para outro tipo de livro que fazia muito sucesso naquela época: os manuais epistolares.” Corroborando com essa opinião, estudos apontam que:

O nome do autor é o elemento fundamental de uma triagem, de uma exclusão, de uma classificação de textos. Na verdade, ele não refere o autor como qualquer outro nome próprio. A sua função é, não adesignar um indivíduo, mas um conjunto de textos, na linha, aliás, da demonstração anterior. (BABO, 1993, p. 140).

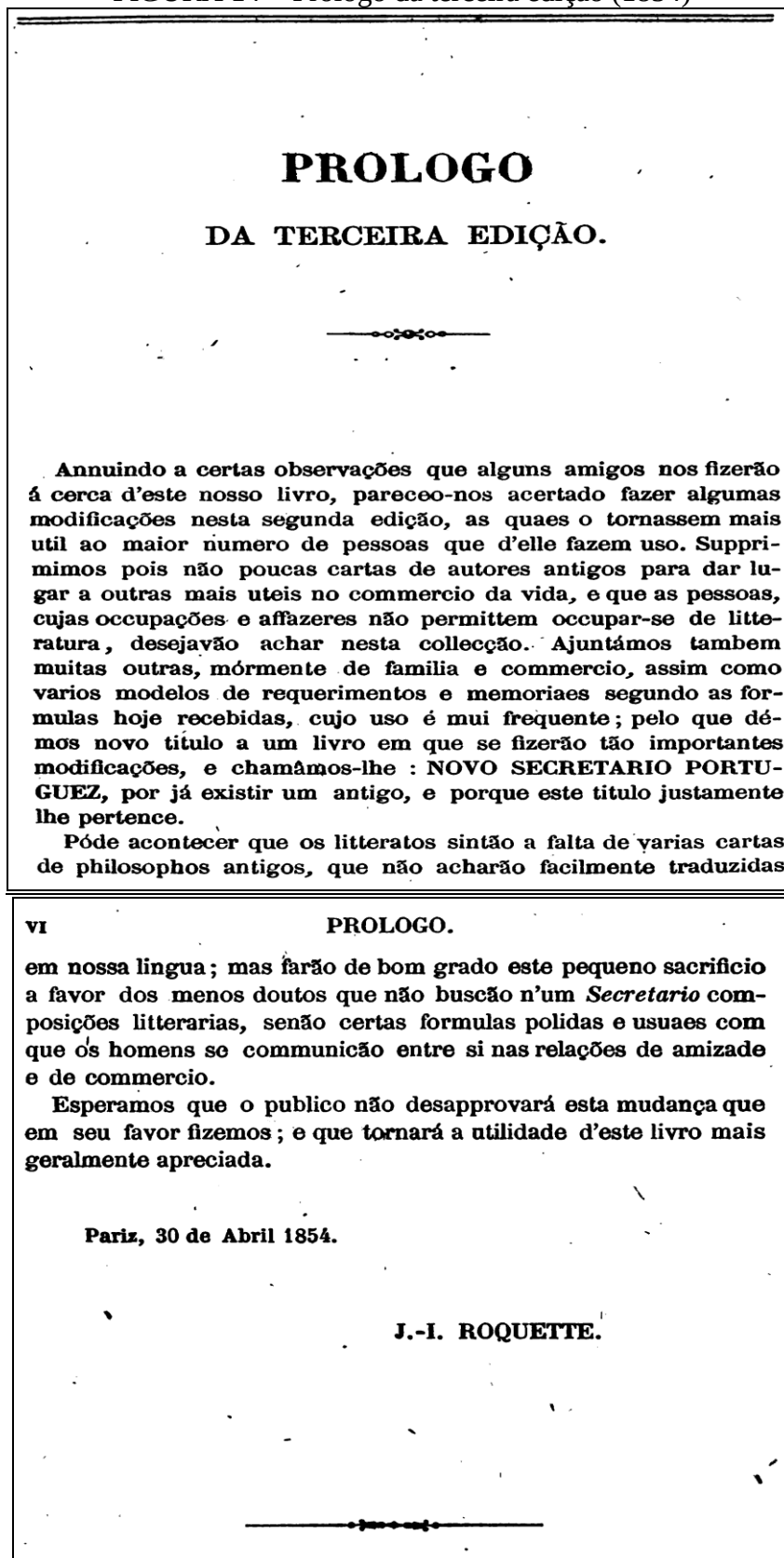
Desta forma, passar a imagem para o leitor de um livro consagrado, no qual o leitor sabe previamente o que irá encontrar em suas páginas, bem como a editora, uma tipografia consolidada possuidora dos direitos autorais de vários escritores com sede nos Estados do Rio de Janeiro, filiais em São Paulo, em Minas Gerais e na Europa, ainda acrescentariam à obra mais credibilidade perante o comprador e os leitores de uma forma geral.

2.3.3 Prólogo

É importante destacar a diferença epistemológica entre prólogo e prologo. O conceito Prologo - sem o acento agudo, é o presente do indicativo do verbo prologar, que significa preceder de prólogo uma obra ou livro, prefaciar. Enquanto que prólogo - com o acento agudo, é um texto informativo, elemento perigráfico, geralmente breve, que antecede um livro e que tem por objetivo apresentá-la ao leitor, podendo ser compreendido como um escrito preliminar. Assim, prólogo é o texto introdutório do livro, onde o autor apresenta os conteúdos preliminares do assunto que vai abordar no decorrer da obra literária. (FERREIRA, 1986).

Dessa forma, esse estudo ilustra os prólogos utilizados em duas edições do livro *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, conforme se apresenta nas Figuras 14, 15 e 16:

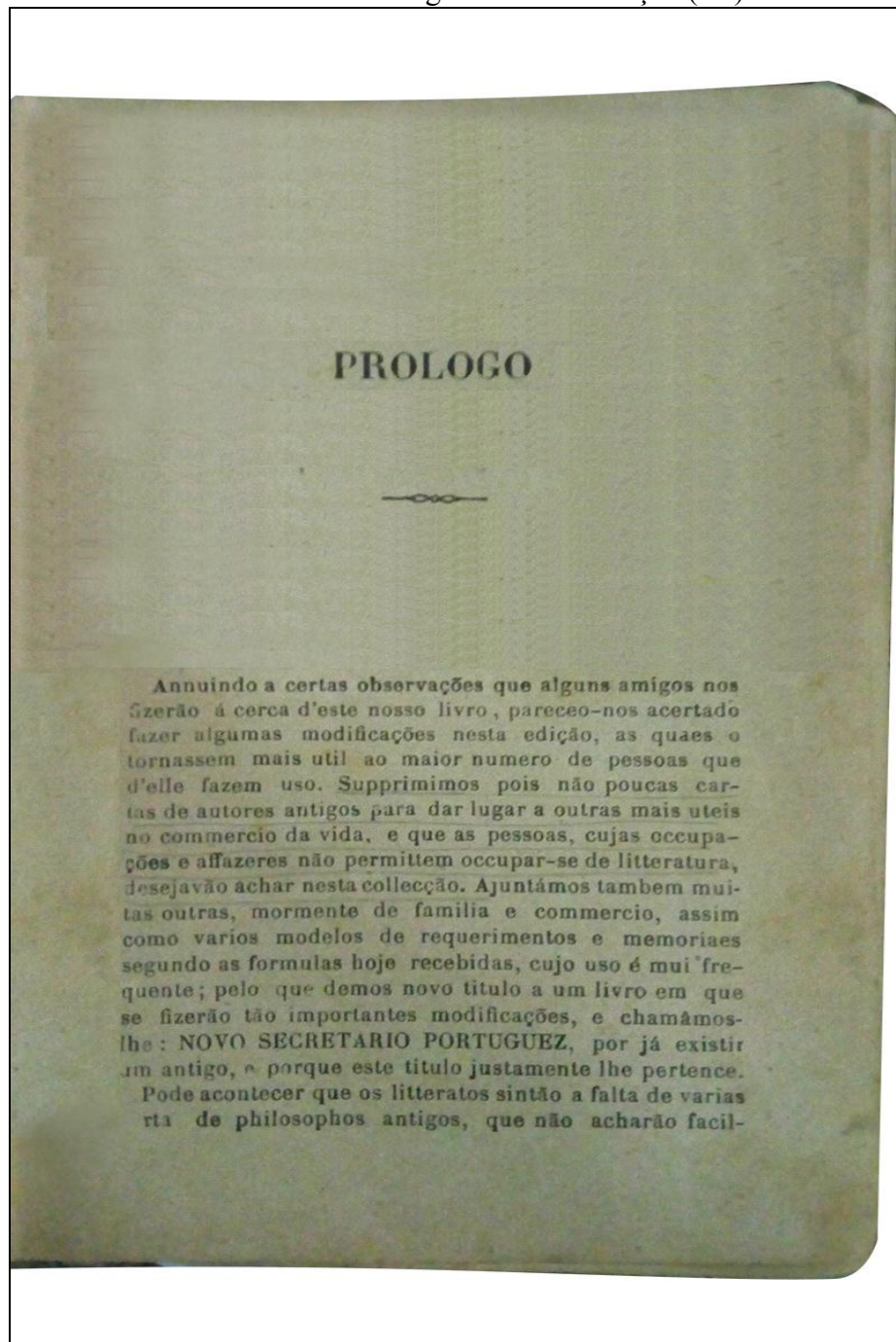
FIGURA 14 – Prólogo da terceira edição (1854)



Fonte: Roquete (1854, p. V; VI).

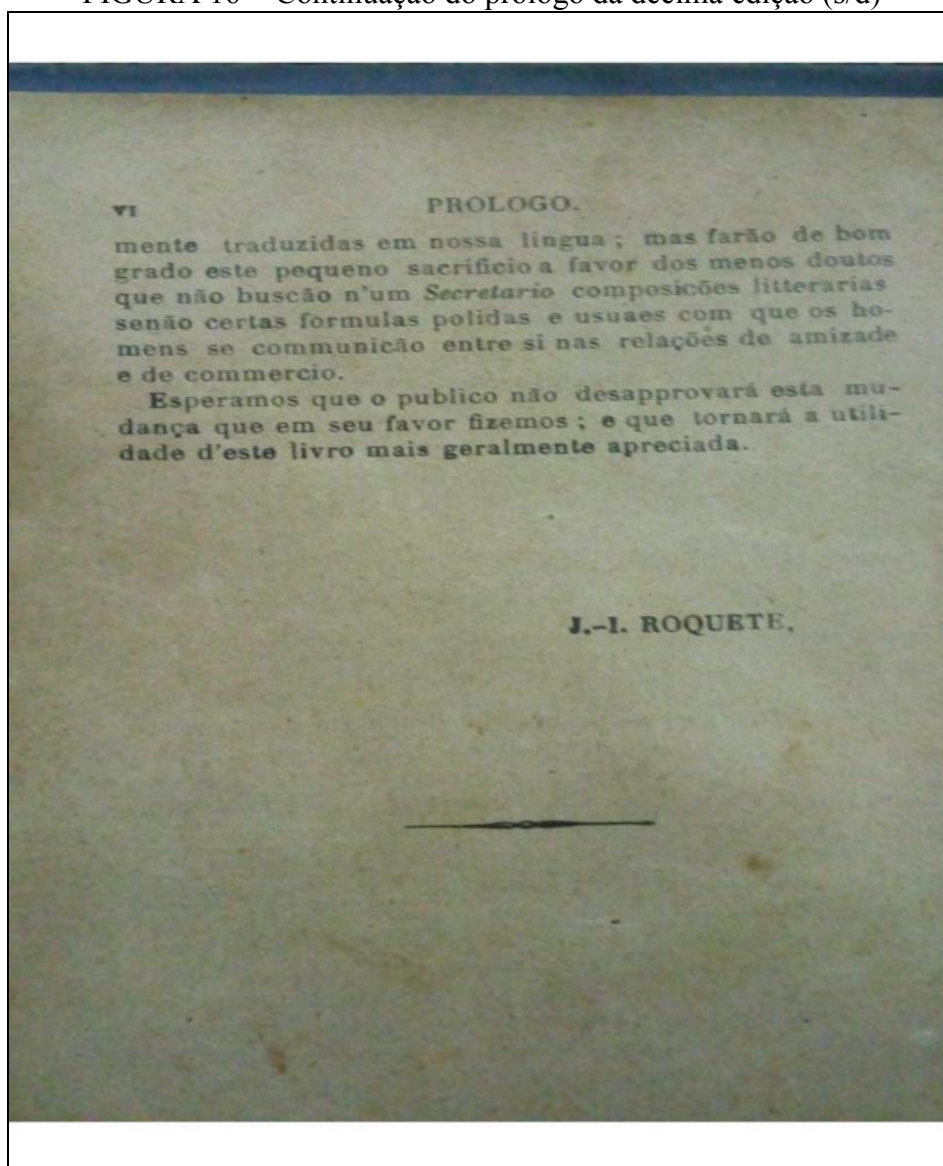
Um detalhe que pode passar despercebido entre o prólogo da terceira e da décima edição é a passagem 'segunda edição', uma vez que na décima edição ela foi suprimida do texto. O que pode ser um indício de que, por mais que a editora de Francisco Alves tenha editado fielmente a obra, o mesmo estava atento, como todo editor, a pequenos detalhes que nos leva a pensar sobre a importância de seu trabalho na preparação e comercialização dos livros. Esses aspectos são mostrados nas Figuras 15 e 16:

FIGURA 15 – Prólogo da décima edição (s/d)



Fonte: Roquette (s/d, p. V).

FIGURA 16 – Continuação do prólogo da décima edição (s/d)



Fonte: Roquette (s/d, p. VI).

De acordo com as Figuras 14, 15 e 16, pode-se afirmar que no prólogo do *Novo Secretario Portuguez*, em ambas as edições, o autor faz a apresentação do livro e adverte os leitores em relação ao que irá encontrar nas páginas seguintes, ou seja, as mudanças que ocorreram desde a segunda edição - trocas ocorridas de exemplos de cartas, pretendendo deixar o livro mais didático e mais próximo da linguagem do grande público.

Interessante frisar que o autor destaca ter feito essas alterações a pedido de amigos que dialogaram com ele, ou seja, essa declaração é um demonstrativo claro de que sua obra circulou nas mãos de pessoas esclarecidas quanto à escrita de cartas, dando significação ao seu escrito, “Annuindo a certas observações que alguns amigos nos fizerão á cerca d’este nosso livro, pareceo-nos acertado fazer algumas modificações nesta edição, as quaes o

tornassem mais uteis ao maior numero de pessoas que d'elle fazem uso” (ROQUETTE, s/d, p. V).

Como dito anteriormente, esse detalhe vai nos embasar no entendimento do acréscimo do título *Novo Secretario Portuguez*, antecedendo o nome original de *Código Epistolar*, como é colocado mais adiante no próprio prólogo “[...] pelo que demos novo título a um livro em que se fizerão tão importantes modificações, e chamâmos-lhe: NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ, por já existir um antigo, e porque este titulo justamente lhe pertence” (ROQUETTE, s/d, p. V).

O prólogo foi escrito pelo próprio autor de forma clara e, dessa maneira, objetiva a escrita dos tipos de cartas que serão encontradas no livro, utilizando-se desse elemento da perigrafia para situar o leitor antes mesmo de ele começar a folhear o manual. Roquette escreve, nessa secção, sobre os modelos de cartas, afirmando que procurou deixá-los mais modernos, suprimindo os modelos clássicos e afirmando ter inserido exemplos de cartas mais relacionadas ao cotidiano social, em virtude dos leitores buscarem consultar o manual por estarem preocupados com os afazeres cotidianos em vez da literatura erudita. O autor explica que:

Supprimimos pois não poucas cartas de autores antigos para dar lugar a outras mais uteis no commercio da vida, e que as pessoas, cujas occupações e afazeres não permitem occupar-se de litteratura, desejavão achar nesta collecção. Ajuntámos também muitas outras, mormente de familia e commercio, assim como vários modelos de requerimentos e memoriaes segundo as formulas hoje recebidas, cujo uso é mui frequente; [...] Pode acontecer que os literatos sintão a falta de varias cartas de philosophos antigos, que não acharão facilmente traduzidas em nossa língua; mas farão de bom grado este pequeno sacrificio a favor dos doutos que não buscão n'um *Secretario* composições literárias senão certas formulas polidas e usuaes com que os homens se communicão entre si nas relações de amizade e de commercio. Esperamos que o publico não desapprovará esta mudança que em seu favor fizemos; e que tornará a utilidade d'este livro mais geralmente apreciada. (ROQUETTE, s/d. p. V).

Dessa forma, fica evidente que o autor fez questão de deixar claro que o livro se tratava de um manual de consulta, não um livro literário e, sim uma obra que trará modelos para os homens/ mulheres que querem se passar por pessoas elegantes e de fino trato na hora de escrever uma carta. De forma imperativa ou de injunção, o autor dita clara e objetivamente como fazer, ou melhor, transcrever do manual para o papel de carta aquilo que o escrevedor deve colocar em cada ocasião que necessita o envio de uma correspondência.

Nessa perspectiva, o leitor não necessitaria ler todo o livro para aprender ou decorar como fazer uma carta, bastava o mesmo, no momento que sentisse a necessidade de se

corresponder, buscar no livro a situação correspondente, eleger o exemplo que mais lhe interessava e escrever a carta no estilo proposto pelo autor, apenas modificando os detalhes pessoais.

2.3.4 Índice

Seguindo os padrões advindos da Modernidade, o texto para se enquadrar no conceito de livro, aglutinava ao seu corpo literário as divisões e subdivisões: capítulos, parágrafos e notas de rodapé, dentre outras. Vale salientar que suas nomeações e organizações são apresentadas ao leitor por meio do índice.

O livro é dividido em partes, de acordo com o assunto, recebendo novos subtítulos, esses são ordenados, seguindo uma paginação, fazendo com que o leitor no momento da pesquisa ou até mesmo na decisão de adquirir o livro possa localizar aquilo que deseja ler:

A oposição de uma etiqueta que passa a nomear o texto como livro – o título - é, com a concomitante oposição de um plano da obra - o índice, espécie de mapa determinando a geografia do texto - sinal da sua mutação. Estamos perante a emergência do texto moderno. A confirmação da passagem do texto ao livro, isto é, de um modelo de escrita a outro, reside na introdução do índice e do título. (BABO, 1993, p. 21).

O índice além de oferecer um norte ao leitor, também serve de resumo dos conteúdos abordados pelo autor naquele livro. O autor/editor assim o faz na intenção de atrair e seduzir o leitor a consultá-lo. Muitas vezes, um escritor, começa seus escritos pelo próprio índice, mesmo que posteriormente ele mude as sentenças inicialmente pensadas para aquele capítulo. O índice passa a ser uma forma do próprio escritor, organizar as ideias e colocá-las em prática durante a escrita. Isso está representado conforme se apresenta na Figura 17:

FIGURA 17 – Índice do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolaro* (s/d)

INDICE	
	Pag.
Advertencia preliminar.	1
Das cartas em geral.	19
Cartas moraes e de conselhos, ou exhortatorias.	28
— de parecer.	52
— de reprehensão e vituperio. •	71
— de ameaça. •	82
— affectuosas, sentimentaes, e de familia. •	88
— de pezames.	116
— de consolação. •	131
— de parabens ou felicitações.	144
— de pretensão, memorias e petição. •	173
— de supplica. •	198
— eucharisticas ou de agradecimento. ✕	213
— de recommendação e d'empenho.	235
— ás pessoas de cuja companhia nos separamos.	268
— de queixas.	276
— de desculpa e justificação. •	290
— de negocios e encargos.	300
— de boas festas, d'anno bom, e dia d'annos.	329
— apologeticas. •	346
— de offerecimento, e suas respostas. •	360
— de convite, escusa ou recusa. ✕	375
— de resignação. •	390
Cartas de despedida. •	395
— de participação ou noticia.	403
— mixtas.	439
Modelos de formulas de requerimentos e memoriaes.	459
Cartas de commercio	462

Fonte: Roquette (s/d, p. 495; 496).

No século XIX era comum a apresentação do índice nas derradeiras páginas do livro, após o último capítulo, porém salientando que mesmo estando localizado nas últimas páginas,

ele anuncia o texto, remetendo à noção de dimensão do manual. No *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d), o índice corrobora com o pensamento exposto anteriormente nesta dissertação de que esse manual é uma obra pedagógica, sob a forma de um livro de consulta, escrito de forma didática para que o escrevedor de cartas possa achar de maneira precisa a carta certa para determinada ocasião que necessita ser escrita. Traz modelos de cartas variadas para vinte e cinco situações diferentes que possam ocorrer no cotidiano das pessoas e que o 'bom-tom recomenda' o envio de uma correspondência.

Inicia a denominação dos capítulos com a 'Advertencia preliminar', escrevendo sobre avisos considerados relevantes em 18 páginas que vão da primeira da obra até a 18; em seguida, o capítulo 'Das cartas em geral' utilizando-se de 10 laudas para sua escrita, dando início ao ensino da escrita de cartas propriamente dito, por meio de advertências curtas, seguida de exemplos variados, sendo elas: Cartas Moraes e de conselhos, ou exhortatorias, de parecer, de repreensão e vitupério, de ameaça, affectuosas, sentimentaes, e de família, de pezames, de consolação, de parabens ou felicitações, de pretensão, memorias e petição, de supplica, eucharisticas ou de agradecimento, de recomendação e d'empenho, às pessoas de cuja companhia nos separamos, de queixas, de desculpa e justificação, de negócios e encargos, de boas festas, d'anno bom, e dia d'annos, apologéticas, de oferecimento, e suas respostas, de convite, escusa ou recusa, de resignação, de despedida, de participação ou noticia, mixta, modelos de fórmulas de requerimentos e memoriaes, e, finalizando com as cartas de commercio.

2.3.5 Notas de rodapé

Assim como o texto principal ou corpo do texto, as notas de rodapé se fazem importante para o entendimento da leitura, elas trazem significados, realinham o texto e o deixam mais claro e conciso. Para Compagnon (1996, p. 82), sua função fundamental é livrar o texto de sua sobrecarga, afirmando: “Se as notas são essenciais peças de defesa (referências eruditas, acertos de conta, demarcações sutis, negações acessórias, recuos encobertos), elas têm também um papel estético: livram o texto de suas sobrecargas”.

São nas notas de rodapé que o autor faz suas explicações, orienta outras leituras, faz referências de obras e autores diversos, fazendo com que o texto ou o entendimento sobre o assunto em pauta fique mais rico e detalhado.

Dessa forma acontece no *Novo Secretario Portuguez*: Roquette acrescenta nas notas de rodapé informações diversas que enriquecem com detalhes o manual epistolar dando um toque de história e cultura a um livro que se caracteriza como sendo de consulta rápida e precisa no que tange à escrita de cartas. Os subsídios são diversos, nos quais o autor faz desde explicações históricas e gramaticais até traduções e anedotas.

Na 'Advertencia Preliminar', o autor coloca nas notas de rodapé explicações diretas de como escrever os pronomes de tratamento para determinadas autoridades, as quais são exceções às regras, utilizando-se de justificativas no sentido de explicar os fatos. Isso pode ser observado na seguinte passagem:

Aos Bispos não nomeados por sua Magestade dá a Secretaria o tratamento de IL^m e R^m Senhor, mas os particulares não devem fazer distincções dos outros. Se o Arcebispo fosse parente reconhecido da Casa Real, dar-se-lhe-hia o tratamento de Alteza Serenissima (ROQUETTE, s/d, p. 4).

Outro tipo de explicação exposta nas notas de rodapé são as explicações gramaticais que vão além das formas de tratamento, conforme apresenta-se a seguir:

Phonetica, ou *phonographica* é a mesma que a alfabética de que usamos; chama-se assim porque emprega signaes ou caracteres que não exprimem as ideias, como nas escrituras ideographica, mas os diferentes sons que entram na composição das palavras, φωνητιχῶν de φωνη voz, qualquer som (ROQUETTE, s/d, p. 82).

Dessa forma, o autor evidencia, ou tenta evidenciar, para os leitores, a posição de uma pessoa entendida das normas gramaticais tendo em vista os vários títulos de cunho didático que publicou na sua história de autor.

Além das explicações sobre as exceções às formas de tratamento e às gramaticais, ocorrem também, e essas em consideráveis números, as explicações de cunho histórico, como por exemplo:

As grandes assembleas dos Gregos, chamadas ἐκκλησίαι, fazião-se na praça publica; erão quase sempre mui agitadas e tumultuosas” e da página 32 “Quasi toda a Grecia seguia então o partido dos Macedonios; a isto é que Demosthenes chama o systema que segue actualmente a Grecia (ROQUETTE, s/d, p. 31).

Outra passagem interessante é a que o autor explica como os romanos escreviam suas cartas, ou seja, Roquette aproveitava determinada passagem de uma carta para fazer um comentário, explicando como ocorria a escrita das cartas na Antiguidade. “Os Romanos escrevião com um ponteiro de ferro em taboinhas encerradas. Veja-se a carta de S. Jeronimo” (ROQUETTE, s/d, p. 26).

Em algumas notas de rodapé ocorre a escrita de fragmentos de textos, tanto em seu idioma original quanto a tradução de alguma passagem em que o autor preferiu colocar no corpo do texto na sua língua primária, como na seguinte passagem: “Qualis meus sermo esset si una sederemus aut ambularemos, illaboratus et facilis; tales volo esse epistolas meas”, cuja tradução encontra-se no corpo do texto principal da seguinte forma “Qual seria a minha conversação se estivessemos sentados ou passeássemos juntos, fácil e sem artifício; assim quero que sejam as minhas cartas” (ROQUETTE, s/d, p. 21).

Observa-se também nas notas de rodapé do manual da escrita de cartas sobre referências a autores clássicos, pois para o autor são pessoas de reconhecida notoriedade e que precisam, de certa forma, estar presentes em seu livro para que apresente e coloque para o público, como um autor de saberes abrangentes e cultos, “por exemplo nas cartas de repreensão e de ameaça, como adiante se verá. Cícero usa d’este estylo nalgumas das familiares, mas não são as melhores” (ROQUETTE, s/d, p. 23).

Porém, vale destacar que na mesma página ele faz outra nota de rodapé, também, utilizando-se de autor clássico para justificar a escolha de determinada carta ou simplesmente para explicar o porquê daquele autor clássico ter colocado determinada carta como referência: “Symmaco escrevia a seu amigo Ausonio: ‘Pedes-me cartas mais compridas. Isto é entre nós um signal de verdadeiro amor. *Petis a me litteras longiores. Est id in nos veriamoris indicium*’ (O. A. Symmachi *Epist.*, lib I, epist 8.)” (ROQUETTE, s/d, p. 23, grifos do autor).

A nota de rodapé é utilizada por Roquette para dar significado a determinadas palavras, que talvez para a época fossem pouco utilizadas ou pouco conhecidas pela população, utilizando-se desse elemento da perigrafia com o sentido de dicionário, o que é bastante comum nos livros em geral. Como por exemplo: “*Casci*, palavra da língua dos Sabinos que significa velho, antigo. S. Jeronimo alude ao verso seguinte: *Quam primum cascipopulicaruerelatini*.” e “*Tabellarii* de *tabulae* (taboinhas); *librarii* de *liber* (entrecasca d’arvore)” (ROQUETTE, s/d, p. 26).

Nota-se ainda a presença de notas com o intuito de levar os leitores a buscarem outras fontes literárias ou didáticas para complementarem a leitura e os conhecimentos que envolvem a boa escrita epistolar, como exemplo pode-se extrair a seguinte passagem: “Veja-se a Grammatica para os Portuguezes e Brasileiros que desejão aprender a língua franceza sem esquecerem a propriedade e giro da sua” (ROQUETTE, s/d, p. 44).

E, por fim, observou-se a presença de anedotas com a finalidade de ensinar, passar uma mensagem ou simplesmente instruir de forma severa, porém com um toque de humor e

sarcasmo certos hábitos de pessoas que escrevem dando conselhos aos demais. Assim foi encontrado:

A seguir aneddotapóde servir de lição aos que se mettem a dar conselhos intempestivamente e sem as devidas formalidades.

Um sacristão da capella real de Berlim escreveo a Frederico II° a seguinte carta:

‘Senhor,

Advirto a V. M., 1° que ha falta de livros de cânticos para a família real; advirto a V. M., 2° que não ha lenha para aquecer a tribuna real; advirto a V. M. 3° que a balaüstrada que dá para o rio, por detraz da igreja, ameaça ruina...

“SCHMIDT, *sacristão*.”

El- Rei de Prussia rio muito com esta carta e mandou-lhe responder o seguinte.

‘Advirto ao Snr sacristão Schmidt, 1° que quem quizer cantar compre o livro; advirto ao Snr sacristão Schmidt, 2° que quem quizer aquecer-se póde comprar lenha; advirto ao Snr sacristão Schmidt, 3° que a balaüstrada que dá para o rio não é da sua conta; em fim advirto ao Snr sacristão Schmidt, 4° que não quero ter correspondencia com ele.’ (ROQUETE, s/d, p. 28, grifos do autor).

Portanto, é perceptível que Roquette soube utilizar-se muito bem do elemento perigráfico nota de rodapé, fazendo uso em diversos momentos e para variados fins, complementando seus pensamentos, facilitando a leitura dos leitores e influenciando de forma didática o aprendizado daqueles que buscavam escrever determinadas cartas.

2.4 UM CAPÍTULO QUE VIROU LIVRO: DAS CARTAS DO CÓDIGO DO BOM-TOM AO NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ OU CÓDIGO EPISTOLAR

Roquette foi um escritor/autor hábil na composição e venda de livros, escreveu títulos com temas variados, contudo buscou voltar-se para educação dos leitores, ou seja, seguia a linha de publicação de livros de cunho didático podendo ser classificados segundo Innocencio Francisco da Silva (1860) como Literatura Sagrada e Eclesiástica, a exemplo de *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento, para instrucção e santictificação dos fiéis*, de 1850; Livros Elementares como *Alphabeto portuguez, ou novo methodo para aprender a ler com muita facilidade a letra redonda e manuscrita* de 1836; Literatura Profana podendo exemplificar com o título *Leal Conselheiro, seguido da ‘Arte de bem cavalgar, por el-rei D. Duarte’* lançado em 1842; Obras Espirituais como *Horas Marianas pequenas, para uso da mocidade*, de 1854; Obras Litúrgicas à exemplo de *Manual Abreviado da missa e da confissão* em 1846; e algumas traduções como a *Consulta do Supremo Conselho de Castella*

sobre a «*Tentativa Theologica*» do padre Antonio Pereira de Figueiredo, traduzida em portuguez, de 1832.

Dentre suas várias obras, a mais conhecida é o *Código do bom tom, ou regras de civilidade e de bem viver no século XIX*, publicado em Paris no ano de 1845. Livro, cujo tema principal era a urbanidade, ensinava lições de civilidade a todos que queriam apresentar-se à sociedade como uma pessoa elegante e bem criada nos oitocentos. O livro teve várias edições, servindo de referência para o tema nos dias atuais, quando se faz necessário buscar pistas do ensino das boas maneiras no século XIX. Segundo Schwarcz (1997, p. 15):

Os artifícios do texto, porém, fazem deste guia um exemplo original. Trata-se de obra de ficção sobre matéria de não-ficção. [...] Nesse caso, no entanto, é o homem de Igreja quem instrui os leitores sobre a vida e os segredos do mundo. Ensinar o ritual (de forma didática), para que ele se interiorize e pareça cada vez mais “natural”, explicar como agir nas mais diferentes situações de convívio social são os objetivos do guia que, escrito em português, ganha leitores fiéis, também, em meio à nobreza, recém-criada no Brasil imperial, com quem Roquette mantém contato frequentes.

Barbosa (2011) também conceitua o '*Código*' como um dos principais livros de civilidade, inclusive colocando-o como a obra que fecha o ciclo de produções desse gênero feito por um profissional de letra, destacando que marcou esse fim com excelência, visto que sua obra foi uma das mais reeditadas e uma das mais conhecidas do grande público, pois:

Parece ter sido o último dos livros do gênero escrito por um letrado, envolvido com a publicação de títulos destinados à mocidade e à educação. Como parte do conjunto de obras da chamada literatura de civilidade, este livro era norteado por termos como cortesia, urbanidade, polidez e civilidade, incorporados também pelos súditos que viviam aqui no Brasil (BARBOSA, 2011, p. 2).

O *Código do bom tom* (1845), assim como o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1846) eram livros de bolso, de formato anatômico, “apresentava uma linguagem acessível cuja utilização frequente o transformava em uma espécie de livro didático quando o tema era a civilidade” (SCHWARCZ, 1997, p. 12), caracterizando-se por ser um manual de consulta rápida, supondo um leitor que buscaria de forma direta e precisa, por meio do índice, as páginas com o assunto que lhe interessaria.

Os tópicos de interesse à população que, vislumbrava se portar como excelente cortesã era inspirada nos costumes praticados pela Corte francesa, donde o Cônego teve trânsito livre durante sua estada na França, enquanto durou seu exílio, servindo de inspiração e base para escrita do manual.

Como dito anteriormente, o livro busca ensinar uma educação idealizada para o comportamento cotidiano da população através da ficção, ou seja, o autor cria uma narrativa,

através do diálogo entre um pai viúvo e seu casal de filhos que foram enviados à França para estudar.

Nesse enredo, ensina, aos seus leitores, assuntos voltados aos bons modos e a arte de bem viver no âmbito público e também privado, visto que as pessoas passariam a regular seus sentimentos, impulsos e vontades desde o acordar até o momento de recolher-se novamente. Não seria apenas o trato com o outro, mas a observação de si quanto aos pensamentos e atitudes, pois:

Roquette concebeu o livro como um diálogo entre um pai e seus filhos, que voltavam da França depois de anos sendo educados por lá. Instruir através do diálogo foi uma prática comum de escrever livros nos séculos XVIII e XIX, mesmo porque a conversação era um dos tópicos da civilidade. Estes diálogos simulavam as várias situações em que os cortesãos deveriam rever suas palavras, gestos, vestimentas, entre outros. O livro indicava que, na época, todos os comportamentos dos cortesãos passavam a ser regulados pela lei da civilidade. (BARBOSA, 2011. p. 3).

A estratégia utilizada por Roquette ao utilizar-se do diálogo e da ficção para ensinar temas da lei de civilidade aos leitores chama a atenção para outro jogo estratégico utilizado ao anunciar e se referir, em seus textos, às suas próprias obras publicadas anteriormente. Assim, pode-se afirmar que:

O jogo do autor é exemplar. Não contente em esconder seu escasso preparo para o mundo das festas, por trás da imagem da boa e solitária paternidade, o cômico Roquette refere-se a seus demais livros em vários momentos da obra [...]

a farsa começa desde o início do livro quando o leitor, pouco atento, pode deixar de notar o truque do manual. Embora tenha sido escrito por um cômico – J. I. Roquette -, sua autoria é, contudo, atribuída a um bom pai, um aristocrata que saíra de Portugal em 1834 quando, tendo perdido a esposa, resolveu educar os dois filhos em Paris. Depois de passar dez anos nessa cidade, Teófilo e Eugênia preparam-se – no momento da publicação da obra – para voltar a Portugal. É na hora da chegada ao país de origem que o pai – o qual é clérigo – dá conselhos de civilidade. (SCHWARCZ, 1997, p. 16).

No *Código do Bom-tom* (1997), o índice deixa evidente o tipo de leitura e conselhos que o autor selecionou para o leitor ler e se apropriar das regras estabelecidas para cada acontecimento do cotidiano dos cidadãos. Ele projetou o livro não como um enredo que envolve a história desde a primeira página até a finalidade da obra, precisando ler do começo ao fim para entender. Apesar de ela ter sido formulada como um diálogo, o leitor consegue pesquisar por meio dos capítulos o que lhe interessa sem haver prejuízo no entendimento geral.

Nele são encontrados vinte capítulos variando entre como se comportar em determinados locais e como tratar as pessoas de acordo com sua posição social quando a

referência é o próprio leitor. Antes dos capítulos em si, o autor escreve sobre advertências do que o leitor vai encontrar nas próximas páginas, faz um resgate das edições anteriores e justifica algumas modificações do texto como a adição e supressão de alguns conselhos.

Saiu à luz este opúsculo em 1845; três edições se têm publicado até este ano de 1866, mas em nenhuma delas se fez mudança notável no seu conteúdo e redação; não acontece, porém, assim nesta, que é a quarta mas a que chamaremos ‘nova edição’, porque efetivamente há nela muita coisa nova, com os necessários melhoramentos que o tempo e as circunstâncias pediam, e que hão de agradar e ser úteis aos benévolos leitores. Simplificaram-se alguns artigos que, para Portugal, eram algum tanto difuso; modificaram-se outros em harmonia com os novos usos que o tempo tem introduzido; entremearam-se várias anedotas chistosas que dão amenidade ao estilo didático do livro; e acresceram finalmente alguns contos morais em que transluz a virtude modesta entrelaçada com a civilidade polida, que fazem o verdadeiro ornamento duma educação desvelada. (ROQUETTE, 1960. p. 45).

Na Introdução, Roquette produz o texto fictício fazendo uma retrospectiva desde a causa e decisão de educar os filhos na França, até o retorno após dez anos a Portugal, explicando o fato de ser a França o berço de todos os bons modos e da civilidade, inclusive desembarcando representantes de variados países em busca de tais conhecimentos para serem adaptados e incorporados em seus lugares de origem. Dessa forma, o autor orienta os leitores sobre a importância de se copiar as regras estabelecidas nesse país, pois de acordo com o relato do próprio autor:

Tinha eu lido em minha mocidade no precioso livro de Massillon, Petit Carême, que os estrangeiros vinham em chusma estudar a França os costumes deste povo para depois os transportarem a seus países, e que até os filhos de soberanos estrangeiros deixavam o esplendor e a magnificência de suas cortes para virem estudar como homens particulares a polidez e a civilidade francesa; formei, portanto, desde logo o projeto de vos educar em França, reservando para mais tarde a escolha do colégio e casa de educação que mais conviesse a ti, Teófilo, e a tua irmã Eugênia. (ROQUETTE, 1960, p. 54).

A partir daí o autor escreve sobre os comportamentos ideais que as pessoas devem escolher e praticar, nos mais variados locais. Inicia com o capítulo intitulado *Da Igreja*, no qual o autor sendo um cônego, evidencia nas primeiras linhas que a intenção naquele livro não é afirmar ou renovar os votos eucarísticos, mas sim ensinar a postura que o cortesão deve assumir nos locais e eventos relacionados à igreja, ou seja, na missa, nos casamentos ou velórios.

O segundo capítulo trata *Do Paço*, lugar genuíno da corte em que as pessoas devem saber como agir quando estão próximas a reis e príncipes, sejam a trabalho ou em momentos de lazer: “Se vivêsseis no paço, deveria ser para vós a etiqueta uma regra de bem viver de que

vos não deveríeis afastar ainda que muitos usos vos parecessem ridículos, e outros velhos e absurdos.” (ROQUETTE, 1960, p.102).

No terceiro capítulo, o autor ensina a respeito *Dos Tratamentos*, enumera caso a caso como se deve dirigir cada cortesão a determinada pessoa dependendo do seu grau de importância na sociedade brasileira e portuguesa: aos cardeais – *Eminência*, “aos grandes do reino” (ROQUETTE, 1960, p.114) e aos embaixadores – *Excelência*, aos bispos – *Senhoria Ilustríssima*, aos viscondes e barões – *Senhoria*, as senhoras – *Excelência* e *Senhoria*, aos príncipes herdeiros – *Majestade*, aos infantes e infantas – *Alteza*, dentre outros. No quarto capítulo, *Das Assembleias*, ocorre a explicação da forma correta de estar e circular dentro de um ambiente de reuniões, exemplificando desde os cumprimentos, passando pela gentileza de ceder os acentos à obrigação de escutar mais e falar apenas o que convém, deixando explícita a necessidade de controlar os sentimentos e impulsos, a maneira de servir-se dos alimentos servidos, dentre outros.

No quinto capítulo o texto trata *Dos Cumprimentos*, no qual o autor lista, com exemplos, diferentes modos, em diferentes situações às formas de cumprimentar, porém desde o início advertido quanto ao nível social de cada par ao qual se cumprimenta, afirmando que:

[...] atendendo sempre se a pessoa a quem falais é superior, inferior ou igual, se com ela tendes muito conhecimento, pouco, ou nenhum, pois nisto é que consiste toda beleza dos cumprimentos, usando já de respeito, já de familiaridade, conforme os sujeitos, os tempos e as circunstancias. (ROQUETTE, 1960, p. 137).

No sexto capítulo, o *Dos Bailes*, o autor faz com diferentes conselhos, comentários a respeito de diversas situações que possam ocorrer nos bailes, desde conselhos morais a conselhos de solicitar à dança diferenciando esse comportamento quanto ao homem e quanto à mulher, sempre se referindo aos 'dois filhos'.

O próximo capítulo refere-se ao tema *Das Partidas ou Reuniões Noturnas*, e trata sobre grupos de pessoas que se reúnem na casa de algum anfitrião para jogar cartas ou jogo semelhante, para discutir sobre assuntos variados ou fazer um *sarau*, seja poético ou não. No entanto, Roquette explica sobre qual postura o cortesão deve ter durante esses períodos de convívio com os demais, orientando que não se deve estender-se em uma discussão, principalmente se notar que ela está tomando ares de disputa.

O oitavo capítulo trata *Dos Jantares e Banquetes*, e inicia-se com a escrita de uma anedota para explicar de forma lúdica como todos devem se portar à mesa durante as refeições, para em seguida ensinar comportamentos por meio de comparações sobre os costumes entre Portugal e França, sempre colocando que se devem respeitar as tradições do

país em que se faz estada. Contudo, refere-se principalmente a Portugal, estendendo-se entre enunciados variados com detalhes e curiosidades.

No nono capítulo, *Das Visitas, introduções e apresentações*, mostra a importância social das visitas aos entes queridos e pessoas pelas quais se tem apreço e agradecimento. O mesmo mostra os detalhes e os bons modos que se deve ter antes durante e após um convite para visitar alguém ou mesmo quando se deve anunciar a visita ao outro.

O livro suprime os capítulos dez e onze e adianta-se para o capítulo doze, talvez por erro gráfico da reedição ou por apresentar-se dessa forma desde sua edição original, fato que cabe ser investigado posteriormente. O capítulo doze aborda *Dos jogos e Jogadores*, e nele o autor delinea a respeito dos detalhes de um jogo, principalmente como o(a) anfitrião(ã) deve posicionar os jogadores e distribuir os elementos da jogatina, escrevendo que: “A senhora de casa raramente joga, a não ser que haja poucos jogadores, porque tem bastante em que se ocupar para bem fazer as honras da sala; porém, quando ela joga, ninguém pode escusar-se de jogar, a menos que não saiba de todo em todo pegar nas cartas” (ROQUETTE, 1960, p. 257).

Este trecho representa bem como cada detalhe dos acontecimentos é descrito e deve ser seguido rigorosamente para que o leitor se passe como pessoa de fino trato.

Das Cartas, esse é o título do décimo terceiro capítulo, e para essa pesquisa é o que mais interessa por ter sido o texto que posteriormente, em 1846 deu origem ao manual epistolar *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, objeto de estudo que veio a dar suporte à escrita da dissertação, e por isso será descrito detalhadamente mais adiante.

O capítulo catorze do *Código do Bom-tom* versa sobre *Da Estada no Campo* explanando a respeito de como um cortesão deve se portar durante sua passagem em uma casa de campo, principalmente se a estada se deu a convite de outrem. O livro orienta o leitor interessado sobre a importância dos elogios em relação ao ambiente e aos serviços prestados, os quais devem ser feitos constantemente, que a boa educação, também, deve ser dirigida aos empregados que os servem e que o visitante deve tomar a postura mais discreta possível durante o passeio.

O décimo quinto capítulo ensina a respeito *Das viagens*, sobre a importância de se familiarizar com a língua, costumes, moeda e comidas. Evidencia a necessidade de ficar atento às críticas recebidas e pronunciadas em relação às tradições de cada local, e mais: o capítulo faz, ainda, citações rápidas acerca dos costumes típicos de cada país da Europa que podem ser considerados exóticos para o visitante, alertando para que ele não busque converter as pessoas em favor dos interesses pessoais.

No décimo sexto capítulo, o autor instrui a respeito *Dos Pais e Parentes*, colocando os conceitos advindos da Natureza e da Igreja a respeito da veneração que os filhos devem ter em relação aos pais. Insere, no texto, exemplos diversos da História Clássica de diferentes regiões e processos de civilização para orientar a esse respeito.

O capítulo dezessete faz alerta para o tema *Dos Amigos*, descrevendo sobre a importância minuciosa de suas escolhas, alerta para importância das amizades serem prioritariamente as familiares, alegando que as amizades que partem das diversões mundanas não são as mais apropriadas. No capítulo dezoito, o autor escreve sobre *Dos Criados*, iniciando suas orientações para a importância da “caridade e da humanidade para com os que nos servem” (ROQUETTE, 1960, p. 345), para em seguida instruir como devem se comportar os patrões com o empregado, para cada situação, sob a forma de exemplos.

Os capítulos dezenove e vinte se diferenciam dos demais capítulos que os antecedem porque nesse momento, o autor, na sua narrativa ficcional, separa os dois irmãos para uma conversa isolada, dando conselhos *A Teófilo em Particular* (que dá título ao capítulo) quanto as suas responsabilidades de homem de negócios e patriarca, das virtudes e valores que um patrão e/ou trabalhador deve ter em sua vida cotidiana, devendo planejar as economias, porém sem ser mesquinho.

Escreve sobre a importância de se vestir adequadamente e de seguir a moda masculina, para ser valorizado pela sociedade, no entanto indica que se pague à vista e compre o possível. Recomenda detalhes de higiene pessoal relacionados exclusivamente ao sexo masculino, como fazer a barba, estar sempre limpo, porém sem cheiro “e gastar em toda limpeza corporal o menor tempo possível; porque, se faz necessário ser asseado, não é permitido ser mole e afeminado” (ROQUETTE, 1960, p. 363). Sugere o cuidado com os dentes, além de recomendações de se viver bem a mocidade, acordar cedo, não fumar entre outros conselhos de variadas naturezas.

Quanto *A Eugenia em Particular*, que intitula o capítulo vinte, o autor inicia os conselhos quanto aos asseios pessoais que a mulher deve ter, assim como com Teófilo, aconselha sobre os banhos, limpeza com os dentes, a arrumação com as roupas e cabelos e os cheiros que deve ter ou tomar para si, pois é nesse momento que inicia suas indicações a respeito da moral e bons costumes que uma dama deve ter para não passar por “*leviana, garrida e namoradeira*, o que tudo se inclui na palavra francesa *coquete*, que mui bem conheces, e que é o oposto de *sisuda, modesta e recatada*, que são os mais preciosos dotes duma donzela” (ROQUETTE, 1960, p. 381, grifo do autor).

Adentra, também, na seara da forma 'bem vestida' que a mesma deve apresentar-se à sociedade desde os calçados até as roupas, joias e penteados. Os conselhos continuam nas mobílias que devem ser usadas nos quartos das damas, suas cores, posições, bem como a importância de haver ausência de cheiros excessivos nesses ambientes.

Ocorre no texto passagens relevantes quanto aos cuidados com a saúde, combatendo a ociosidade e o sedentarismo, recomendando o consumo de comidas saudáveis e de caminhadas uma vez ao dia em lugar arejado. Faz, ainda, recomendações acerca do tratamento e cuidados com as criadas, principalmente as do quarto. E finaliza aconselhando que a filha seja uma '*donzela delicada*', porém uma '*mulher forte*'.

Das Cartas, é o capítulo de maior relevância para a dissertação em virtude do mesmo ter dado origem ao livro objeto de estudo desta pesquisa. Observa-se no *Código do Bom-tom* as mesmas advertências citadas no *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* desde a escolha do papel, o cuidado que o escritor deve ter ao utilizar os pronomes de tratamento considerando a posição social do recebedor ou a quem a carta se dirige, a forma de lacrar o envelope e por quem enviar a carta, até a sugestão de utilização de uma linguagem e de argumentos diferenciados para cada ocasião que se exige o envio da carta. Segundo estudos:

O seu manual de escrita epistolar, publicado primeiramente com o título de **Código Epistolar, ou regras e advertências para escrever com elegância toda sorte de cartas, acompanhadas de modelos sobre todos os assumptos**, no ano de 1846, em Paris, é uma ampliação do capítulo *Das Cartas*, do *Código do Bom-tom*. A única diferença é o acréscimo de um número considerável de exemplos dos mais variados tipos de cartas. (BARBOSA, 2011, p. 1, grifo nosso).

Nas primeiras páginas do capítulo *Das Cartas*, Roquette destaca a necessidade da criação de um livro exclusivo para o ensino da boa escrita epistolar, visto a riqueza de detalhes necessários para uma adequada escrita de cartas. Dessa forma, justifica ou anuncia a publicação do seu novo livro ao escrever que:

Não é possível, meus filhos, que nestas curtas instruções vos diga tudo o que respeita às comunicações epistolares; e se quisesse dar-vos modelos seria necessário fazer um livro, só para este fim. Limitar-me-ei, portanto, a dizer-vos o que é mais essencial, e que de modo nenhum deve ignorar uma pessoa bem-criada (ROQUETTE, 1960, p. 267).

Vale lembrar que o livro *Código do Bom-tom* teve sua primeira edição tornada pública em 1845, e no ano seguinte, em 1846, foi lançado o *Novo Secretario Portuguez* – com o título inicial de *Código Epistolar* em alusão ao *Código do Bom-tom*.

Assim como no *Novo Secretario Portuguez*, o capítulo *Das Cartas* do livro, o *Código do Bom-tom*, divide-se didaticamente em duas partes: as questões políticas do bom relacionamento e do bom gosto que seria a 'Contextura das Cartas' e as diversas formas de escrever uma carta, levando em consideração à temática e a ocasião para qual se encaminha uma carta, seriam as 'Regras Gerais para a Composição das Cartas e Regras Particulares para Diferentes Gêneros de Cartas'. Roquette ressalta a divisão ao anunciar que: “E para proceder com mais clareza, falarei primeiramente do que a política, o uso e o bom gosto nos prescrevem relativamente à contextura duma carta, e em segundo lugar das diferentes espécies de cartas, e do que nelas devemos observar” (ROQUETTE, 1960, p. 267).

A primeira parte do capítulo do *Código do Bom-tom* se estende, no livro seguinte de Roquette, em duas partes ou capítulos *Advertencia Preliminar à cerca da Contextura das Cartas* e *Das Cartas em Geral*, pois nele o mesmo usa como estratégia didática a separação por tópicos que são descritivos e exemplificados. Na parte destinada à *Advertencia Preliminar à cerca da Contextura das Cartas*, no livro *Novo Secretario Portuguez*, este se subdivide em *Do papel*, *Da data das Cartas*, *Corpo da Carta*, *Conclusão das Cartas*, *Das assignaturas*, *Do modo de fechar ou lacrar a carta*, *Dos sobrescriptos* e *Quando se hão de franquear as Cartas*.

Com referência ao capítulo cujo título é *Das Cartas em Geral* ocorre o anúncio do subtítulo denominado – advertência, mostrando a origem e as funções das cartas criadas e suas respectivas influências numa sociedade que busca a civilidade. Em seguida, o autor coloca exemplos de autores clássicos, importantes personalidades que possuíam o domínio da escrita epistolar, como a “Carta de S. Gregorio Nazianzeno a Nicebolo, na qual este é consultado sobre a melhor maneira de escrever cartas” (ROQUETTE, s/d. p.24) e o outro exemplo vem de “S. Jeronimo a Niceo à cerca do commercio Epistolar” (ROQUETTE, s/d, p. 26).

No livro *Código do Bom-tom*, (1997), dentro do próprio capítulo destinado às cartas, na parte correspondente às *Regras Particulares para Diferentes Gêneros de Cartas*, o autor elenca as advertências necessárias para as diferentes ocasiões que os escritores devem enviar uma carta. Ele as enumera como: *Cartas morais e de conselhos*, *Cartas de pêsames*, *Cartas de parabéns*, *Cartas eucarísticas*, *ou de agradecimento*, *Cartas de recomendação ou de empenho*, *Cartas às pessoas de cuja companhia nos separamos*, *Cartas de queixas*, *Cartas de escusa*, *Cartas de negócios e encargos*, *Cartas de participação*, *ou de notícias*, *Cartas de boas-festas*, *de ano-bom*, *e dia de anos*.

Porém, no livro *Novo Secretario Portuguez* ocorre a repetição desses temas das cartas, com o acréscimo de vários exemplos e a adição de mais doze títulos de cartas com seus exemplos, são elas: *de parecer, de repreensão e vituperio, de ameaça, affectuosas, sentimentais, e de família, de consolação, de pretensão, memorias e petição, de supplica, de desculpa e justificação, apologéticas, de oferecimento, e suas respostas, de resignação, de despedida, de comércio, e modelos de formulas de requerimento e memoriaes*

Quando ocorre a comparação da leitura do capítulo concomitante com a leitura do livro fica explicitada a reprodução e ampliação do capítulo que está inserido no *Código do Bom-tom*. O autor sabiamente transcreve o tema e suas advertências e amplia o texto, acrescentando vários exemplos de cartas de autores clássicos, reis e autoridades e de pessoas simples e comuns, porém detentoras da arte epistolar, que para a época do escrito ainda se restringia a uma minoria alfabetizada e senhora da cultura da escrita de cartas. Saber exclusivamente ler e escrever não era sinônimo de pessoa civilizada. Era necessário saber as regras impostas pela civilidade e, por isso a necessidade de consultar um manual para tal fim.

3 O LIVRO *O NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ OU CÓDIGO EPISTOLAR* COMO DISPOSITIVO DO PROJETO CIVILIZADOR

Uma responsabilidade enorme vai pesando sobre o homem à medida que ele se civiliza. (ELIAS, 1994, p. 10).

O manual epistolar *O Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) foi escolhido como fonte desta pesquisa por se tratar de um livro fartamente utilizado, como demonstram suas várias edições, servindo como material pedagógico para a educação da população, cuja primeira edição publicada em 1846, passando por várias edições até chegar a 10ª edição, escolhida como documento-fonte da investigação que resultou nesse texto, adquirida via internet. A preferência pelo manual também ocorreu por se tratar de um livro referência do ensino da escrita de cartas no século XIX, e por se tratar de documentação que permite múltiplas interpretações, em virtude do autor propor a leitura do seu conteúdo como dispositivo de formação no contexto civilizatório.

No código epistolar, o autor J.I. Roquette se propõe a ensinar aos potenciais leitores a escreverem cartas, dentro dos padrões de civilidade, de acordo com as exigências de cada ocasião e as necessidades, utilizando-se de modelos de cartas de autores conhecidos do grande público, autoridades constituídas e pessoas desconhecidas.

O autor preconiza o uso da cordialidade, a submissão aos pares superiores, conforme os padrões socioeconômicos pré-estabelecidos, aconselhando sobre a importância do escrevente revestir-se de uma “pseudo - humildade” ao dirigir-se aos pares que se encontravam no patamar inferior dos padrões socioeconômicos, de modo a prolongar os costumes e as tradições que a civilidade impunha. Dessa forma, as cartas eram definidas como:

Uma conversão por escrito entre ausentes, por meio da qual comunicâmos com os amigos nossos sentimentos, participâmos aos superiores o desempenho de ordens, aos inferiores mandâmos o que nos apraz, e a qualquer pessoa com quem temos negócios transmittimos por papel o que lhe diríamos de viva voz se estivessemos presentes. (ROQUETTE, 1860, p. 19).

A história dos manuais de escrever cartas origina-se nos séculos anteriores ao XIX. Consta na literatura acadêmica (BARBOSA, 2011) que o mais antigo seria *Corte na Aldeia* (1618), escrito por Francisco Rodrigues Lobo. Outros importantes manuais foram editados anos depois, a exemplo do *Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no Modo de*

Escrever Cartas (1745), de autoria de Francisco José Freire. Porém, ainda segundo Barbosa (2011) o ciclo de publicações de manuais específicos voltados ao ensino da escrita protocolar de cartas encerra-se com a obra estudada durante o mestrado, ou seja, o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1846) de J.I. Roquette.

3.1 O MANUAL ESCRITO PARA FORMAÇÃO DE UM LEITOR ESCRIVADOR DE CARTAS DE BOM-TOM

No presente capítulo, a análise do manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) tem como objetivo conhecer, saber quem era o leitor visado por J.I. Roquette, autor do livro. Reportando ao texto impresso, buscamos reconstruir o perfil do leitor propendido pelo manual por meio da análise das temáticas mais abordadas no livro, conforme as estratégias discursivas usadas pelo autor para formar o leitor, apontando as possibilidades metodológicas utilizadas por ele na constituição do manual.

O objeto analisado está inserido nos estudos relacionados aos impressos que trabalham os temas pautados na educação para civilidade. Os manuais, no século XIX e início do século XX, constituem-se como um dos principais instrumentos utilizados na propagação e instrução da população sobre o ensino da urbanidade, bom- tom e cortesia. Assim, delinear o perfil dos leitores dos manuais de escrever cartas, torna-se de grande importância nas pesquisas em História da Educação, por compreendermos que as possíveis hipóteses sobre como se deu a leitura dos manuais de civilidade, e sobre quem buscava tais livros e quais as estratégias utilizadas, são indícios e sinais preciosos dos elementos considerados importantes para educar as gerações, conformando um modo de educar e de estar no mundo, com influência sobre o processo de ensino-aprendizagem, a partir da escrita de cartas.

A leitura é a parte final de um processo que se iniciou, entre outras coisas, na produção do texto elaborado pelo autor, no qual ele escreve para um leitor idealizado. Segundo Eco (1986), o leitor é peça-chave e fonte de inspiração para o autor, estando presente no processo de construção do texto, ao qual ele chama de “leitor-modelo”, distinguindo-o, portanto, do “leitor real”. Nesse processo de produção envolvendo autores e editores, o *leitor-modelo* tem uma posição primordial, pois:

Em condições materiais contextualizadas, definem as temáticas, a linguagem a ser utilizada, a sequência e a forma de apresentação dos fatos e ideias, além da extensão do texto, o suporte em que será

inserido, as características tipográficas, o uso de imagens, preço, pontos de venda, etc. (GALVÃO; JINZENJI, 2011, p. 19).

Contudo, sabemos que a leitura se faz por leitores reais, que preenchem as lacunas deixadas pelos textos à sua maneira, levando em consideração suas experiências de vida, crenças, valores, fantasias, inclusive competências de leitura. Para Eco (1986) o leitor real está propenso a todo o momento a fazer escolhas, o que caracterizaria desta forma, o ato da leitura como uma ação em fazer apostas e antecipar o que o autor escreveria.

Ao analisar o manual observa-se que o leitor idealizado por Roquette, antes de tudo, seria um leitor alfabetizado, detentor das habilidades e competências da leitura e da escrita, pois a eles interessavam a escrita protocolar de cartas, porém o autor deixa claro, em seu prólogo, que escreve para um leitor iniciante na prática da escrita epistolar e que não se enquadra nas classes dos literatos:

Póde acontecer que os litteratos sintão a falta de varias cartas de philisophos antigos, que não acharão facilmente traduzidas em nossa lingua; mas fação de bom grado este pequeno sacrificio a favor dos menos doutos que não buscão n'um *Secretario* composições litterarias, senão certas formulas polidas e usuaes com que os homens se communicão entre si nas relações de amizade e de commercio. (ROQUETTE, 1860, p. V; VI).

Entendemos, portanto, que o manual foi escrito para uma parcela de leitores em potencial que sabiam ler e escrever. Permitia que o indivíduo pudesse adentrar ou se especializar na cultura da escrita de cartas, porém não seria uma escrita qualquer, seria uma escrita dentro dos padrões e modelos de um escritor conectado com as regras e normas estabelecidas nas Cortes da Europa, e mais especificamente na Corte da França. No manual destaca-se, através da escrita de cartas, o status de 'homem/mulher bem criado' e civilizado, permitindo-lhes assim, a 'credencial' para serem reconhecidos como modernos, pois a civilidade seria um dos seus requisitos.

Vale ressaltar que nessa época, Roquette era considerado um intelectual consagrado no eixo Brasil-Europa, tendo em seu currículo obras sobre assuntos variados. Foi um sacerdote que circulou pelas cortes europeias e que fez bastante sucesso com o manual de civilidade *Código do Bom-Tom* (1845). Todos esses requisitos intrínsecos, advindos do autor, criava, na perspectiva do leitor, um bom motivo para aquisição do manual como fonte de pesquisa e exemplar sobre a escrita de cartas.

O autor utilizou-se do seu nome, reconhecido no meio editorial de livros, para lançar obras coma temática de escrita de cartas e ter êxito de vendas, visualizando um leitor em potencial que teria no seu nome a referência de autor consagrado. Prova disso foi o

lançamento do manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1846), um ano após a primeira edição do manual *Código do Bom-Tom* (1845) – lembrando que o *Código Epistolar* resultou da ampliação do capítulo *Das cartas*, da obra *Código do Bom-Tom*.

Roquette costumava fazer de seus livros uma das principais fontes de divulgação e propaganda de outros livros lançados por ele, induzindo seu leitor a buscar livros antigos que o tivessem como autor/escritor – uma estratégia utilizada na busca por fidelização e abrangência de leitores interessados por suas informações e instruções. Por exemplo, ao escrever "veja-se o que já dissemos no nosso Codigo do Bom Tom, pag. 225". (ROQUETTE, 1860, p. 1).

Roquette utiliza-se dos pronomes e verbos conjugados na terceira pessoa do plural, sempre se remetendo aos leitores como 'nós', talvez na tentativa de se incluir no processo do ensino da escrita de cartas e, assim, se colocar na perspectiva de alguém próximo, e/ou semelhante aos seus leitores. Como ele ensina no manual, faz-se necessário que o sujeito tenha polidez ao escrever uma carta dirigida ao próximo. A passagem a seguir é um bom exemplo desta observação, pois ela está no capítulo *Das Cartas em Geral* e está posicionada como a 6ª regra geral 'para todas as cartas': nela aparece a utilização do pronome 'nós' e determina a posição de gentileza que o escrevedor deve tomar para si.

Observa-se que o autor não faz restrições quanto ao leitor-alvo, no *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860), entre os gêneros, ao feminino ou masculino, pois direciona tanto aos homens quanto às mulheres suas instruções e aconselhamentos de civilidade, bem como apresenta exemplos de cartas assinadas por ambos os sexos. Mostrava por meio de algumas delas que havia mulheres alfabetizadas e interessadas na construção das cartas, que se dirigia a um público abrangente, o qual merecia a atenção do autor - como mostra um modelo de carta em que afirma que “é destinado para as pessoas moças” (ROQUETTE, 1860, p. 2) e em outra, uma carta assinada por uma mulher, de uma mãe à sua filha, como podemos ver na Figura 18:

FIGURA 18 – Carta de mãe à sua filha

A marquezia de Sevigné a sua filha.

Escrevi ao Marquez, minha querida Condessa, sem embargo de já lhe ter dado os parabens. Rogo-lhe que leia em sua triste guarnição onde nada tem que fazer ; digo-lhe que pois tem tanta paixão pela guerra, parece mui mal que não leia os livros que fallão d'ella, nem conheça as pessoas que hão sobresaído nesta carreira. Ralho, e atormento-o : porém espero que o converteremos, pois seria esta a primeira porta que se nos não abrisse. Não acho tão máo que seja um pouco dorminhoco (conhecendo que jamais faltará ao que toca á sua honra) como o saber que tem paixão pelo jogo ; faço-lhe ver que este é o meio mais prompto para arruinar-se. Se joga pouco, verdade é que pouco perderá, porém o jogo, ainda que curto, é sempre como uma pequena chuva que não deixa de molhar ; se joga muito, verse-ha empenhado, terá que

pagar ; e se não tiver dinheiro, ou faltará á sua palavra, ou terá que tomál-o do necessário. Em fim, minha querida filha, sempre isto seria um mal para elle, e para ti, que sentirias o contrapeso. Teu irmão seria mui ditoso se se affeioára á leitura : esta sim que é a verdadeira occupação ! com ella se vencem o enfado é a ociosidade, duas más alimarias. A conselha-lhe isto mesmo da tua parte, porque te convêm, e assim t'o pede tua mãe.

Fonte: Roquette (1860, p. 45).

Vê-se, portanto, que Roquette tem em seu nome o peso de autoridade quanto à publicação de livros variados, personalidade que detém o saber sobre assuntos referentes à civilidade, e julga que o leitor que procura suas obras partilhe e/ou interesse-se pela temática. Desta forma, pode-se afirmar que o leitor propendido por Roquette é principalmente formado por pessoas com certa familiaridade com a escrita de cartas e que necessitavam, provavelmente, de um guia para melhor se passar como homem/mulher de fino trato.

3.2 UM REPERTÓRIO DE CIVILIDADE PARA LEITORES DO MANUAL EPISTOLAR

No século XIX e princípios do XX, circulava a ideia de urbanidade e civilidade, advinda de todo o mundo, principalmente do ocidente e da Europa. O Brasil como sendo um país que recebeu uma quantidade considerável de influências europeias via Portugal devido sua condição de país colonizado não foi diferente dos demais. Por aqui, circularam impressos dos mais variados tipos: jornais, livros didáticos, revistas e manuais, que ensinavam por meio de variadas metodologias as melhores formas de sentir, comportar-se e incorporar os preceitos propostos pela civilidade.

O manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) possuía um repertório pedagógico construído a partir das ideias disponíveis sobre o tema na Europa. Roquette estava imerso e se apropriou dos conceitos e práticas existentes, transcrevendo metodologicamente tais apreciações nos seus manuais especializados no ensino da civilidade. Para isso baseou-se em manuais anteriores para formular seu próprio manual, inclusive colocando no prólogo, referência ao manual *Secretario Portuguez Compendiosamente Instruído no Modo de Fazer Carta* (1745), de Francisco José Freire, como no caso em que copia e incluía partir da referida obra, ao título do *Código Epistolar* um subtítulo, ou seja, *Novo Secretario Portuguez*, como dito anteriormente nesta dissertação. Outro traço que comprova o conhecimento do autor em relação aos outros manuais existentes é a passagem em que ele critica, discordando daqueles que dividem os assuntos que compõem as cartas em três espécies. Diz ele:

Alguns modernos, inimigos de tudo que era escolatico, reduzirão todas as cartas, segundo os assumptos que nellas se tratão, sómente a trez especies, a saber : 1ª cartas em que contão factos ; 2ª em que se discute uma opinião ; 3ª em que exprimem sentimentos d'alma.

Esta divisão não deixa de ser philosophica, mas é pouco accomodada á maioria dos leitores que hão de consultar esse tratado; por isso, desprezando um e outro extremo, seguiremos uma divisão razoavel segundo o uso hoje recebido, e de modo que seja util na prática. (ROQUETTE, 1860, p. 20).

Os manuais epistolares são caracterizados como livros de consultas, que instruem seus leitores através de exemplos, modelos de escrita variadas de cartas, a serem seguidos em conformidade com quem escreve e para qual ocasião seria enviada. Essa foi a principal e a mais clara estratégia metodológica utilizada pelo autor, pois desta forma o leitor não se

sentiria obrigado a ler o livro em toda sua extensão para aprender a escrever uma carta, simplesmente ele iria ao índice, identificaria o tema de interesse e seguiria o exemplo dado.

A primeira prática adotada por Roquette foi dar demonstrativos aos leitores da importância da divisão dos tipos de cartas por assuntos, por achar mais útil e prático desta forma. Assim, ele classifica as cartas em 27 tipos, e em seguida transforma cada tipo de carta em capítulos, com advertências e exemplos variados, reiterando que:

Há cartas moraes e de conselho, de parecer, de reprehensão e vituperio, de ameaça, affectuosas e sentimentaes, de louvor, de pezames, de consolação, de parabens, de pretensão e memoriaes, de supplica, eucharisticas ou de agradecimento, de recommendação e de empenho, a pessoas de cuja companhia nos separámos, de queixas, de desculpa e justificação, de negocios e encargos, de boas festas, dias d'annos, etc., apologeticas, d'offerecimento, de convite e excusa ou recusa, de resignação, de despedida, de participação ou noticia, mixtas, de commercio. (ROQUETTE, 1860, p. 20; 21).

Quanto a essas divisões, o autor didaticamente escreve no início de cada capítulo do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860), uma advertência sobre determinado tipo de carta (Cf. Anexo A; C). Roquette oferece aos seus leitores mais de um exemplo, sempre iniciando com uma carta de autores clássicos, à exemplo de São Gregório Nazianzeno, ou uma personalidade reconhecida em âmbito nacional, como Padre Vieira, ou ainda um exemplo de carta, cujo signatário é uma pessoa comum para outra pessoa também comum, sem expressão histórica, como a carta de um professor a seu discípulo, dentre outros (Cf. Anexo A).

Roquette (1860) continua anunciando o método utilizado em seu livro, deixando claro que iniciará com um capítulo para o ensino das regras elementares para composição de uma carta, e ressaltando a importância da naturalidade e da gentileza ao se escrever para outra pessoa, pois seriam estes sentimentos os propagados pela civilidade. No texto, aconselha a singeleza, sem extravagância ou afetação, o ensino do controle dos sentimentos, objetivo principal da civilidade para se chegar à urbanidade e modernidade, por ele compreendida como valores tais como: humildade, benevolência e respeito.

As oito primeiras regras que todo bom escrevedor de cartas deveria incorporar aos seus escritos e na sua maneira cotidiana de ser, (Cf. Anexo B), estão dispostas no *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860). Prossegue por todo livro mostrando as advertências que o leitor deve ter não apenas ao escrever uma carta, mas a postura civilizada que ele deveria adotar no seu dia-a-dia para se passar por um cidadão elegante e de fino trato.

3.3 EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS PARA CIVILIDADE NO MANUAL EPISTOLAR

O manual de escrever cartas de Roquette, intitulado de *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) possui em toda sua extensão o ensino das normas de boas maneiras, da forma certa de se expressar no papel, dentro dos padrões estabelecidos pela civilidade e lições de condutas nos exemplos dados, utilizando-se, para isso, de uma terceira pessoa, que seria os autores das cartas publicadas no livro. Nessa perspectiva, estudos apontam que:

As normas não são exteriores aos sujeitos, mas produzidas e/ou negadas no âmbito das relações humanas. Capturar o nível de equilíbrio das relações de interdependência dos sujeitos das diferentes instituições urbanas, e mesmo entre essas, é o que nos possibilita dar visibilidade a suas ‘culturas’. [...]

Os habitantes das cidades do século XIX em diante, além da herança do comportamento civilizado desenvolvido anteriormente nas cortes, elaboraram novos modos de vida urbana. As intervenções de gestores, cientistas, artistas, habitantes comuns foram múltiplas, seja do ponto de vista sanitário, arquitetônico, da proliferação de maquinarias urbanas; da produção de novos espaços e redes de sociabilidade; ou mesmo da expressão artística e contestação política. Os redimensionamentos materiais e funcionais das cidades contribuíram definitivamente para que, desde então, vislumbassem a consolidação de uma sociedade civilizada. Nas cidades, os Códigos de Postura Municipais ou as regras da boa convivência cada vez mais se apresentavam como fundamental para ordenar a vida urbana. (VEIGA, 2011, p. 118; 127).

A concepção de civilidade origina-se da educação dos sentidos, busca sensibilizar e incorporar nas pessoas o senso moral e a disciplina. Roquette tinha consciência do papel que a civilidade exercia para a nova época vivida. Estava em voga a ideia de modernidade, que guardadas as diferenças entre os distintos contextos influenciou inúmeros aspectos da vida das pessoas, principalmente as questões coletivas, a convivência nas cidades e as relações interpessoais.

Ao seguir esta linha de argumentação, necessário se faz delinear a ordem e o regime de verdade que possibilitaram a emergência dos discursos sobre a educação, no recorte histórico da pesquisa, suas condições de produção a partir de regularidades, descontinuidades e rupturas que os constituíram em diferentes séries históricas, para, por entre as malhas das configurações e como efeitos daqueles movimentos, poder analisar uma continuidade: a educabilidade da população, voltada para a civilidade, como forma de viver em sociedade em uma época singular.

Parte desses elementos de investigação não nos foi possível considerar na presente análise, e serão retomados em estudos futuros. Assim, aqui neste trabalho tomamos como

referencial para as análises grande parte do próprio conteúdo dos discursos contidos no *corpus* pesquisado, à luz das teorizações de Norbert Elias (1993; 1994).

Foram os discursos sobre a necessidade de educar a população e a infância e de determinadas e diferentes maneiras, em diferentes momentos históricos e em arranjos políticos, econômicos, sociais e culturais diversos, mas, sobretudo a mudança mais geral na disposição dos saberes (QUEIROGA, 2005), que possibilitaram a emergência da formação discursiva sobre a civilidade como parâmetro para educar o outro e educar-se.

Uma boa reflexão sobre o processo civilizatório nos é concedida por Elias (1993; 1994), para quem as mudanças que se deram a partir do século XVI no mundo ocidental, de modo geral devem, portanto, ser compreendidas tendo como referencial a ruptura de um modelo social, político e cultural até então predominante: o declínio da aristocracia de corte e a ascensão da burguesia como governo da sociedade, e todas as consequências que açambarcaram as formas de existência nas sociedades que viviam esse processo.

A burguesia, como nova classe de governo, passa a definir os novos modos de conduta e sociabilidade, os quais serão canalizados para as funções produtoras de renda e para a regulação do trabalho. Assim, as aptidões que garantiam uma posição de *status* nas sociedades de corte não são mais garantia de inserção e reconhecimento social. Novas aptidões são requeridas pelos estratos burgueses na construção da sociedade: “proficiência ocupacional, perícia na luta competitiva por oportunidades econômicas, na aquisição ou controle da riqueza sob a forma de capital, ou as qualidades altamente especializadas necessárias para o progresso político [...]”. (ELIAS, 1993, p. 253).

Uma nova ordem vai sendo aos poucos construída, abrangendo os múltiplos aspectos da convivência em sociedade e modificando os seus códigos culturais, entre eles os costumes - fundamentais para a aristocracia como elemento de distinção - e a educação da população e da infância, colocada como horizonte pela burguesia. É nesse cenário que se coloca a fonte pesquisada, quando a escrita de cartas apresenta-se como uma tecnologia de poder que atuou diretamente sobre os indivíduos, articulando o controle do seu comportamento a sua educação.

Os aspectos mais diretamente ligados aos desejos e à convivência estreita dos indivíduos cedem lugar para o que Norbert Elias denomina regularidades imanentes; ou seja, a experiência ou o empírico são os elementos que definirão o *ethos*³³ a partir do qual os

³³ O *ethos* refere-se “ao conjunto das disposições éticas que orientam as ações dos indivíduos”. SILVA, Tomaz T. da. *Teoria cultural e educação; um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 56. Nesse sentido, o *ethos* está relacionado às disposições práticas - nem sistemáticas nem intencionais

comportamentos sociais se apoiarão. Mudam, portanto as formas de controle e as estratégias de disciplinamento sobre os indivíduos. São mudanças produzidas sob os efeitos das novas formas de sociabilidade, das relações entre os diversos estratos sociais.

Todo esse movimento característico de um estágio adiantado do processo civilizatório, como a urbanização crescente e a divisão social do trabalho, intensificando os intercâmbios sociais e impondo novas normas de relação, ocorrem paralelamente à formação dos Estados - “com a formação de monopólios mais estáveis de força física e tributação, dotados de administrações altamente especializadas” (ELIAS, 1993, p. 256), cujo efeito é um crescente estado de segurança aos indivíduos. Essas mudanças fazem emergir no interior das relações sociais um maior controle dos indivíduos sobre si mesmos, um controle maior das paixões e das condutas e uma regulação das emoções e a partir de um determinado estágio, um autocontrole ainda maior, dado que observamos estar fortemente presente no livro pesquisado.

São mudanças do processo civilizatório, no que diz respeito às relações entre as pessoas, e cujo efeito é a necessidade dos indivíduos de observarem e prestarem mais atenção aos outros e aos seus motivos, uma inscrição dos modos posteriores de observação psicológica, já presentes nos manuais de civilidade, sobretudo nas reedições feitas a partir do século XVIII, como na obra pioneira de Erasmo, *De civilitate morum puerilium*, escrita em 1530. Estão presentes fortemente nesse contexto ações que sinalizam uma retirada do indivíduo da multidão e a criação do sujeito individual, moldado ao outro e mais sensível às suas pressões.

Se nas sociedades aristocráticas de corte, as formas de controle exercidas sobre os indivíduos eram possíveis pela obediência e reconhecimento, portanto, digamos, por um controle exercido de fora, agora o que opera é o autocontrole exercido por indivíduos cada vez mais complexos e internamente divididos. Elias (1993, p. 227) reitera:

O prazer ou a inclinação do momento são contidos, reprimidos e dominados pela previsão de consequências desagradáveis, pelo medo de uma dor futura, [...] mesmo na ausência de outras pessoas. E é este o mesmo mecanismo através do qual os adultos – sejam eles os pais ou outras pessoas – instilam um ‘superego’ estável nas crianças.

No *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d), obra pesquisada, observamos indícios relacionados às profundas transformações nas formas de relação de poder que caracterizavam a aristocracia cortesã, as conexões causais que se entrecruzam em torno das diferentes formas de sociabilidade e da vida em sociedade, o que tornava mais previsível uma maior integração e dependência entre os indivíduos. Ensinar a escrever cartas

era poder prever para certo leitor um comportamento de aprendizagem sobre como educar-se, segundo um ideal. Um passo importante e um terreno fértil, portanto, para a preocupação com a particularidade do indivíduo - a psicologização e racionalização das regras de conduta social. Predomina,

[...] a observação mais exata dos demais e de si mesmo em termos de uma série mais longa de motivos e conexões causais [...] o autocontrole vigilante e a ininterrupta observação do próximo figuram entre os pré-requisitos elementares para se preservar a posição social de cada um. (ELIAS, 1993, p. 228).

Com a interdependência gerada entre os indivíduos pelo crescente processo de divisão do trabalho, as formas de normatização do comportamento - que Elias denomina de segunda natureza - vão ser inculcadas como um autocontrole automático, um hábito. “Só então a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requeridas dos impulsos e das emoções”. (ELIAS, 1993, p. 142). Essas transformações possibilitam a emergência de novas formas de relação, de sociabilidade. Neste sentido, os próprios indivíduos imporão restrições aos seus impulsos e emoções.

Só nesse momento é que a armadura dos controles é vestida em um grau aceito como natural nas sociedades democráticas industrializadas, fazendo parecer que, os comportamentos socialmente desejáveis sejam gerados voluntariamente pelo próprio indivíduo. Era, pois necessário remover alguns comportamentos para o fundo da cena. (ELIAS, 1993, p. 155).

A partir do século XVII profundas transformações vão ocorrer nas sociedades da época quanto aos costumes, não apenas em termos específicos dos tratados de civilidade ou de opiniões isoladas de moralistas e educadores, mas [...] “um grande movimento cujos sinais se percebiam em toda parte, tanto numa farta literatura moral e pedagógica destinada aos pais e educadores como em práticas de devoção e numa iconografia religiosa”. (ELIAS, 1993, p. 147).

Pode-se considerar entre as práticas educativas, em relação ao processo civilizatório, na fonte estudada, que, para Roquette, o leitor, durante o processo de escrita de cartas deveria observar os seguintes aspectos: o grau de intimidade para com o destinatário da carta, a gravidade do ato para qual se deve dispensar o conselho e quantas vezes este conselho já fora dado, caracterizando o que ele propõe ser uma sequência didática. Observa-se também que, nas suas várias advertências o autor a todo momento utiliza sentenças a respeito da civilidade e de boas maneiras.

No *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860), observa-se que entre os capítulos II e V – *Cartas Moraes e de Conselhos, ou Exhortatorias; Cartas de Parecer; Cartas de Repreensão e Vituperio; Cartas de Ameaça* –, as cartas têm um conteúdo de cunho moral, com incisões mais direcionadas, de forma a aconselhar. Porém, é interessante notar que Roquette estabelece classificações e intensifica a severidade gradativamente das palavras e incisões do aconselhamento. Assim, presumia que:

Cartas Moraes e de conselhos, ou exhortatorias

Julgâ-mos que há de ser bem acceito, e sempre com a maior urbanidade possível. A carta que se afastar d'este principio será sempre intespestiva.
[...]

Cartas de Parecer

As cartas de parecer só se distinguem das precedentes em que naquelas damos conselho sem que noloção, nestas declaramos o nosso parecer a pedido d'alguem; naquelas é necessário mais arte e polidez para dizermos o que sentimos, nestas podemos fallar com mais liberdade e insenção.
[...]

Cartas de Repreensão e Vitupério

A linguagem em taes cartas deve ser grave, reflectiva, mais severa que nas de conselhos, e tanto mais enérgica quanto for mais consequente o assumpto sobre que ella versa, e quanto maior a autoridade do que escreve. Toda via é mister não irritar o culpado, e ao mesmo tempo que se lhe patentea a ferida, se lhe faça ver o balsamo para a cura.
[...]

Cartas de ameaça

Quando os conselhos não bastão, e as reprehensões não produzem o desejado efeito, é mister recorrer ás ameaças; e muitas vezes acontece que aquelles espíritos tardos e negligentes que forão insensíveis ás vozes da amizade e aos estímulos do brio, cedem ás ameaças pelo temor do castigo. (ROQUETTE, 1860, p. 28; 52; 71; 82).

No livro *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860) do capítulo VI ao IX e acrescentando, o capítulo XVIII, as cartas caracterizam-se por apresentarem palavras mais rebuscadas, com forte e constante presença de apostos, são mais subjetivas e com traços marcantes de amorosidade para com quem se direciona a carta – *Cartas Affectuosas, Sentimentaes, e de Familia; Cartas de Pezames, Cartas de Consolação, Cartas de Parabens ou Felicitações, Cartas de Boas Festas, D'anno Bom, e de Dia D'annos*.

No entanto, as *Cartas de Affectuosas, Sentimentaes, e de Familia* e as *Cartas de Parabens ou Felicitações* assemelham-se em conteúdos e orientações dadas, inclusive em relação aos temas propostos pelo autor quanto à urbanidade e fino trato. Por exemplo, na advertência do primeiro tipo de carta ocorre uma passagem onde o autor afirma que:

Cartas de Affectuosas, Sentimentaes, e de Familia

A este genero pertencem todas as cartas em que se manifestãoaffectiões e sentimentos de bemquerenças. Se tiverdes um coração affectuoso e sensível escreverêis com facilidade estas cartas. A imaginação e o espirito devem

ficar em silencio e dar ao coração a liberdade de encaminhar a penna, a qual será tanto mais eloquente quanto for mais fiel interprete do que no peito se passa. (ROQUETTE, 1860, p. 88).

Na citação acima, o autor demonstra a importância que dá a sensibilidade e circunscrita aos ditames e valores digamos, mais universais quando observamos a última sentença, onde o autor coloca que ficará mais perfeita 'se copiar' ou 'se espelhar' nos modelos de cartas dos grandes mestres, o que pode significar a necessidade de reconhecimento e de legitimidade para os seus aconselhamentos, tendo em vista a sua utilização como material didático para educar. Vejamos:

Cartas de Affectuosas, Sentimentaes, e de Familia

Usai d'ellas com perfusão, ajuntai-lhe aquelles toques a que um coração bem formado não costuma ser insensível, e vossa carta será perfeita, mórmente se vos encostardes aos modelos dos grandes mestres que qui vos damos. (ROQUETTE, 1860, p. 88).

Da mesma forma, se observa na advertência sobre as *Cartas de Parabens ou Felicitações*. O autor sublinha a importância de se escrever os sentimentos, porém regulando o que será dito para não transparecer ao destinatário sentimentos negativos, que possam ser interpretados ou julgados como se o signatário não possuísse uma boa educação, ou mesmo que não possuísse sentimentos nobres. Este seria um bom exemplo para percebermos a inserção da educação dos sentidos no livro pesquisado, como Roquette afirma ao escrever que:

Cartas de Parabens ou Felicitações

Devemos tomar parte nos motivos d'alegria que ocorrem a nossos amigos, parentes ou protectores. Um descuido, ainda que involuntario, a este respeito, suscita nelles justamente a suspeita de que somos ingratos ou invejosos.

[...]

As respostas devem fazer-se no mesmo estylo, tocando os mesmos pontos, e deixando transluzir um sentimento de modestia, e de não ser assás digno, etc. (ROQUETTE, 1860, p. 145).

Os capítulos VIII e IX podem ser caracterizados em virtude do estilo melancólico, por apresentarem a escrita dos sentimentos, sendo mais subjetivas e com uma linguagem mais rebuscada. Porém, nelas, o tema principal observado foi a morte, são *Cartas de Pezames* e *Cartas de Consolação*. Da mesma forma que as demais, Roquette ensina a metodologia que deve ser usada na composição da carta, tanto no que tange a escrita quanto ao uso racional dos sentimentos que devem ser utilizados nela, mais uma vez comprovando que o autor fazia uso do manual para educação dos sentimentos, bastante propagado na época. Assim:

Carta de Pezames

Toda a carta de pezames será curta, e o seu único objectivo é de approvar o justo motivo que afflige a que se escreve, juntando algumas reflexões e conselhos consolatorios, os quaes devem em geral ser tirados da religião.

[...]

Este argumento póde servir de preambulo, ou introdução á cartam e d'aqui se passa naturalmente ás razões que servem de remedio ao mal. As reflexões moraes e religiosas sejam bem appropriadas mas não diffuas, porque podem mui promptamente causar enfado á pessoa a quem escreve. (ROQUETTE, 1860, p. 116).

As cartas que fazem parte dos capítulos XI, XII e XIV, *Cartas de Pretensão, Memoriaes e Petição; Cartas de Supplica; e Cartas de Recommendação e D'Empenho*, respectivamente, podem ser classificadas como sendo de pedido, a intenção é fazer com que o escrevedor saiba, de forma elegante, fazer algum pedido a uma autoridade ou outro par. O autor divide este assunto em partes e deixa claro essa divisão, primeiramente como sendo uma questão metodológica, e a outra por uma questão de controle das palavras usadas para expressar determinado sentimento em questão. Quanto à forma que tais cartas devem possuir, o autor explica que:

Cartas de Pretensão, Memoriaes e Petição

Eis o que fôrma e aformosêa as cartas de pretensão ou memoriaes, pois entre estas duas classes de escritos não há distincção de argumento, senão sómente de fôrma : os memoriaes fazem-se numa folha inteira de papel com margem mui larga, e concluindo com o cumprimento da maior política e submissão, sendo que nas cartas de pretensão não se observão mais formalidade que as de costume. (ROQUETTE, 1860, p. 174).

O conteúdo propagado por Roquette nesses capítulos evidencia a necessidade de controlar, saber dosar e atentar todas as palavras que serão escritas na carta, pois nelas estaria expresso o êxito no pedido. Para tal demonstração foi retirada esta colocação exposta por Roquette no livro *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860), conforme apresenta a Figura 19 e 20:

FIGURA 19 – Evidências da adequada utilização das palavras nas *Cartas de Pretensão, Memoriaes e Petição*

Necessita-se uma habilidade mui particular para fazer uma relação dos proprios meritos, que algumas vezes obtêm com justiça o que se pede, e rogar que, sem attenção a elles, conceda aquelle a quem se dirige a petição o que se deseja por graça particular, e só por um effeito de sua generosidade.

Pedir com humildade; interessar o amor proprio da personagem que ha de despachar-nos, para que nos prefira a nossos competidores ; ser conciso, singêlo e modesto, prodigalizando os termos respeitosos e as razões mais capazes de convencer, e manifestar confiança de alcançar o que se sollicita, eis o que fórma e aformosêa as cartas

Quanto é facil a resposta a estas cartas quando se concede o pedido, tanto ella é difficil quando havemos de dar um não. E pois mister dourar a pilula o melhor que podermos ; fazer ver a impossibilidade em que estavamos de annuir á pretensão, mostrar sentimento e pena por não poder fazêl-o, e sobre tudo que, se dependesse de nós, o teriamos feito com grande gosto e satisfação ; accompanhando tudo de expressões graciosas, urbanas e amigaveis quanto nos seja possivel.

Fonte: Roquette (1860, p. 174; 175).

FIGURA 20 – Evidências da adequada utilização das palavras nas *Cartas de Supplica*

Posto que esta especie de cartas se possão incluir na precedente, por isso que umas e outras têm por objecto pedir, e tocar o coração da pessoa a quem se pede, todavia ha entre ellas alguma differença em quanto á fórma. Nas cartas de pretensão e memoriaes allegão-se razões, invoca-se algumas vezes a justiça e até se deixão escapar queixas, mas nas cartas de supplicas não se discorre, roga-se ; falla-se mais ao coração que ao entendimento ; recorre-se á clemencia, á generosidade, á beneficencia d'um protector d'um grande, d'um amigo, e até ás vezes d'um inimigo, desejando commovêl-o com a declaração de nossa desgraça ou com a pintura de nossos infortunios, para obter por graça o que muitas razões accumuladas não poderiam alcançar-nos como justiça.

Fonte: Roquette (1860, p. 198).

Pensando de forma didática, o autor colocou próximo aos capítulos de cartas, que ensinam os escrevedores a fazerem pedidos, os capítulos XIII, XV, XXI e XXIV – *Cartas Eucharisticas ou de Agradecimento; Cartas às Pessoas de Cuja Companhia nos Separamos; Cartas de Offerecimento, e suas Respostas; e Cartas de Despedida*, respectivamente. Tratam das cartas escritas para agradecer um pedido ou graça concedida por outrem e, mais especificamente, o capítulo XV para agradecer às pessoas que ofereceram uma estada ao escrevedor em momento anterior, reforçando o agradecimento já feito no instante da despedida da viagem.

Assim como, as cartas preconizadoras do estilo mais amoroso, encontradas nos primeiros capítulos, o autor apela para o sentimentalismo por afirmar que:

O estylo deve ser o do coração [...] D'este principio nascem as cartas chamadas eucharisticas, de ação de graça ou de agradecimento. O estylo deve ser o do coração: assim que sua propria sensibilidade, a consideração da generosidade do bem feitor, e as circumstancias que acompanhão o beneficio devem subministrar a materia de taes cartas, que por isso mesmo são mui susceptiveis de expressões vivas e brilhantes. (ROQUETTE, 1860, p. 213).

Nesses capítulos ocorrem alertas para as maneiras de como se agradecer e/ou oferecer, principalmente se a pessoa que concedeu o benefício estiver acima do escrevedor na escala social pré-estabelecida, pois se deve ter cuidado para não ser deselegante e anunciar que irá pagar o favor recebido e talvez não for possível, mais uma vez havendo a referência necessária para urbanidade entre as pessoas. Conforme pode ser visualizado na Figura 21:

FIGURA 21 – *Cartas Eucharisticas ou de Agradecimento*

O artigo a que, de ordinario, se dá mais extensão, é o em que se falla da certeza com que corresponderemos ao beneficio recebido, se para isso offerecer occasião. Parece-nos com tudo que esta formula cheira um pouco a amor proprio, pois se annuncia desejo de paga, como para minorar a divida. Bom será pois supprimir similhante cumprimento, o qual é tanto mais descortez quanto for maior a personagem a quem se dirigir.

Fonte: Roquette (1860, p. 213).

O próprio Roquette classificou os capítulos XVI, XVII, XIX, XXII e XXIII – *Cartas de Queixas; e Cartas de Desculpa e Justificação; Cartas de Apologeticas; Cartas de Convite, Escusa ou Recusa; e Cartas de Resignação* –, respectivamente, como sendo cartas caracterizadas por lamentos e indignações, havendo uma relação entre os capítulos. Ao mesmo tempo em que Roquette ensina a forma 'polida' de fazer a queixa, ensina a escrever as desculpas e/ou indignação que deverão ser dadas, caso o próprio escrevedor receba uma carta neste estilo.

Nestes capítulos, o autor deixa explícita a importância do controle que as pessoas devem ter sobre os seus sentimentos, não devendo demonstrá-los em nenhum momento de desgosto ou raiva, aconselhando que antes da escrita da carta, o escrevedor deixe passar a força inicial do impulso trazido pela raiva. De acordo com as palavras do próprio autor, nas *cartas de queixas* "deve talvez pegar-se na penna; porém nunca sem que tenha passado já a primeira de nosso ressentimento, para que não incurramos noutro maior" (ROQUETTE, 1860, p. 276). Porém, para o sujeito responder às queixas ou acusações deve seguir as sugestões do autor, visualizadas na Figura 22:

FIGURA 22 – *Cartas de Desculpas e Justificação*

Quando se trata de responder a queixas ou accusações relativas a pontos de entidade, deve se empregar, tanto nos motivos que se allegão para dissipar as suspeitas, como nas protestações de amizade, fidelidade, etc., um estylo singélo e expressões naturaes que disponhão aquelle a quem se escreve a persuadir-se da sinceridade de quanto lhe dizemos, evitando com cuidado um tom demasiadamente humilde a rasteiro, que desdiz da nobre confiança que inspira a innocencia.

Fonte: Roquette (1860, p. 290).

As cartas que trazem notícias variadas, porém dentro de características específicas classificadas pelo autor, estão divididas em três capítulos: XVIII, XXV, XXVI – *Cartas de Negocios e Encargos; Cartas de Participação ou Noticia; e Cartas Mixtas*, respectivamente. Em cada capítulo ocorrem subdivisões, que o mesmo demonstra diretamente com exemplos.

Um ponto marcante desses estilos é a impessoalidade entre o signatário e o destinatário; e a possibilidade que os estilos permitem de em uma única carta escrever ou

noticiar mais de um assunto sem perder a elegância e o bom-tom. Para isso Roquette deixa clara a importância do domínio que o escrevedor deve ter sobre a escrita epistolar, para não passar por uma pessoa 'mal educada. Os exemplos apresentados estão dispostos nas Figuras 23, 24 e 25:

FIGURA 23 – *Cartas de Negocios e Encargos*

A este genero de cartas podêmos chamar de primeira necessidade, e por isso mesmo são mais faceis de escrever. Quem necessita d'outrem para o despacho d'um negocio seu, apenas toma a penna começa logo a communicar-lhe os seus designios. Assim que, esta especie de cartas exclue todo preambulo, e desd'a primeira linha entra logo manifestando seu intento num estylo simples e natural ; pois occupada a imaginção do objecto principal não busca phrases que dem luzimento á sua explicação, nem se vale de transições para passar d'um artigo a outro.

Fonte: Roquette (1860, p. 300).

FIGURA 24 – *Cartas de Participação ou Noticia*

As cartas que chamâmos indifferentes são as de noticias pliticas, ou d'outra especie ; não pedem a ordem seguida nem o estylo relevado das gazetas, pelo que, sem mais cremonia que fazer separação dos paragraphos, se tratão ellas differentes assumptos singélamente sem transições.

Fonte: Roquette (1860, p. 403).

FIGURA 25 – *Cartas Mixtas*

Chanão-se com razão cartas mixtas aquellas em que se tratão differentes assumptos pertencentes aos diversos generos de que temos fallado ; donde se segue que estas, cartas não têm regras especiaes senão respectivas a cada um dos generos a que pertencem. Pelo que, para bem as escrevermos, devēmos primeiramente saber os assumptos que prebndemos tratar, e recorrer a cada um dōs capitulos emque se falla dos generos respectivos, e observar o que ali se recommenda. Só faremos duas observações, a 1.^a é que se não confundão as materias umas com as outras, e que se liguem da melhor maneira possivel por meio de transições, ou que se tratem em paragraphos separados sem nenhuma transição, como muitas vezes fez Vieira ; 2.^a que, quando hajamos de tratar assumptos que se não ajusão entre si, melhor será tratál-os em cartas separadas, a reservar algum para outra occasião. Daremos sempre alguns modelos.

Fonte: Roquette (1860, p. 450).

Na advertência dos capítulos XVIII e XXVI o autor, assim como nos outros capítulos do manual, alerta para as questões do controle de sentimentos e vigilância das atitudes que devem ser tomadas e/ou escritas nas cartas. Por exemplo, quando ele alerta para os segredos escritos pelos signatários nas cartas, que podem ser revelados e usados contra ele mesmo. Conforme se apresentam nas Figuras 26 e 27:

FIGURA 26 – *Cartas de Negocios e Encargos*

Nem todos os assumptos se podem confiar ao papel. Quantas pessoas hão acarretado sua própria desgraça por não terem presente esta advertencia ! É mui fraca a se-

gurança que offerece uma obreira, ou alguns pingos de lacre, para guardar um segredo importante. Além de que, o amigo a quem se dirige poderá deixar de sê-lo com o tempo, e sempre pelo papel se está dizendo a mesma cousa. Quando menos, é fazermo-nos escravos voluntarios de outrem confiando-lhe por escrito um segredo cuja publicação nos poderá prejudicar.

Fonte: Roquette (1860, p. 300).

FIGURA 27 – *Cartas de Participação ou Noticia*

Deve rocurar-se no participar as noticias, que sejão

verdadeiras, pelo que, antes de escrevêl-as, se devem examinar com critica judiciosa e imparcial, porque não dá boa idéa do talento e capacidade de quem as escreve o dál-as falsas ou disparatadas; e neste caso é melhor callar-se.

Fonte: Roquette (1860, p. 403).

Por fim, Roquette deixa para os dois últimos capítulos, o XXVII e o XXVIII – *Modelos e Formulas de Requerimentos e Memoriaes; e as Cartas de Commercio*, respectivamente, as cartas protocolares, as quais não ocorrem à necessidade de seguir o 'estilo do coração' e nem regradar com afincos as palavras, cujo sentimento nelas depositado possa ser julgado pelo destinatário que receberá a epístola. São cartas diretas, que seguem um requerimento e um protocolo normativo de trocas de correspondência cujo objeto principal são os negócios financeiros, sendo, muitas vezes, o signatário e o destinatário pessoas desconhecidas entre si, pois:

Cartas de Commercio

A correspondencia relativa a negocios mercantis deve ser clara, concisa e terminante. Os Inglezes, como os mais adiantados na Europa no giro

mercantil, são tão laconicos em seus escritos commerciaes, que sem nenhuma fórmula de cumprimento entrão logo tratando do negocio, e com quatro ou seis regras respondem a uma carta. (ROQUETTE, 1860, p. 462).

Desta forma, a cada capítulo do manual epistolar, Roquette anuncia as regras metodológicas para escrever uma boa carta, mas também introduz nas suas advertências e exemplos clássicos, o que o seu tempo supunha e valorizava como regras do bem viver e da civilidade.

Podemos interrogar, sobre o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (s/d) as intenções do autor ao escrevê-lo, mas não chegar a uma certeza sobre o endereçamento de seus pensamentos quanto ao momento vivido pelo autor. Sobre o que pensava a respeito das relações entre as pessoas, e cujo efeito era a necessidade dos indivíduos de observarem e prestarem mais atenção aos outros e aos seus motivos, uma inscrição dos modos posteriores de observação psicológica, já presentes nos manuais de civilidade. A fonte pesquisada nos possibilitou enveredar por essas questões, ainda de suma importância na atualidade, na qual os modos de educar, ainda, ocorrem, sobretudo segundo os padrões tidos como civilizados e modernos, ou seja, ocidental, branco, europeu e masculino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar as boas maneiras, a civilidade e a urbanidade era a pretensão das sociedades como elementos de formação para modernidade. Um objetivo a ser alcançado por todos, e com tamanha grandiosidade, deveria estar presente em todos os recantos, abrangendo desde a Arquitetura, passando pelas questões sanitárias de Saúde Pública, do Direito e da Educação, em sincronia.

A educação se constituiu na possibilidade de institucionalizar o ensino dessas regras de bem viver, nas várias instâncias e níveis da educação formal e não formal no Brasil. Essas regras foram parte importante dos conteúdos curriculares das escolas e faculdades onde eram ensinadas formas de se comportar, agir e pensar de modo elegante e civilizada a cada situação apresentada, devendo-se prestar atenção com quem e a maneira como esse comportamento se daria.

A educação à civilidade utilizou-se de vários instrumentos para alcançar os fins pretendidos, entre outros, destaca-se a imprensa, valendo-se para isso de jornais, revistas, livros didáticos e/ou literários e manuais específicos para o ensino de etiqueta. As pessoas utilizavam-se desses escritos por meio de leituras intencionais ou indiretamente, quando essas regras estavam presentes em textos relacionados, a exemplo da literatura, anedotas e charges, dentre outros. Dessa forma, as dicas e críticas em relação ao comportamento das pessoas estavam em foco em todos os espaços de linguagem, e realmente deveria estar, afinal, os sinais do projeto civilizador estavam instalados na sociedade e deveriam ser para todos.

Os temas voltados à civilidade eram os mais variados, segundo cada segmento da sociedade e serviços por ela usados, como na saúde e na arquitetura urbana. Muito deveria ser propagado e na educação não era diferente. Um desses temas se referia à escrita protocolar de cartas, em virtude de uma simples correspondência ser capaz de servir como um aliado ou um instrumento importante para a consagração da identidade nacional no sentido de ser uma pátria civilizada.

A boa escrita epistolar levaria o particular escrevedor a provocar no coletivo a necessidade de mostrar uns aos outros o ser civilizado que ali se constituía. Estaria perpetuando no papel a afirmação de indivíduo cortês, polido e elegante. Advindo do berço familiar ou construído ao longo de uma trajetória, por meio da observação e/ou de estudos específicos encontrados nos manuais de etiqueta, bastante em voga à época.

Esses manuais, no século XIX, eram produzidos no formato de livros de bolso, normalmente pequenos nas dimensões, brochuras com poucas ilustrações, sem grandiosos adereços, possuidores de regras, advertências e exemplos clássicos de cartas a serem seguidas como modelo. O manual de escrever cartas *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860) de J.I. Roquette seguiu essa linha editorial, sendo reeditado por dez vezes.

O manual se caracteriza por ser um livro de consulta, onde o leitor busca no índice o tipo de carta que deseja se basear como modelo. O indivíduo escolhe o mais apropriado para o seu objetivo por enviar a correspondência. A pessoa que pretende escrever a carta deve ler os dois primeiros capítulos que tratam da *Advertencia Preliminar acerca da contextura das cartas* e *Das Cartas em Geral*. Assim, servirá para todos os tipos de cartas e instrui sobre a forma que a carta deve ter: pronomes de tratamento, local da assinatura, data e local, o modo como fechar a carta, o tipo de papel e envelope, o melhor lacre, como e/ou por quem enviar a carta, dentre outros.

Os demais capítulos devem ser a gosto do leitor-escrevedor, dependendo da necessidade do envio, ele busca de forma diretiva, aquele cuja motivação o levou à escrita de uma carta. Pode ser para felicitar, para aconselhar, para solicitar, para cobrar, ou outra intenção qualquer. Tudo pode ser escrito desde que dentro dos moldes da civilidade: ele lê a advertência que explica para que fim aquela carta deva ser enviada e aconselha quanto aos modos de expressão a serem escritos, impondo regras, fazendo comparações, ensinando a importância da educação dos sentidos e principalmente a regular os sentimentos. Em seguida, o leitor-escrevedor, escolhe entre os vários exemplos de autores consagrados ali expostos, qual carta melhor lhe satisfaz.

O autor, a todo o momento, tende a persuadir os leitores a respeito da importância do indivíduo se passar por homem/mulher de fino trato, que sua elegância deveria estar registrada, também, no modo de escrever cartas. O prólogo do livro alerta bem para isso, quando explica o valor das trocas de cartas para sociedade e a relevância, que o manual tem, na construção dessa carta, que refletirá na imagem de quem a escreve.

O manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* desempenhou outra função importante para Educação, talvez não sendo a intenção inicial, mas o livro foi instrumento no estímulo e construção da leitura e escrita, visto que instigava a consulta no exemplar, onde o indivíduo teria que ler vários exemplos até encontrar o que mais lhe agradava e deveria transcrever para um papel sua própria carta, utilizando os argumentos pessoais que lhe conviesse, sempre observando as instruções normativas quanto à escrita epistolar.

O manual, por ser um livro de bolso e de característica popular, teve uma importante circulação por vários países, como mostra o primeiro capítulo desta dissertação. Encontra-se presente em acervos de bibliotecas de diversos países e nos anúncios dos jornais oitocentistas da Província da Paraíba, em meio a outros títulos que faziam referência à Educação, como bíblias e livros didáticos. Sinalizando que aqui, também, havia um desejo de se inteirar com os elementos seculares que garantiriam a construção de um projeto que nos tornasse um país moderno e civilizado.

O *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* se constituía como um livro possuidor de todas as perigrafias utilizadas para completar a construção editorial de um texto, livro. J.I. Roquette, por ser um autor experiente e consagrado na Europa e no Brasil, pela sua produção literária com autoria, traduções e divulgação de variados títulos de livros, personalidade presente em meio a cortes da França e demais países da Europa. Detentor de conhecimentos vastos tinha a seu favor a habilidade de produzir livros, sabendo utilizar-se bem dos prólogos, notas de rodapé, índices e de todos os elementos que compõem um livro. Como mostra o segundo capítulo desta dissertação quando apresenta a forma do livro.

Porém, o manual destaca-se também pelo seu conteúdo, de cunho civilizador, o *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar*, traz em no seu interior o dispositivo de formação pedagógica para educação dos brasileiros, coletiva ou individualmente. De forma bastante perspicaz, Roquette utilizou-se da carta como instrumento para educar e formar, com sentidos diversos para atingir a população, por meio do ensino da civilidade, acreditando e fazendo os demais acreditarem que a carta funcionaria como aparelho de elaboração e avaliação na consagração de uma pessoa polida e de “fino trato”, pois ali estaria o seu registro manual.

Vale salientar, como o fazem Norbert Elias e Philippe Ariès, já tratados antes nesse texto, que as transformações não podem ser compreendidas no sentido de uma homogeneidade, como se as novas mudanças significassem uma erradicação das formas anteriores de percepção da educação e da população, de sociabilidade, dos costumes etc. Essas considerações são também válidas para as narrativas construídas e dedicadas direta e indiretamente às pessoas, buscando um 'bom tom' nos seus comportamentos, desde os tratados de civilidade das sociedades de corte, aos compêndios escritos indistintamente para adultos e crianças, até os manuais pedagógicos de cunho religioso, e depois científico.³⁴ Era através desses manuais que as crianças aprendiam a ler e a escrever. Enfim, esses estudos mostram-

³⁴ Tal como encontramos em Erasmo de Rotterdan, com o primeiro manual de civilidade escrito no Ocidente; em H. Gerson; em C. Coustel; em Mathurin Cordier; em Varet; em Antoine de Courtin; em Jean-Baptiste de La Salle; e em G. Della Casa, entre outros.

nos que foram tantas as formas de educar e civilizar quanto as culturas e sociedades nos diversos momentos da história.

Diante do dito e pesquisado nesta dissertação, a descrição, observação e análise do manual *Novo Secretário Portuquez ou Código Epistolar*, bem como a comprovação de sua circulação através dos jornais oitocentistas que se faziam presentes na Província da Paraíba torna-se relevante para as pesquisas em História da Educação, pois tal objeto fez parte do ensino de uma população, que assim como os demais brasileiros, sentiam a necessidade de se fazer parte integrante de um ideal moderno que contagiava o ocidente, espelhados nas cortes europeias. Ou seja, a História voltada para as questões da Educação nos mostra a presença de um ensino voltado para civilidade, também, na Província da Paraíba. Dessa forma, o presente trabalho contribui para futuras pesquisas sobre o ensino de civilidade na nossa região e no país como um todo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: imprensa e vida. 2. Ed. 1986.

BABO, Maria Augusta. **A escrita do livro**. Lisboa (Portugal): Veja/Passagens, 1993.

BARBOSA. **Jornal e literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira. In: **Veredas**: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas. Santiago de Compostela. Volume 15 – junho 2011.
Disponível em: <<http://www.lusitanistasail.org/publicacoes/revista>>. Acesso em 16 nov. 2014.

_____. A arte de adaptar livros no século XIX: o Novo Secretario Português ou O Código Epistolar, por J. I. Roquette. In: **Revista Fênix**. Vol8. Ano VIII. Nº 2. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em 13 out. 2014.

BOURDIER, Pierre. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, R. (org) **Práticas de Leitura**. SP: Estação Liberdade, 2011.

CARDOSO, Maurício Estevam. **Por uma História Cultural da educação: possibilidades de abordagens**. Cadernos de História da Educação-v.10, n.2-jul./dez.2011.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia Morreto. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial SP/UNESP, 1998.

_____. **História da vida privada, 3**: da Renascença ao Século das Luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Ensaio Geral).

_____. **Práticas de leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHOPPIN, Alain. **O historiador e o livro escolar**. História da Educação. [p. 5-24] Pelotas - RS: ASPHE/UFPEL, abril de 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596/pdf>>. Acesso em 17 dez. 2014.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Tradução: Cleonice P.B. Mourão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.

CUNHA, Jorge. **Tropas Militares Luso brasileiras nos Séculos XVIII e XIX**. Artigo publicado originalmente no BOLETIM do Projeto Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira, Ano 03, Nº 12, de 01 de março de 1998, [p. 46-80].

CUNHA, Maria Teresa dos Santos. Tenha modos! Manuais de civilidade e etiqueta na escola normal (anos 1920-1960). In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (UFU)**. 2006. [p. 350-361].

_____. **História, educação e Civilidades**: a correspondência como um saber na Escola Normal entre as décadas de 1930 a 1960. vol. 30. nº 02, 2005. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a8.htm>>. Acesso em 17 dez. 2014.

DE FIGUEIRÊDO, Franselma Fernandes. ENSINAMENTOS ÚTEIS DOS MANUAIS CÓDIGO DO BOM-TOM E ADOREMUS (CAICÓ-RN, SÉCULO XVIII E XIX). 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/420FranselmaFigueiredo.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2014.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELIAS. Norbet. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann. vol 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Vol 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FERACINE, Luiz. **Erasmus de Rotterdam**: O mais eminente filósofo da Renascença. São Paulo: Escala, 2011.

FERREIRA, António Gomes. **Educação e Regras de Convivência e de Bom Comportamento nos Séculos XVIII e XIX**. Universidade de Coimbra, 1986. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/28925/pdf>>. Acesso em 24 mai. 2013.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 23ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; JINZENJI, Mônica Yumi. A quem se destinava o Boletim Vida Escolar? In: GALVÃO; TEXEIRA (ORG). **Boletim Vida Escolar**: uma fonte e múltiplas leituras sobre a educação no início do século XX. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GOMÉZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara et al (org.). Destinos das letras. **História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

GONDRA, José. Ao correr da pena: reflexões relativas às cartas de professores do século XIX. In: MIGNOT, Ana Cristina V. e CUNHA, Maria Teresa S. **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

GONÇALVES, Andréa Lisly. A luta de brasileiros contra o miguelismo em Portugal (1828-1834): o caso do *homem preto*. Luciano Augusto. **REV. Bras. Hist.** vol.33 n.65. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882013000100009&script=sci_arttext>. Acesso em 20 jan. 2015.

JORNAL A REGENERAÇÃO, Província da Parahyba do Norte, 24 de abril de 1861.

JORNAL A REGENERAÇÃO, Província da Parahyba do Norte, 07 de dezembro de 1861.

JORNAL A REGENERAÇÃO, Província da Parahyba do Norte, 07 de outubro de 1861.

JORNAL O PUBLICADOR, Província da Parahyba do Norte, 17 de outubro de 1864.

LE GOFF, Jacques (dir.). **A história nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LOBO, Francisco Rodrigues. **Corte na aldeia**. Lisboa: Editora Europa-América, 1618.

MARINHO, Marildes. Currículos da escola brasileira: elementos para uma análise discursiva. n 20. [p. 163-189]. **Revista Portuguesa de Educação**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Ed., 2009.

MARTINS, Eduardo. **Primeiro jornal paraibano**. Apontamentos históricos. João Pessoa: A união cia. Editoras, 1976.

MUZZI, Eliana Scotti. Paratexto: espaço do livro, margem do texto. In: QUEIROZ, Sônia. (org.). Editoração: arte e técnica. **Caderno Viva Voz**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, v.2, p. 7-10, 2004.

PINTO, Fabrina Magalhães. O De ratione studii (ou Plano de estudos), de Erasmo de Rotterdam. **Letras Clássicas**, n. 13, [p. 29-47], 2013.

QUEIROGA, Maria do Socorro N. **O discurso do fracasso escolar como tecnologia de governo da infância**: a arqueologia de um conceito. Tese. (Doutorado em Sociologia), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

RAMOS, Rui. *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988 (4.º, 5.º), 1067-1145 **Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal**: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. Acesso em 25/03/2015 as 12:12. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação a Nóbret Elias. In: **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. v. 268. Petrópolis - RJ: Vozes, 1978.

ROQUETTE, J.I. Novo Secretario Portuguez oi Codigo Epistolar. 10 ed: Francisco Alves e Cia. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, [s/d].

_____. **Código do bom tom**. São Paulo: Companhia das Letras, 1960.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCHWARCZ, L.M. Introdução. In: J.L. ROQUETTE, **Código do Bom-tom, ou, Regras de civilidade e de bem viver no século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Francini Medeiros da. Código de Bom-Tom: Os manuais de etiqueta e a formação de uma “boa sociedade” nos trópicos (Rio de Janeiro, 1840-1850). **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo: ANPUH/SP – UNESP**. Assis - SP, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

SILVA, Innocencio Francisco da . **Diccionario Bibliographico portuguez** (tomo 04: Letras JO), 1860. Disponível em: <[www.brasiliana.usp.br/bbd/handle p.374-377](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/p.374-377)>. Acesso em 23 mar. 2015.

TEIXEIRA JÚNIOR, N. J. O jornal Correio Mercantil e a circulação de livros didáticos na Bahia oitocentista. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013, Cuiabá-MT. VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013.

TORRES, João Romano. Evoramonte (Convenção de), Portugal. **Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. 1904-1915**, Volume III, págs. 246-247, Edição electrónica de Manuel Amaral, 2000-2010. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/evoramontecoconvencao.html>>. Acesso em 26 mar. 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. Cidade, escola e urbanidade na elaboração da relação entre professor e alunos no início do século XX. In: GALVÃO; TEXEIRA (ORG) **Boletim Vida Escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a educação no início do século XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – Exemplos de cartas no livro de Roquette - *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860, p. 36 - 45)

Cícero a Planco.

A alegria que tive em tornar a ver Furnio foi para mim tanto mais agradável quanto me parecia estar te ouvindo quando o ouvia fallar. Começou elle por fazer-me a descripção de tua pericia na arte militar, de tua equidade na administração da provincia, cujo governo te foi confiado, e de tua prudencia em todas as occasiões. Passou depois a elogiar encarecidamente a amenidade de teu trato familiar ; finalmente mostrou-se muito penhorado da bondade e lhaneza com que o trataste. Estas particularidades forão-me por extremo agradaveis, e a ultima principalmente excitou o meu reconhecimento.

Ainda não eras nascido, meu caro Planco, e já eu tinha relações de amizade com tua familia ; assim que logo que vieste ao mundo comecei a ter-te afeição ; e teu afeição que foi sempre em augmento, á medida que ias crescendo, e que minhas inclinações e teu bom natural tornarão em laços de amizade. Por todas estas razões é que tomo tamanho interesse na dignidade a que foste elevado, e que considero como minha propria.

Guiado pela virtude e favorecido da fortuna, chegaste, ainda tão moço, ao mais elevado gráo das honras. Tua intelligencia e habilidade te fizeram vencer todos os obstaculos da inveja ; e hoje, se acreditas a quem te ama ternamente, se acreditas a teu primeiro amigo, debes

fazer depender a felicidade de toda tua vida da restauração de republica. Bem sabes, pois seria impossivel que o ignorasses, que te arguirão em certo tempo de te entregares demasiadamente ás conjecturas ; e eu mesmo participaria d'este sentir se julgasse que approvavas o que eras obrigado a soffrer ; mas, como comprehendia muito bem o teu pensamento, estava convencido de que examinavas o para quanto eras.

Agora vão as cousas mudar de face ; e tuas resoluções achão-se completamente livres de toda a influencia estranha. Estás feito consul na flor da idade, e num tempo em que a republica conta bem poucos cidadãos taes como tu. Esmera-te, pois, pelos deozes to-peço, em formar projectos e empresas, que possão elevar-te ao fastigio das honras e da gloria. Depois dos males que a patria ha tantos annos tem soffrido, mórmente no tempo presente, só conheço um caminho, que nos possa conduzir á gloria : é uma boa administração.

Não attribuas senão á amizade que te consagro a liberdade que tomo de te escrever nestes termos ; pois estou bem persuadido que não precisas de meus conselhos nem de meus preceitos. Os teus principios manão, bem o sei, das mesmas fontes, onde eu bebi os meus.

Concluamos, finalmente, esta carta, na qual antes quiz provar-te a minha affeição do que alardear de prudente. Fica certo que o meu zelo e cuidado, em tudo quanto me parecer tem relação com a tua dignidade, nunca affrouxarão.

Tem saude.

● P^o Vieira ao Principe D. Theodosio.

Senhor,

Meu Principe e meu senhor da minha alma. Pelos avisos que vão a Sua Magestade entenderá Vossa Alteza com que coração escrevo esta, e muito mais com que raiva, e com que impaciencia, vendo-me preso e atado para não poder em tal occasião ir-me deitar aos pés de Vossa Alteza, e achar-me a seu lado em todo o perigo.

Mas eu romperei as cadêas quanto mais de pressa me for possível, e partirei voando, se não o fazer companhia nos trabalhos do principio, ao menos a ter parte nas glorias e alegria do fim : que estes são os passos por onde se hão de encaminhar os successos e felicidades d'este fatal anno, ou seja a guerra só em terra, ou só no mar, ou juntamente em ambas as partes : porque o meu roteiro-não especifica o genero, nem as particularidades d'ella, empregado todo em referir, admirar, e celebrar as victorias.

Ah senhor! que falta póde ser que faça a Vossa Alteza nesta occasião este fidelissimo criado, e quão poucos considero a Vossa Alteza com a resolução, e valor, e experiencia que é necessaria para saberem aconselhar a Vossa Alteza o que mais lhe convém em tão apertados casos! mas ja que na presença não posso, aconselhe a Vossa Alteza a minha alma que toda mando a Vossa Alteza neste papel, e com toda ella lhe digo, que tanto que chegar esta nova, Vossa Alteza logo sem esperar outro preceito, se ponha de curto o mais bizarro que poder ser, e se saia a cavallo por Lisboa, sem mais

apparato nem companhia, que a que voluntariamente seguir a Vossa Alteza, mostrando-se no semblante muito alegre e muito dessassustado, e chegando a ver e reconhecer com os olhos todas as partes em que se trabalhar, informando-se dos designios, e mandando e ordenando o que melhor a Vossa Alteza parecer, que sempre será o mais acertado; mande repartir algum dinheiro entre os soldados e trabalhadores, e se Vossa Alteza por sua mão o fizesse levando para isso quantidade de dobrões, este seria o meu voto, e que Vossa Alteza se humane conhecendo os homens, e chamando-os por seu nome, e falando não só aos grandes e medianos, senão ainda aos mais ordinarios; porque d'esta maneira se conquistão e se conformão os corações dos vassallos, os quaes se Vossa Alteza tiver da sua parte, nenhum poder de fóra será bastante a entrar em Portugal; sendo pelo contrario muito facil ainda qualquer outra maior empresa a quem, tivesse o dominio dos corações.

Sua Magestade tem nesta parte uma ventagem muito conhecida, que é estar de posse, e podêr dar, quando Castella só póde prometter. Como ha poucos Antonios Vieira, ha tambem poucos que amem só por amar, e Sua Magestade não deve esperar finezas, senão contentar-se muito de que se queirão vender aquelles que lhe for necessario comprar. A polvora, as balas, os canhões são comprados, e bem se vê o impeto com que servem, e o estrago que fazem nos inimigos; e mais natural é em muitos homens o interesse que n'estes instrumentos a mesma natureza. Os que menos satisfeitos estiverem de Sua Magestade, esses chegue Vossa Alteza mais a si, que importará pouco que no affecto se dividão as vontades com tanto que no effeito Sua Magestade e Vossa

Alteza as achem obedientes e unidas. Faça-se Vossa Alteza amar, e nesta só palavra digo a Vossa Alteza mais do que podéra em largos discursos. Considere Vossa Alteza, Senhor, que esta é a primeira acção em que Vossa Alteza ha de adquirir nome ou de mais ou de menos grande Principe. A idade, o engenho, as obrigações, tudo está empenhâdo a Vossa Alteza a obrar conforme seu real sangue, e mostrar ao mundo que é Vossa Alteza, herdeiro de seus famosissimos Primogenitores, não só no sceptro, mas muito mais no valor. Toda Europa, cujos ouvidos estão cheios de louvores de Vossa Alteza, está com os olhos nesta occasião que é a primeira em que Vossa Alteza sai a representar no theatro do mundo, e na qual o nome que Vossa Alteza ganhar com as suas accões sorá o porque será avaliado e estimado para sempre.

Não aconselho a Vossa Alteza temeridades, mas tenha Portugal e o mundo conceito de Vossa Alteza que antes despreza os perigos do que os reconhece. O que tocar á segurança da pessoa de Vossa Alteza deixe Vossa Alteza sempre ao amor e zelo dos seus vassallos, mas não acciando nesta parte conselho que de muito longe possa tocar ao decoro. A vida está só na mão de Deos, e esta é a occasião em que servem as philosophias que tantas vezes ouvi a Vossa Alteza do desprezo d'ella. Da mesma criação de Vossa Alteza saio Achilles a ser terror de Troia e fama de Grecia; e esta mesma desconfiança (a qual inculco a Vossa Alteza) o fez mais Achilles.

Eia, meu Principe, despida-se Vossa Alteza dos livros, que é chegado o tempo de ensinar aos portuguezes e ao mundo o que Vossa Alteza nelles tem estudado. Armas, guerra, victorias, pôr bandeiras inimigas e coroas aos

NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ.

41

pés, são de hoje por diapte as obrigações de Vossa Alteza e estas as minhas esperanças. O como as estou já vendo não só desempenhadas, mas gloriosamente excedidas! A graça do Espirito Santo, que é espirito de fortaleza, assista sempre no coração de Vossa Alteza, cuja muito alta e muito poderosa pessoa guarde Deos como a Igreja e os vassallos de Vossa Alteza havemos mister. Roma 23 de Maio 1650.

Faço meu substituto ao P.^o Ignacio Mascarenhas a quem peço ouça Vossa Alteza com grande confiança nestas materias, porque fio muito de seu valor, resolução e conselho, que tenho bem experimentado. Perdoe Vossa Alteza ao meu amor este e os outros atrevimentos d'esta carta.

Antonio VIEIRA.

Um professor de litteratura a seu discipulo.

Meu caro discipulo e
Presado amigo do coração.

Quando V. S.^a honrava o meu curso com sua presença, posto que entre seus condiscipulos muito se distinguisse, não pude eu endereçar a V. S.^a instrucções e advertencias particulares porque era obrigado a accommodar-me á mediocre intelligencia dos menos atilados; agora porém que V. S.^a se acha desembaraçado dos estudos classios, e que se dedica á traducção de obras francezas, cujas premicias já chegarão ao meu conhecimento; fiado na amizade que entre nós existe tomo a liberdade de dar

a V. S^a alguns conselhos á cerca d'este genero de litteratura que a muitos parece facil, mas que é por extremo difficil.

Se V. S^a conhecesse bem a fundo as duas linguas franceza e portugueza, e os usos e costumes dos dous povos que as fallão, nenhum conselho teria que dar-lhe a este respeito; porêr como um tal estudo demande muitos annos, grande applicação e longo trato com as pessoas que sabem manejar os dous idiomas, e como V. S^a estí ainda na flor dos annos, annuindo gostosamente ao desejo que me manifestou mais d'uma vez, aqui lhe digo o que me parece muito util para o fim que V. S^a se propõe.

Lembre-se V. S^a que ha duas especies de traducções; uma grammatical, outra logica; a primeira representa o valor litteral das palavras, a segunda deve reproduziro sentido do autor segundo o genio da lingua em que se traduz. Raras vezes se pôde fazer uma traducção grammatical que seja ao mesmo tempo logica, por isso aconselho a V. S^a que tenha sempre em vista a segunda.

Não esqueça V. S^a que cada lingua tem sua indole, seu giro particular na construcção, e que o que numa é engraçado e elegante não o é sempre na outra. Pelo que pertence á nossa, que V. S^a bem conhece e ama, aconselho-lhe que a trate como a uma esposa delicada, a quem offende justamente o ver que seu consorte põe noutra mulher sua primeira e especial attenção; e que esteja sempre precavido contra os attractivos das beldades estrangeiras, do mesmo modo que se arma o homem virtuoso contra as tentações, fugindo quanto pôde favorecê-las, e tomando um rumo inteiramente opposto ao que sua inclinação lhe dicta. Pelo que, sempre que V. S^a

tenha diante de si um livro, que haja de traduzir mental ou folmalmente em portuguez, deve contrahir o habito, não só de evitar os idiotismos mais obvios e grosseiros, senão até aquellas phrases que lhe é permittido verter palavra por palavra, preferindo variar a locução por meio de outro, que mais se coadune com o estylo nacional, e que facilmente lhe ministrarão os ricos thesouros do patrio idioma, que V. S^a terá sempre cuidado de folhear com mão diurna e nocturna.

V. S^a ferá bem, quando estiver traduzindo alguma obra franceza, de trazer ao mesmo tempo entre mãos um classico portuguez que escrevesse sobre assumpto do mesmo genero que o do autor francez. Assim que, de grande auxilio lhe será Gil Vicente et Deniz, se quizer traduzir Molière; o mesmo direi de Ferreira, Camões, Vieira, etc., se se propothesse á traduzir Racine, a Henriqueida, Bourdaloue e Massillon. Deve V. S^a entremeiar a leitura do autor portuguez com a traducção, tomar nota de certas expressões, certos termos e locuções que lhe cairão da penna sem que V. S^a nisso pense. Tambem lhe áconselho que, se houver de traduzir alguma obra didactica ou scientifica, tenha cuidado de informar-se se existe em portuguez alguma sobre a mesma materia, e se ella existir, ainda que antiga seja, leia-a e consulte-a para se familiarizar com os termos technicos e saber empregál-os como convenha. Quando haja de dar algum nome novo a objecto novo, consulte sempre os homens da profissão, mórmente os que souberem bem a lingua, e assim acertará melhor nesta especie de baptismo nacional por que devem passar os inventos estrangeiros: assim fez Brotero na Obra de Historia Natural de Cuvier. Em quanto aos papeis periodicos não é mister tanto escrupulo,

nem ha tempo para tanta precaução, mas por isso que nestas traducções ha mais liberdade, use V. S^a d'ella de maneira que se descubra sempre em seu estylo que a linguagem franceza é aprendida, e a portugueza bebida com o leite. Desejára muito que V. S^a não se mettesse a traductor-de Periodicôs e Gazetas sem ter primeiro traduzido bons trechos dos autores classicos, mórmente os familiaristas.

Não preciso lembrar a V. S^a que no uso das comparações e tropos é que um bom traductor póde fazer brilhar seus conhecimentos na lingua do original e da propria, porque V. S^a aprendeo pela unica Grammatica que isto ensina (1), e não se descuida de consultar a cada instante a Syntaxe comparada e o Vocabulario dos idiotismos em que esta doutrina se acha largamente expendida.

Meu caro discipulo e presado amigo, lembre-se que a decadencia em que se acha a nossa lingua é devida em grande parte aos máos traductores; aos bons cumpre pois desafrontál-a, livrando-a do servilismo estrangeiro, e restituindo-a á sua antiga formosura e nobre independencia.

Enfaxado em sua infancia o idioma lusitano nas mantilhas da lingua latina, robustecido em sua mocidade pela varonil desenvoltura da lingua castelhana, e nobremente adornado, na idade madura, com as galas da lingua italiana, desdenhava elle com razão as phantasias e arrebiques da lingua franceza, que apenas conhecia por parenta muito afastada; decaído porém de sua antiga

(1) Veja-se a *Grammatica para os Portuguezes e Brasileiros que desejão aprender a lingua franceza sem esquecerem á propriedade e giro da sua*.

NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ.

45

magestade, esquecido de sua illustre prosapia, e guiado por imperitos capitães, acha-se hoje nosso formoso idioma vencido de quem dantes desprezava, e reduzido ao triste estado d'um guerreiro que, para agradar a uma dama leviana e desdenhosa, despio ós trajos marciaes para, enfeitar-se com os atavios ridiculos de arlequim, ou farçante burlesco !

Deſculpe V. S^a este desaſogo d'um sincero amigo da lingua de Camões e Vieira, e não lhe doão as mãos quando se trate de castigar os temerarios que desacatão tão veneravel divindade.

Sou de V. S^a.

ANEXO B – As Oito Primeiras Regras do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860, p. 21 - 23)

Para procedermos com ordem e methodo daremos primeiramente algumas regras geraes para todas as cartas, e depois trataremos de cada especie em particular, dando ao mesmo tempo os modelos mais perfeitos que existem desd'a antiguidade até nossos dias.

1ª O estylo ha de ser natural e singélo quanto seja possivel, porque a affectação e demasiado adorno assentão tão mal numa carta como na conversação ordinaria. Esta regra, a mais importante para bem escrever cartas, é fundada no dito de Seneca a Lucilio : « Qual seria a minha » conversação se estivessemos sentados ou pesseassemos » juntos, facil e sem artificio ; assim quero que sejam as » minhas cartas (1). »

2ª Esta naturalidade e singeleza não excluem com tudo os pensamentos engenhosos e profundos, antes com elles se tornão graciosas e interessantes, se as agudezas não são estudadas, e as sentenças se não prodigalizão com demasia.

3ª A linguagem e o tom hão de ser familiares naquelle gráo que corresponda á maior ou menor importancia do assumpto sobre que versa a correspondencia, e á maior ou menor dignidade da pessoa a quem se dirige a carta. Se esta não é d'officio, senão de particular, a particular ain-

da sendo escrita á mais alta personagem, deve conservar certo ar de familiaridade, porêm uma familiaridade nobre, por entre a qual transluz a o respeito devido ao caracter da pessoa com que fallámos.

4ª A singeleza, a naturalidade, e o tom familiar que nas cartas se deve ter não que dizer um total descuido e desalinho. Deve-se pôr toda a attenção no estylo, ainda que se escreva ao amigo mais intimo, escrevendo sempre com pureza e correcção, e evitando expressões baixas e triviaes ; e se um ou outro descuido é desculpavel, será cousa mui reprehensivel uma constante negligência.

5ª Nas cartas não assentão bem em geral clausulas mui numerosas, e uma coordenação de palavras demasiadamente harmoniosa ; basta que as expressões e sua combinação não sejam conhecidamente duras e asperas.

6ª Commummente tampouco admittem clausulas compridas e periodicas, antes a soltura e facilidade nas construcções são um dos caracteres dominantes do estylo epistolar. Esta regra não é todavia tão rigorosa que se alguma vez o pensamento nos estiver convidando a uma construção periodica, deixemos de empregá-la. Tudo o que vem naturalmente, tudo o que sai do coração, tanto em ordem aos pensamentos como ao modo de presentálos e exprimil-os, é bom. O vicio está no excesso e na affectação.

7ª Os similes mui extensos e circumstanciados, a demasiada erudição, as allusões obscuras e remotas, os termos pouco usados, o tom mui remontado e emphatico, as personificações (1), as apostrophes a objectos inanimados,

(1) Entendemos por personificações as prosopopeias, que é a verdadeira traducção de πρόσωποποιεῖα de πρόσωπον cara, rosto, pessoa, de ποιέω fazer.

e outros movimentos oratorios d'este género são intempestivos nas cartas, porque não parecem naturaes no que escreve tranquillamente no seu gabinete. Sem embargo, taes circumstancias podem occorrer, e a imaginação do que escreve póde de tal modo estar agitada, e seu coração tão commovido, que esta linguagem seja mais propria em sua situação; e então poderá usar d'ella. Porém estes casos são raros; são excepções que servem de confirmar a regra.

8ª Seção as cartas breves quanto o permitta a natureza do assumpto, mas não demasiadamente, laconicas. O laconismo é por vezes necessario (2), mas em geral é um defeito. Accusa sequidão, é pouco respeitoso, e nada amovavel (3). A diffusão é sempre reprehensivel. Delata ignorancia de escrever, e pouca preparação em quem escreve. Pascal, tendo-se alargado mais do que o costumado numa de suas *Provinciaes*, diz no fim num P.-S.; « Fiz esta mais cumprida porque não tive vagar para a » fazer mais curta. *Je n'ai fait celle-ci plus longue que » parce que je n'ai pas eu le loisir de la faire plus » courte. »* (No fim da XVIª carta.)

(2) Por exemplo mas cartas de reprehensão e de ameaça, como, adiante se verá. Cicero usa d'este estylo nalgumas das familiares, mas não são as melhores.

(3) Symmaco escrevia a seu amigo Ausonio: « Pedes-me cartas » mais compridas. Isto é entre nós um signal de verdadeiro amor. » *Petis a me litteras longiores. Est id in nos veri amoris indicium.* » (Q. A. Symmachi *Epist.*, lib. 1 epist. 8.)

ANEXO C – Advertência à escrita de cartas do *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* (1860, p. 28 - 30)

28

NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ.

CAPITULO II.

CARTAS MORAES E DE CONSELHOS, OU EXHORTATORIAS.

Advertencia.

Posto que o ensinar bôa doutrina e dar bom conselho seja uma obra de misericordia, com tudo, para vivermos bem no mundo é mister não nos erigirmos em mestres senão quando temos autoridade competente, e não darmos conselho senão a quem no-lo pede, ou quando conhecâmos que o deseja, e julgâmos que ha de ser bem acceito, e sempre com a maior urbanidade possivel (1). A carta que se affastar d'este principio será sempre in-

(1) A seguinte anecdotta pôde servir de lição aos que se mettem a dar conselhos intempestivamente e sem as devidas formalidades.

Um sacristão da capella real de Berlim escreveo a Frederico II^o a seguinte carta :

« Senhor,

» Advirto a V. M., 1^o que ha falta de livros de canticos para a familia real; advirto a V. M., 2^o que não ha lenha para aquecer a tribuna real; advirto a V. M., 3^o que a balaústrada que dá para o rio, por detraz da igreja, ameaça ruina...

» SCHMIDT, sacristão. »

El-Rei de Prussia rio muito com esta carta e mandou-lhe responder o seguinte.

tempestiva. Conselhos ha que são de obrigação, como os de pai a seu filho, de mestre a seu discipulo, etc., e outros de amizade. Aquelles sempre são dados a tempo, porque a obrigação subsiste sempre; estes serão dados fóra de tempo se chegarem a quem se dão quando elle está no ardor impetuoso de sua paixão, arrebatado pela violencia de seus movimentos; quando, chamado por outros assumptos de consideração, não tem o tempo sufficiente para reflectir sobre o que se lhe aconselha, ou em fim se estes chegão depois que inutilmente os ha já dado outra pessoa. Todos estes conselhos são muito arriscados por não serem a tempo. O temor, a caridade, a compaixão e a confiança hão de dirigir a penna do que aconselha; aconselhar com exasperação e rigor é perder o tempo sem esperança de conseguir a emenda que se deseja.

Escrevei na supposição de que julgais vossas advertencias já postas em pratica, ainda antes que ellas cheguem, e ao menos não exijais com autoridade que se realizem. Fazei ver sómente sua utilidade, e a submissão (que se irrita quando se crê predominada) nascerá da mesma gratidão que originára vossa bondade.

Como o humor de que nos achâmos affectados quando tomâmos a penna é regularmente a móla que a dirige, e como não ha mortal tão feliz que não presencie ou sirva de objecto a varias situações desgraçadas, d'aqui provêm que escrevendo a algum amigo, nos vemos quasi

-
- Advirto ao Snr sacristão Schmidt, 1º que quem quizer cantar
 - compre livros; advirto ao Snr sacristão Schmidt, 2º que quem quizer aquécer-se póde comprar lenha; advirto ao Snr sacristão
 - Schmidt, 3º que a balaústrada que dá para o rio não é da sua conta;
 - em fim advirto ao Snr sacristão Schmidt, 4º que não quero ter correspondencia com elle. •

precisados a fallar-lhe do que sentimos, já desejosos de desafogar nossos sentimentos communicando-lh'os, já porque as reflexões sérias e moraes nos escapão quasi involuntariamente, quando o coração está apaixonado ou opprimido, pelo que devemos examinar com a maior prudencia a quem se dirigem nossas cartas para que não sejam objecto de sua irrisão, e procurar igualmente que cheguem a tempo opportuno, e encontrem a quem as recebe em disposição favoravel para as reflexões que lhe fizermos, evitando v. g. o moralizar sobre cousas tristes a um sujeito todo occupado com o gozo d'um casamento recente, etc.